Diário de Lisboa

ANO 56.º/19 237 6$00

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

27 JANEIRO

EM ESPANHA

"Negociações Governo-Oposição de duvidosa importância para a Democracia"

MADRID, 27 — O presidente do Governo espanhol, Adolfo Suárez, recebeu, finalmente, na noite de 23, os porta-vozes da Comissão Negociadora da Oposição Democrática, Enrique Tierno Galvan e Jordi Pujol. Dois dias antes, Tierno Galvan, que é presidente do Partido Socialista Popular (PSP) tinha declarado que as negociações beneficiavam mais o Governo do que a oposição.

A comissão foi criada, em princípio de Dezembro, com o fim de negociar com o Governo a participação da oposição nas eleições legislativas previstas para a próxima Primavera. Desde então, os seus dois porta-vozes estavam à espera que o primeiro-ministro os pudesse receber. Alguns observadores acreditam que a este primeiro contacto formal entre o Governo e a oposição se poderia seguir outra larga espera, agravada pelas consequências da espectacular detenção de que foi objecto o secretário-geral do Partido Comunista de Espanha (PCE), Santiago Carrillo, que faz parte da comissão.

Informações «de boa fonte», citadas pela revista semanal «Cambio 16» asseguram que o presidente do Governo estaria esperando, por sua parte, ter em mãos o anteprojecto da lei eleitoral, de cuja redacção encarregou vários catedráticos de Direito público de Madrid e Barcelona, antes de se sentar à mesma mesa com a oposição.

Qual é a situação política do Governo e da oposição neste momento crucial do pós-franquismo espanhol? Os resultados oficiais do referendum organizado pelo Governo, há duas semanas 'parece indicar que a equipa de Adolfo Suárez se reforçou e que lhe continua a pertencer a iniciativa na actual conjuntura política.

É verdade que foi uma vitória fácil para o Governo, dadas as condições antidemocráticas em que foi organizado o referendum. Além do mais, não há que esquecer, com a única excepção do «bunker» ultrafanquista, que todas as grandes forças franquistas já tinham dado conta da sua «reconversão» à democracia e tinham apoiado a opção governamental. Neste sentido, os ex-ministros Fraga, Lopez Rodó e outros, que encabeçam a neofranquista «Aliança Popular» são, ao mesmo tempo que o Governo de Suárez, os vencedores reais do referendum.

Também parece confirmar-se que muita gente com vontade de mudança votou «sim», somente para se opor ao «não» dos ultrafranquistas e por acreditar que assim apoiava eficazmente a obtenção de uma democracia sem contornos. Por todas estas razões e apesar do carácter de plebiscito que o referendum tinha para o reformismo governamental, parece difícil que o Governo e a monarquia de Juan Carlos possam considerar-se legitimados pelo voto popular.

Tudo isto sabe o Governo e a oposição democrática. E, no entanto, um importante sector desta oposição prepara-se para oferecer ao Governo e a legitimidade que este necessita, através de negociações de du-

Continua na pág. 20

NOTICIOU UMA EMISSORA DA CALIFÓRNIA

PRESO O DIRECTOR DE "O MILHAFRE" ?

. O director de «O Milhafre», José de Almeida, foi preso em S. Miguel — eis o teor de uma notícia radiodifundida pela emissora portuguesa de Los Gatos, no Estado norte-americano da Califórnia.

A detenção, que a Secretaria de Estado da Comunicação Social não pôde confirmar-nos, veio a ser referida para Lisboa na manhã de anteontem através do telefonema de um açoriano radicado em St. George, naquele Estado.

«Traidor à Pátria» — assim chamou um dos proprietários da emissora, e eventual locutor, a José de Almeida, figura proeminente da F.L.A., cuja propaganda a favor do separatismo é de longa data.

Gozando de excepcional audiência junto da colónia açoriana nos E.U.A., a emissora de Los Gatos é a única estação de Rádio inteiramente portuguesa no país, já que a restante programação se faz em regime de aluguer de antena.

No mesmo serviço de noticiário a emissora fazia-se eco de outra prisão, esta do padre Leonel Nóia, também membro da F.L.A., mas vivendo na Califórnia. Levado algemado para a cadeia, o padre Nóia, natural das Flores, parece ter sido pronunciado por questões não políticas.

Igualmente por telefone foi conhecida a notícia de que a imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres não irá à América, como queriam os mais aguerridos elementos da F.L.A. na colónia açoriana. O caso vinha levantando celeuma no arquipélago, e um certo número de padres e cristãos progressistas opunha-se à ida da imagem com um argumento não isento de ironia: «o Senhor Santo Cristo não é um emigrante». Por seu lado a F.L.A., considerava que levar a imagem à América servia para estímulo do pretendido ânimo separatista entre o milhão de açorianos e seus descendentes que vive nos E.U.A. e Canadá, ânimo esse que está em notório declínio nos Estados de Massachusetts, Rhode Island, New Jersey (Costa Leste) e Califórnia (Costa Oeste).

Entretanto dois presumíveis bombistas foram detidos no Funchal ao longo da semana do Natal e na sequência de investigações levadas a cabo pela Polícia Judiciária Militar.

Notícias obtidas junto de fonte bem informada fazem supor que um dos detidos foi soldado «comando» quando da guerra colonial, tendo ultimamente sido admitido como guarda prisional. O outro indivíduo relacionado com o sequestro do prof. Simões por membros da FLAMA no Hotel-Apartamento «Torre». Aliás, ambos os presumíveis bombistas são referenciados por «flamistas».

Recorda-se que a primeira prisão relacionada com a colocação de bombas, na Madeira, ocorreu a 13 de Setembro, por iniciativa da Polícia Judiciária local. Foi então detido um indivíduo afecto ao P. P. D.

No caso das novas detenções, entidades oficiais madeirenses, contactadas pelo «DL», não confirmaram nem desmentiram o facto.

Um documento histórico: um grupo de separatistas agitado por José de Almeida invadiu o Palácio do Governo em 16 de Abril de 1975, e aí gritou palavras de ordem da F. L. A.

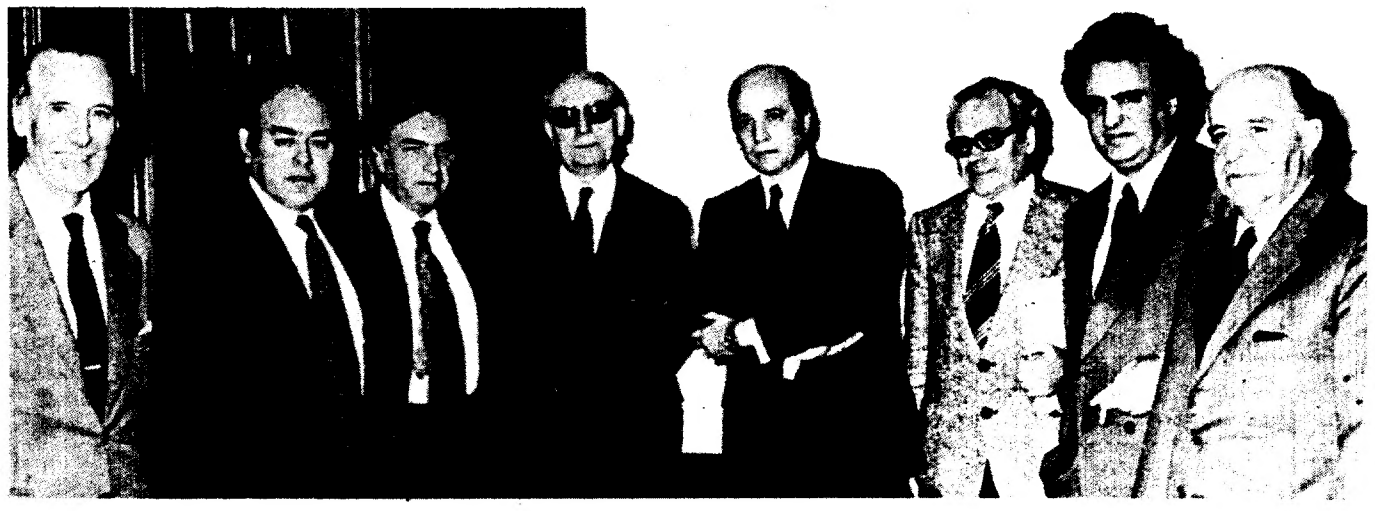
QUEM PRETENDE ENTREGAR AS CERVEJAS AO CAPITAL?

Quem pretende entregar as cervejas ao capital?

O sector cervejeiro vive um momento crítico: a reestruturação deveria estar feita antes do final de 1975: o ano de 1976 está a findar e nenhuma decisão foi ainda tomada ao nível do Ministério de tutela — o da Indústria e Tecnologia. Entretanto, há vários meses que **todas** as condições estão reunidas para que a reestruturação seja posta em prática de acordo com a vontade livremente expressa pelos trabalhadores, e que é também a melhor para o público consumidor e para o erário público.

Os Champalimauds e outros monopolistas fixados no Brasil foram convidados a regressar a Portugal. Será que a reestruturação não se efectua para que eles retomem o controlo do sector?

(Págs. centrais)



A Comissão Negociadora, da esquerda para a direita: Joaquim Satrústegui, Jordi Pujol, Antón Canyellas, Tierno Galván, Fernández Ordónez, Sánchez Montero, Enrique Mújica e Júlio Jáuregui. O primeiro contacto da Comissão com o primeiro-ministro foi estabelecido no dia 23 por Jordi Pujol e Tierno Galván

Na pág. 3

PRIMEIRO ARTIGO DE UMA SÉRIE DE VICTOR DE SÁ: "REPENSAR PORTUGAL"

Na pág. 7

FRENTE POVO UNIDO MANTÉM-SE E ALARGA ACTIVIDADE

U.R.A.P. PEDE À ASSEMBLEIA REVOGAÇÃO DO DECRETO 349/76

Na pág. 20

M.U.P. REJEITA ADMISSÃO DO P.C.P. (R)

20 PÁGINAS

Nacional

Política de A a Z

A ORDEM E O ÓDIO

A «ordem» deles era, como disse um venerando democrata, nosso companheiro e para muitos mestre, «a paz dos cemitérios». Sofremos essa «ordem» na carne. Hoje, oferecemos-lhe, generosamente, a paz, a liberdade, a coexistência. Generosamente, é certo. E até com uma larga margem de descuidado crédito, de mole imprevidência. A «ordem democrática» é funcional e ampla. E, todavia, não a sentimos consolidada, firme, segura. Oferecemos, por um certo liberal entendimento da liberdade democrática, a inteira liberdade aos adversários da liberdade. A liberdade de atacarem a democracia, de a denegrirem. Só não suportamos que o façam com ódio. Mesmo em poesia.

Contra a «ordem democrática», contra o «Portugal de Abril», o nome de Cristo em vão pronunciado, um poeta desaconselha a «boa nova» e proclama que «o ódio não mudou de cor». Veste camisa verde, negra ou castanha — o ódio é legionário, fascista, nazi. E anticristão. Ao «menino-Deus» diz-se: «Não nasças!». Mais que um conselho, é uma intimidação, ditada em nome de um ódio cantado com paixão e raiva. «Há mãos armadas e assassinas,/Punhos fechados de vingança;/Surgem da cobardia das esquinas/Podem matar um Deus ainda criança!»

O que aí vai, meus senhores! Quanto pode o reaccionarismo irrecuperável; quanto cega o ódio mesmo expresso em poesia!

O «insulto em cada muro» não atinge o Cristo e a sua Igreja. Mas «o espaço de uma cova», no caso do padre Maximino, foi aberto com uma traiçoeira carga explosiva. O «ódio não mudou de cor»; é reaccionário.

O CONSELHO DA REVOLUÇÃO E AS BOMBAS

No dia 8 de Setembro, o Conselho da Revolução efectuou uma reunião extraordinária. A 9 de Setembro os jornais publicaram um comunicado, apresentado pelo capitão Marques Júnior, no qual se afirmava: «O Conselho tomou, também, conhecimento dos processos relacionados com os bombistas». E o surto bombista não só continuou como assumiu características de agressão indiscriminada às populações inspiradas no evidente propósito de desestabilização. E os «processos»? E as «investigações»?

Dos «processos» não se conhecem consequências judiciárias que tranquilizem a opinião pública e desintoxiquem a vida política. As «investigações», até uma data recente, não foram estimuladas. E só esse facto poderá justificar que o Conselho da Revolução, reunido no dia 16 de Dezembro, tenha concluído: «O País tem assistido com preocupação crescente a um constante desenrolar de práticas terroristas que nenhuma razão pode legitimar. Esta situação tem claramente como propósito, para além das acções concretas que visam, o descrédito das instituições que nos governam e a criação de um clima de insegurança propício ao fortalecimento das forças autocráticas.»

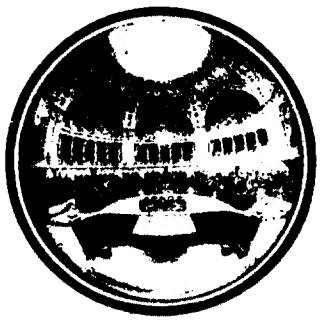
A caracterização política dos objectivos do terrorismo, e logicamente, a indiciação da sua natureza política, afiguram-se justos, mas o Conselho da Revolução é um «órgão de soberania» ao qual cabe, neste período transitório, um relevante papel na institucionalização e na defesa da Democracia. Não pode limitar-se, como no comunicado a que os jornais deram publicidade a 17 de Dezembro, a declarar: «Compete às autoridades agir com eficácia e rapidez contra todos, indivíduos e organizações, que se dedicam a tão criminosas práticas.» E, sendo patente a lentidão das investigações e da actividade judiciária, o Conselho da Revolução que analisara o problema em Setembro, vem em Dezembro, depois dos atentados contra a residência do engenheiro Lopes Cardoso, contra as linhas férreas de Cascais e de Sintra, contra o aqueduto Tejo, declarar que se verifica que as autoridades têm procurado detectar os organizadores das actividades criminosas «empenhadamente com os meios materiais e humanos de que dispõem e no inteiro respeito pelo quadro jurídico que rege tais acções».

O advérbio é forte: «empenhadamente». Desse «empenho» carecemos de informação e não são públicos os resultados. Mas dever-se-á ter em conta que o comunicado da reunião de 16 de Dezembro, «empenha» o Conselho da Revolução, como outras declarações «empenharam» já o Presidente da República e o Governo. A opinião pública espera os resultados desse «empenho». As palavras dos responsáveis constituem, perante o povo, reais compromissos. Exige-se a segurança das pessoas e da vida comunitária. Exige-se a verdade.

PARTICIPAÇÃO POPULAR NO COMBATE AO TERRORISMO

No comunicado relativo à sua reunião de 16 de Dezembro, o Conselho da Revolução aprecia a serenidade das populações perante actos de terrorismo indiscriminado que gravemente atingiram a vida das comunidades urbanas da região de Lisboa e considera a participação dos portugueses necessária na «defesa da nova vida democrática e, simultaneamente, eficaz combate à actividade terrorista». Pretende-se que os cidadãos colaborem com as autoridades e que compreendam a «importância das acções a desenvolver».

Oportuno e adequado é o apelo sóbrio do Conselho da Revolução. Mas para organizar uma séria vigilância popular, não é suficiente fazer-lhe num comunicado de sessão uma referência discreta e breve. Parece-nos indispensável falar claro e ir mais longe. Essa necessidade de participação do povo na defesa da «ordem democrática», implica uma clarificação das relações entre as autoridades e o povo na actual fase do processo de institucionalização democrática. Sabemos que não serão exibições de potencial bélico que evitarão o «surto bombista» e que no seu combate poderão substituir a participação popular, a vigilância popular. O diálogo entre o «Poder democrático» e os democratas tem que ser generalizado para além das fases de propaganda eleitoral, das actividades para captação de eleitores, dos convites ao voto e das aliciações de «clientelismo». O «eleitoralismo» divide, desmobiliza, desmoraliza. Cresce, como é patente, o novo partido: o dos «abstencionistas». E como eram locais e municipais as eleições mais grave se nos afigura a indiferença pelos eleitores manifestada.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Um Plano que não é um Plano

Começando por recusar à proposta de lei do Plano a natureza de «Plano económico do sector público para o próximo ano» até por fazer recordar «os planos indicativos conhecidos em Portugal por Planos do Fomento», o Partido Comunista Português, através do deputado Veiga de Oliveira fez (na passada quinta-feira) a sua primeira intervenção de fundo sobre o Plano e Orçamento. Intervenção muito cautelosa e que ainda não permite descortinar qual será o voto dos comunistas.

Idêntica a actuação do P. S. D./P. P. D. com Magalhães Mota a fazer uma declaração sobre o mesmo tema e Freitas do Amaral (C. D. S.) a mostrar o seu claro descontentamento pelo Plano, a dar a nota do «caos económico». «Ao contrário do que se deveria esperar, o Governo não apresenta medidas concretas, directas e positivas, mas que, antes, se limita a prometer soluções e, neste capítulo, continuamos a ser um País adiado» — acentuaria o presidente do C. D. S.

Mas regressando a Veiga de Oliveira, já que a intervenção de Magalhães foi apenas de carácter literário, com imagens e citações do actual ministro da Agricultura ao «Le Monde» e de Pierre Massé, o deputado comunista viria a acentuar que o «Plano não passa de um programa», isto é, «de dois programas de investimentos, não de um plano económico. «E citou vários artigos da Constituição que se deve ter (e não tem) em conta para a elaboração do Plano. E aconselhou o Governo: «Como não é a Assembleia da República quem tem de aprovar o Plano mas a sua lei, está ainda o Governo a tempo de elaborar o Plano à luz das grandes opções que venham a ser aprovadas pela Assembleia da República.»

A ambiguidade do Governo seria acentuada pelos partidos políticos. «O Governo mantém a sua ambiguidade. Constituído na base de um programa que não era o que apresentou ao eleitorado e, menos ainda, o do seu partido, ainda desta vez não encontrou a simples coerência de se assumir» — diria, por exemplo, Magalhães Mota.

A defesa do Plano está a cargo, nas bancadas do P. S., de Vitor Constâncio, nome muito apontado para futuro cargo ministerial, enquanto na tribuna do Governo, ministros e secretários de Estado se sucedem na defesa do Plano e Orçamento. O secretário de Estado do Planeamento, Manuela Silva acentuou: «O que está em discussão é um plano de acção anual e não um plano a médio ou longo prazo que será apresentado à Assembleia em Maio e Outubro, respectivamente».

MÁRIO SOARES FALA HOJE

Entretanto, tudo leva a crer que o Primeiro-Ministro, Mário Soares intervirá hoje nos debates da Assembleia da República. Também hoje deverá ficar mais clara a posição dos partidos, posição essa que passará muito mais pelas «negociações de gabinete» conforme nos dizia um dos deputados da Assembleia.

ÉVORA: MAIS UMA DESOCUPAÇÃO

"Se não vai a bem vai a mal"

— foi o aviso aos trabalhadores

«Trouxe aqui carne assada e uns rapazes para pegar uma vaca.» Foi com este «convite» (com esta provocação, dizemos nós) aos trabalhadores que o latifundiário António Barbeiro se preparava para festejar, com oito carros cheios de C. A. P.'s, na passada quinta-feira, a desocupação das «suas propriedades» de Bodeal da Rainha e Murteira, que hoje fazem parte da Cooperativa Agrícola de Santana do Campo.

A desocupação não se consumou nessa altura, pois o gado não se encontrava ali, mas o Centro Regional da Reforma Agrária de Évora apressou-se a marcar outra data: amanhã.

As duas herdades somam cerca de 50 mil pontos previstos na lei. Mais exactamente 47 mil, conforme nos declaram dois trabalhadores: Pedro Joaquim Ribeiro Pestaneira e Joaquim Augusto Macau, que se deslocaram a Lisboa para tentar resolver o problema. Acontece que as herdades não somam mais de 50 mil pontos. Mas, e as outras herdades e pinhais dos arredores de Leiria e de Boavista, onde vive o sr. António Barbeiro? E também as terras no Vale do Mondego e a sua vida como industrial de carnes? Apenas uma vez por semana se deslocava a estas herdades, que foram ocupadas quando fazia sabotagem económica. Retirava os gados das herdades, segundo nos contam os mesmos trabalhadores.

«Se não vai a bem vai a mal», foi com esta ameaça que um responsável do Centro se dirigiu aos trabalhadores: «Isto é — diz-nos um dos trabalhadores — «temos as facas, as armas encostadas ao peito.»

O processo desta desocupação foi suspenso no tempo do ministro Lopes Cardoso para revisão. Agora, porém, foi adiante. Com más informações, como relatam estes homens, pois dizem que a propriedade só tem 31 mil pontos quando na verdade, segundo o registo, atinge os 47 mil.

Isto já para não falar no desemprego que vai ocasionar com estas entregas de terras. Será que o sr. Barbeiro vai trabalhar a terra ou vai deixá-la abandonada, como estava antes da ocupação em 6 de Agosto de 1975? O gado bravo era a sua principal exploração. Uma ganadaria que, dizem-nos, onde se respeitava pouco a raça e se pensava mais no talho.

A cerca de 30 quilómetros de Évora, na aldeia de Santana do Campo, terá lugar possivelmente amanhã mais uma desocupação. «Deve ser o menino Jesus do subdirector do Centro, eng.º Pedrosa para o António Barbeiro, já que são amigos e da mesma terra», afirma-nos Pedro Joaquim Pestaneiro, «criado dele cinco anos.»

Mais uma desocupação onde não há lugar para negociações, nem para diálogo. Onde apenas existiu um interlocutor: o proprietário. Desocupação que, «se não vai a bem, vai a mal».

Os dois trabalhadores falando ao nosso jornal

M.R.P.P. passa a P.C.T.P.

Delegados de todo o País participam no Congresso Nacional do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (M. R. P. P.), que se iniciou ontem nas instalações da Voz do Operário». O objectivo principal desta reunião magna dos militantes do M. R. P. P. é a transformação desta organização política no Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses (P. C. T. P.).

O congresso terminará amanhã com uma sessão solene na Feira Internacional de Lisboa (F. I. L.) que será precedida da eleição do Comité Central do novo P. C. T. P.

pub

EDP-Electricidade de Portugal-E.P.

CAPITAL: 70.000.000$00

SEDE:

R. D. Francisco Manuel de Melo, 23-A, 5.º, 6.º e 7.º

LISBOA

OBRIGAÇÕES DE 5 % 1958

28.º SORTEIO

Para os devidos efeitos se comunica que o sorteio de obrigações a amortizar em 1 de Janeiro próximo, se realizará na sede desta sociedade em 28 de Dezembro de 1976, pelas 12 horas.

Lisboa, 20 de Dezembro de 1976.

EDP — Electricidade de Portugal — E. P.
Unidade de Gestão ex-CEAL

post-scriptum

Fomento da Habitação e da Bronquite

Habito há mais de um ano um andar com que o Fundo de Fomento da Habitação me presenteou. Fiquei satisfeito, mas um pouco desconfiado, pois já ouvira uns zunzuns...

Quando vieram as chuvas essas desconfianças confirmaram-se, infelizmente.

Nos quartos dos meus filhos, é com tristeza que vejo a água das chuvas a escorrer pelas paredes interiores; no meu quarto, na casa de banho e na cozinha é a mesma coisa. Isto sem contar com as manchas de humidade que aparecem no tecto. Entretanto os meus filhos, que sofrem de bronquite, começam a sentir os efeitos da humidade. Chegamos a uma altura que quase todas as semanas tínhamos de chamar o médico a casa, sem contar com as idas ao posto.

Depois de algum tempo, vendo que não tinha outra solução, escrevi ao F.F.H. pedindo a minha transferência para outro bairro. Não obtive resposta. Tentei novamente. Responderam-me, dizendo que a transferência para outro bairro não podia ser; só para outra casa no *mesmo bairro.*

Isto até tinha graça! Seria para ter outra casa nas mesmas condições? Sim, só assim! Quem tem uma boa casa não vai sair dela. Ou será que neste bairro haverá casas vagas sem humidade? O que me chocou mais foi o «não» seco do F.F.H. Nem sequer houve uma pequena tentativa deste departamento para saber o que havia de justo e verdadeiro no meu pedido.

É este o caso que fazem do povo trabalhador. São estas as casas que fazem para o povo, com o dinheiro do povo.

Hugo Freitas Andrade
CACÉM

Orelhas abertas à CAP
Olhos fechados ao Alentejo

Sua Excelência, o sr. Ministro Barreto, é um poco de contradições. Diz-se socialista, mas as acções que pratica provam o contrário: no Comércio Interno, protege os intermediários, liberta os preços, trava os primeiros esboços dos circuitos de distribuição colectivos. Diz-se democrata, mas manda a GNR, com armas e blindados, impor as suas ideias sobre Reforma Agrária aos trabalhadores agrícolas alentejanos. Diz-se pelos trabalhadores, mas nem sequer se digna recebê-los quando lhe pedem audiência (podem cheirar mal).

Sua Excelência apregoa a fraternidade, mas defende a exploração e semeia a injustiça, a desordem, a violência. Sua Excelência apregoa a liberdade, e aqui pelo menos, não mente: nunca os preços andaram tão livres como agora!

Sua Excelência diz-se pela justiça, mas não se sente incomodado com os roubos e prepotências dos senhorios sobre os pequenos rendeiros do Norte e Centro do País.

Sua Excelência reconhece a CAP, mas ignora o MARN. Promete novas (?) leis para o Alentejo, mas ignora os pedidos de cumprimento da Lei do Arrendamento Rural.

Sua Excelência, o sr. ministro Barreto, é um poço o ambiente no Norte e Centro do País não é favorável ao cumprimento da Lei do Arrendamento Rural, mas ignora o ambiente favorável no Sul.

Algumas coisas, porém, sua excelência não diz.

Não diz que pode estar enganado, que o informam mal, que as coisas podem ser diferentes daquilo que pensa.

Mas uma coisa, sobretudo, não diz sua excelência: de socialista tem apenas o emblema.

César Serra Alves Simão
LISBOA

A PIDE nunca existiu

Ao ler o relato das cenas do julgamento dos responsáveis pela morte do escultor antifascista Dias Coelho, não posso deixar de ficar estupefacto perante o ridículo das alegações apresentadas em defesa dos facínoras. Perante a caricata amnésia lacunar de que querem fazer alarde, perante as convulsões quase paroxísticas ao mais refinado estilo truanesco com que vão mimoseando a assistência, perante a insolência de que dão provas, não posso deixar de me inquirir sobre algo que se encontra por detrás desta fachada. O que será feito dos mais directos colaboradores destes agentes da repressão fascista? Estarão em postos-chave, accionando, sub-repticiamente, as alavancas de que tão bem se utilizaram no anterior regime? Serão eles o «background» oculto, que, pela calada, tanta confiança vão transmitindo aós criminosos torcionários?

Quando altos responsáveis pela governação falam em negligência no efectivo desmantelamento da sinistra organização, julgo lícito perguntar a esses responsáveis (ou irresponsáveis?) se já mediram a profundidade das suas afirmações? Será que o Povo que os elegeu (a alguns...) terá que pagar os erros da sua incompetência? Ou, «a contrario sensu», esperam vir a auferir dividendos à custa de tal política encobridora?

O «gang» fascista nem precisa de renascer das próprias cinzas. Pois se ele ainda está incólume! Os governantes (e não só...) assim o dizem... A quem pedir contas do que vier a suceder? A espada de Dâmocles cairá, implacavelmente, sobre a cabeça dos actuais responsáveis! É certo que nem sempre são eles os responsáveis directos Goering também o não foi, «malgré tout» todavia, ao se rodearem por um «staff» nem sempre escrupuloso no cumprimento eficaz da sua missão, passam, também eles, a fazer jus a um lugar no pelourinho...

Só um ingénuo é que não se apercebe de certa instrumentalização de que estão a ser alvo (talvez sem se aperceberem disso...) certos responsáveis. Mas é simples de constatar: basta medir a velocidade de circulação de certos processos e a sua vinda a lume em

Continua na pág. 4

REPENSAR PORTUGAL — I

VICTOR DE SÁ

Quis Victor de Sá que viessem a lume no «Diário de Lisboa», algumas páginas do volume que, no próximo mês de Janeiro, será editado por Livros Horizonte e que se intitulará — como esta série de reflexões — REPENSAR PORTUGAL.

Depois de um longo período de alienação histórica, profundamente marcado pelo mito do Império e pela prática do colonialismo, ainda não se cuidou de tentar explicar aos Portugueses as razões do regresso à sua Pátria genuína. A Revolução e a Escola descuidaram este esclarecimento de carácter nacional. E, no entanto, Portugal é um País novo, carecido de uma nova consciência colectiva.

As Reflexões, de Victor de Sá, representam um contributo para essa tomada de consciência das legítimas razões por que devemos orgulhar-nos de sermos Portugueses e de termos dado ao Mundo novas pátrias. A expansão crescente da nossa língua, actualmente em quarto lugar (depois do inglês, do russo e do espanhol), aí está para o confirmar.

Licenciado em Ciências Históricas e Filosóficas pela Universidade de Coimbra (1959) e doutorado em História pela Universidade de Paris (1969), Victor de Sá é professor na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde rege as cadeiras de História Contemporânea de Portugal e do Colonialismo e Descolonização. É também professor visitante da Universidade do Minho.

A sociedade portuguesa começou a ser desbloqueada. O 25 de Abril não foi apenas uma libertação política, com o derrube de um governo e o afastamento dos órgãos de decisão de alguns dos responsáveis pela persistente sujeição da Nação portuguesa. Se tivesse sido apenas isso já tinha, mesmo assim, sido muito. Mas foi muito mais, pois foi também o fim de uma guerra colonial em três frentes, que há 13 anos sacrificava de igual modo os povos coloniais e o povo português. Foi, concomitantemente, o reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e à independência. Além de tudo isso, foi ainda por imperiosa necessidade, o desmantelamento do poder económico dos monopolistas e dos latifundiários.

Assim, quebrados os diques da sujeição nacional e da opressão dos povos, a sociedade portuguesa encontrou outro campo de libertação: a libertação mental.

Na realidade o bloqueamento económico e político acarretava consigo um bloqueamento mental, que, de tão persistente, era já imperceptível para a quase totalidade das pessoas. A esta regra, que como regra tem excepções não fugiam os próprios intelectuais, que não são — aqueles — isto é bem certo — que mais facilmente têm compreendido este tempo novo de mudança. E isto por dua razões fundamentais. Por um lado, porque numa sociedade capitalista monopolista como era a sociedade portuguesa, os intelectuais emergiam naturalmente ou das camadas dirigentes que exerciam o predomínio da sociedade, ou das camadas pequeno-burguesas com ideais de servir a burguesia. Os seus interesses de classe predispõem-nos por isso muito mais a uma atitude saudosista relativamente ao passado do que a uma participação construtiva na transformação da sociedade. Por outro lado, porque os intelectuais, até, muitas vezes por força da rotina profissional, geralmente deixaram-se ancilosar amoldados a formas de pensamento e a condicionalismos de informação ou de cultura que eram características da sociedade bloqueada. Isto sem falar no atrofiamento mental que resultou para grande parte dos portugueses de um ensino que, durante demasiado tempo, foi um ensino de memória e repetição, divorciado do espírito crítico, e pelo contrário, conducente a uma atitude mental e a um comportamento de passividade senão mesmo de subserviência.

Uma pedagogia fascista, assim tão persistentemente exercida nas escolas e na sociedade, sobre sucessivas gerações, necessariamente que acabou em muitos casos por seleccionar pelo negativo os quadros mentais da sociedade portuguesa. De modo que chegamos a uma situação — esta em que nos encontramos — na qual se acham mais predispostas para a mudança as pessoas intelectualmente disponíveis, ainda que analfabetas, do que as pessoas intelectualmente comprometidas com um tipo de cultura que era a cultura da classe dominante, isto é, a cultura burguesa.

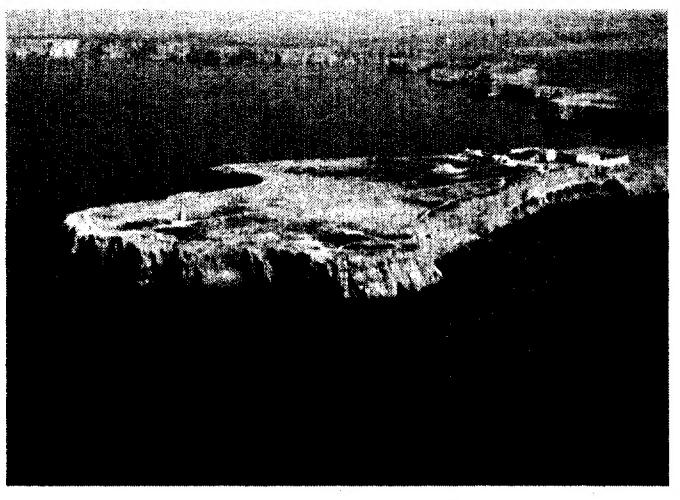
A situação do intelectual português agrava-se por duas ordens de razões. Primeiro porque tendo sido a classe dominante não uma burguesia qualquer, mas a burguesia monopolista, a cultura era necessariamente alienatória procurando afastar as pessoas de tomar consciência dos mais importantes problemas nacionais, nomeadamente da consciência histórica na nacionalidade. E assim, o intelectual português estava mais ao corrente por exemplo dos luxos da cultura francesa do que das carências espirituais dos seus concidadãos.

Depois porque ao fim de várias gerações, a maioria dos intelectuais com responsabilidades específicas na sociedade portuguesa foram mentalmente tão moldados pela pedagogia repressiva, que pode dizer-se que «formatura» correspondia não a uma **formação** mas a uma **deformação** na medida em que quanto mais se subia na escalada dos graus académicos até ao chamado «ensino superior» mais longo era o calvário sofrido na distorção mental. Só aqueles raros que por si próprios discretamente cultivaram o espírito escaparam à degradação consequente de uma tal pedagogia.

E por todas essas razões, além de muitas outras, que a revolução cultural complementa naturalmente a Revolução Portuguesa em curso.

E nessa revolução cultural integra-se uma tomada de consciência histórica do cidadão português, uma consciência da qual ainda há muito alienado.

Vejamos porquê. Só agora, com o desbloqueamento da sociedade portuguesa e com a libertação mental daí decorrente podemos começar a formular colectivamente estas considerações.



De Sagres — início da expansão em que nos dispersámos — regressamos agora ao país quotidiano e à força transformadora das massas populares.

Qual a essência da nacionalidade portuguesa? Quais as características e quais os factores de agregação de um povo dramaticamente disperso pelo mundo mas tenazmente aferrado ao terrunho da sua natilidade?

Não é a primeira vez que estes e outros problemas idênticos se põem aos portugueses. No século passado, por exemplo, nas crises nacionais que dominaram o primeiro quartel (independência do Brasil) e o final (Ultimato) se puseram com acuidade problemas deste teor. Repercutindo nos espíritos, intelectualmente maissensíveis, acabaram por provocar um autêntico renascimento dos valores nacionais, através da introdução e do desenvolvimento de novas formas de cultura: no primeiro caso, o romantismo em literatura e na arte, a adopção de critérios científicos na historiografia, com a implícita revisão da nossa história, e a adopção ainda de novas concepções económicas, sociais e políticas, no segundo caso, o naturalismo em arte e o realismo em literatura a introdução das ciências sociais entre nós — a sociologia e etnologia, a história económica, etc. — a adopção em largos sectores das ideologias proletárias, inerentes ao primeiro surto da industrialização em Portugal e a tendência generalizada, para a democratização da cultura através das mais variadas iniciativas quer governamentais quer associativas.

Em ambos os casos o intelectual transformou-se num **clerc** — por exemplo, Garret Herculano no romantismo, Antero, Bazílio Teles no naturalismo, investido da missão de arauto dos novos temas e das novas ideias, ao mesmo tempo que guia encarregado de apontar às massas os caminhos do futuro.

E contudo, no final do século passado não houve em Portugal sequer uma revolução. Apenas o sobressalto de uma consciência nacional chocada pelos acontecimentos da Conferência de Berlim e do Ultimato denunciadores da cínica sobranceria com que o imperialismo desprezava uma pátria soberana dispondo dela como se de um protectorado se tratasse. Curioso notar, que já então em ambos os casos era a questão colonial que afectava o sentimento da nacionalidade portuguesa.

Agora, porém, deu-se em Portugal a Revoluçao mais profunda de toda a sua longa história de mais de oito séculos. Independentemente das paixões e obcessões partidarísticas, que na sofreguidão obter clientelas eleitoris tanto tem contribuido para alienar os portugueses da compreensão da grandeza do momento histórico que temos vivido, Portugal deu nós nossos dias uma volta sobre si próprio e recolheu-se, com a dignidade de um grande povo, à sua genuina nacionalidade, encerrando-se desse modo no curto lapso de ano e meio um ciclo de cinco séculos de colonialismo, de extravasão de Portugal para fora de si próprio.

Que implicações acarreta esta profunda e irreversível mudança para a nossa forma de viver e de nos situarmos no mundo?

Estamos hoje em tamanha dificuldade de compreender isto como esteve outrora a maiora dos nossos antepassados perante o grande acontecimento seu contemporâneo das Descobertas.

Com duas circunstâncias agravantes para nós. A primeira é que as Descobertas foram um fenómeno muito mais lento: entre a aportação da Madeira (1418) e a descoberta ofi-

Continua na pág. 4

pub

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO SUL E ILHAS

NÃO AO DECRETO DAS QUOTIZAÇÕES SINDICAIS

comunicado 78/76

Camaradas

Pela imprensa diária, foi o Movimento Sindical Português informado da resolução do Conselho de Ministros, que atribui às associações sindicais a cobrança da quotização sindical, a qual — na grande maioria dos casos — vinha sendo executada por intermédio das entidades patronais.

O decreto anunciado altera, assim, mais um artigo da famigerada «Lei das Associações Sindicais», ou seja, o Decreto-Lei n.º 215-B/75, de 30 de Abril; contudo, e embora seja correcta a defesa do princípio de que é às organizações sindicais que compete a cobrança das quotizações dos seus associados, fortalecendo, assim, a independência dos Sindicatos face ao patronato, a verdade é que não pode esta Direcção concordar, para já, com tal resolução, constante do Decreto-Lei n.º 841-B/76, de 7 do corrente.

E isto, porquê?

Porque tal decreto pode alterar unilateralmente parte das Contratações Colectivas, relativamente a essa matéria, as quais só poderão ser revogadas de acordo com as partes interessadas; no nosso caso concreto, se se considerasse imperativa a letra de tal decreto, equivaleria à revogação unilateral da cláusula 29.º do actual C. C. T. e comprometeria a negociação que se vai iniciar, no que concerne a tal matéria.

Por outro lado, tal decreto, elaborado e promulgado sem a prévia auscultação dos Sindicatos, contraria por isso frontalmente o espírito da Constituição e, inclusivamente, a alínea c) do art.º 1.º do anteprojecto de Decreto-Lei recentemente anunciado pelo Ministério do Trabalho, no qual se pretende fazer eco das reivindicações dos trabalhadores, no sentido de ser dado cumprimento à letra e ao espírito da Constituição.

Também porque tal medida não tem em conta a actual situação do Movimento Sindical e, a ter concretização imediata, pode levar ao enfraquecimento — senão à liquidação — de muitos Sindicatos, que não estão em condições de, imediatamente, criarem estruturas que possibilitem a reconversão dos processos de cobrança de quotização dos seus associados.

Sendo assim, a quem serve esta medida, e promulgada desde já?

Só poderá servir aqueles que tudo fazem para conseguir o regresso ao passado; serve, por certo, a C. I. P. e organizações patronais que, dias antes daquela resolução, emitiam uma circular confidencial aos seus associados, na qual ordenavam aos empresários que deixassem de proceder à cobrança das quotas dos trabalhadores para os Sindicatos.

Ao Governo compete «assegurar a transição para o socialismo, mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras», como refere a Constituição da República Portuguesa, pelo que o Governo não pode — nem deve — sujeitar-se a tais pressões do patronato.

Esta Direcção não pode deixar de se opor, neste momento, ao Decreto-Lei 841-B/76, por o considerar inoportuno e lesivo dos interesses imediatos dos trabalhadores; isto não significa que não continue a defender a independência dos Sindicatos face ao patronato, ao Estado ou a quaisquer outras organizações, mas a defesa dessa independência não pode ser feita através de medidas que poderão levar à liquidação dos Sindicatos.

Por isso, exigimos do Governo a imediata revogação de tal Decreto e apelamos a todos os Sindicatos que analisem este problema e se preparem para criar condições que permitam a construção da sua verdadeira autonomia.

Apelamos, também, às Comissões de Delegados Sindicais para a imediata denúncia de todas as tentativas que sejam feitas para executar, tais medidas que, na prática, violam o estabelecido no nosso C. C. T.

NÃO ÀS LEIS QUE AFECTEM OS INTERESSES DOS TRABALHADORES!
PELA REVOGAÇÃO DO DECRETO-LEI 841-B/76

Lisboa, 16/12/76

Pel'a Direcção

Nacional

Repensar Portugal — I

Continuação da pág. 3

cial do Brasil (1500) medeiam 82 anos; enquanto entre o derrube do regime colonialista (25 de Abril de 1974) e o encerramento do processo de descolonização que praticamente foi atingido com a independência de Angola (11 de Novembro de 1975), depois de reconhecidas sucessivamente as novas nacionalidades da Guiné e Cabo Verde (29 de Agosto de 1974), e no ano seguinte as de Moçambique (25 de Junho) e de S. Tomé e Príncipe (12 de Julho), vão decorridos apenas dezanove meses, ou mais precisamente ano e meio e duas semanas. A velocidade das transformações objectivas não foi, portanto, acompanhada pela capacidade subjectiva de se apreender o significação e a imensa importância dessas transformações. Esta, a primeira circunstância agravante.

A segunda, foi a real alienação, obra sistemática e pertinaz do regime colonialista deposto, da consciência histórica dos portugueses. Durante o meio século que antecedeu o 25 de Abril, a disciplina de história foi transformada numa das principais armas ideológicas do fascismo. E disso não se deram conta tão-pouco, nem mostraram ainda sinais de o darem agora, a grande maioria dos intelectuais portugueses, mesmo muitos daqueles que têm assumido responsabilidades no curso da Revolução e da direcção cultural nos governos pós-25 de Abril.

E compreende-se porquê.

post-scriptum

Continuação da pág. 3

datas estratégicas (vide Processo de sevícias) e comparar com outros a quem se põem os máximos entraves, os empecilhos mais inverosímeis, as objecções mais mirabolantes, apesar de os factos que lhes deram origem serem mais remotos. A «santa cruzada» da instrumentalização, servida pelo aparelho adulador da direita, continua activa. Só a não vê quem é cego, ou míope.

Perante certa amnésia galopante que por aí campeia não espantará muito que algumas eminências pardas comecem a badalar que a Pide nunca existiu! Para evitar isso, é preciso que todos participemos (intervindo activamente) no seu efectivo desmantelamento.

O Povo não sofre de amnésia. A sua memória é longa.

José Manuel F.L. de Sá
LISBOA

Vice-presidente do I.N.I.C.

Por despacho do ministro da Educação e Investigação Científica foi nomeado vice-presidente do Instituto Nacional de Investigação Científica o dr. César Augusto Nunes Viana, professor extraordinário da Faculdade de Ciências de Lisboa.

PUB.

EPAL

EMPRESA PÚBLICA DAS ÁGUAS DE LISBOA

CONCURSO PÚBLICO PARA ADJUDICAÇÃO DAS EMPREITADAS DE FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO DE CLORAGEM DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA DE S. JERÓNIMO E CAMPO DE OURIQUE

Faz-se público que o concurso em referência, primitivamente marcado para as 15 horas do dia 30 de Dezembro de 1976, foi adiado para o próximo dia 26 de Janeiro de 1977, às 15 horas devendo a entrega das propostas ser feita até às 17 horas do dia 25 de Janeiro de 1977.

Lisboa, 21 de Dezembro de 1976.

PelA EMPRESA PUBLICA DAS ÁGUAS DE LISBOA

O Presidente da Comissão de Fiscalização

João Bau

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

(CONTINUAÇÃO)

Nos termos da alínea c) do artigo 12.º dos Estatutos convoco todos os sócios no pleno gozo dos seus direitos para uma Assembleia Geral Ordinária (continuação) a realizar no próximo dia 27-12-76, pelas 22 horas, no Pavilhão dos Desportos, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Discussão e votação do Orçamento para o ano de 1977.

NOTAS: 1 — A apresentação do cartão de sócio, ou de qualquer documento identificativo é essencial para a entrada na Assembleia.

2 — Nos termos do artigo 18.º dos Estatutos esta Assembleia terá início às 22 horas, com a maioria dos sócios ou 30 minutos depois com qualquer número.

Lisboa, 13-12-76

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

(CONTINUAÇÃO)

Nos termos da alínea c) do n.º 5 do artigo 13.º dos Estatutos convoco todos os sócios no pleno gozo dos seus direitos para uma Assembleia Geral Extraordinária (continuação) a realizar no próximo dia 27-12-76 pelas 20 horas, no Pavilhão dos Desportos com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Discussão e votação do Orçamento para o ano de 1976.

NOTAS: 1 — A apresentação do cartão de sócio, ou de qualquer documento identificativo é essencial para a entrada na Assembleia.

2 — Nos termos do artigo 18.º dos Estatutos esta Assembleia terá início às 20 horas, com a maioria dos sócios ou 30 minutos depois com qualquer número.

Lisboa, 13-12-76

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PUB.

EPAL

EMPRESA PÚBLICA DAS ÁGUAS DE LISBOA

CONCURSO PÚBLICO PARA ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO DE CLORAGEM DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE SACAVÉM

Faz-se público que o concurso em referência, primitivamente marcado para as 15 horas do dia 28 de Dezembro de 1976, foi adiado para o próximo dia 27 de Janeiro de 1977 às 15 horas devendo a entrega das propostas ser feita até às 17 horas do dia 26 de Janeiro de 1977.

Lisboa, 21 de Dezembro de 1976.

PelA EMPRESA PUBLICA DAS ÁGUAS DE LISBOA

O Presidente da Comissão de Fiscalização

João Bau

Nacional

Duas prisões localizadas nos arredores de Lisboa — Linhó e Tires — foram visitadas pelo Primeiro-Ministro na tarde do dia 25. Mário Soares, que se encontrava acompanhado de sua mulher, do ministro da Justiça, Almeida Santos, do secretário de Estado da mesma pasta, Santos Paes, do subsecretário de Estado da Comunicação Social, Soares Louro, e do director dos Serviços Prisionais, Carlos Meira, esteve primeiro na prisão de Linhó, onde se encontram 287 reclusos, todos homens, e seguidamente em Tires, prisão apenas para mulheres. É a esta última visita que se reporta a nossa fotografia. Na noite do dia 25 o Primeiro-Ministro deslocou-se ainda às instalações da Casa Pia de Lisboa onde jantou

PARA O CARDEAL PATRIARCA

Ideologias políticas e ideias progressistas são factor de desagregação familiar

Lembrando que entre os portugueses a festa do Natal é a festa da família, o cardeal-patriarca de Lisboa na sua mensagem natalícia dirigiu um apelo para que se reforcem os laços que unem a comunidade familiar, onde o amor deve constituir o principal facto de estabilidade.

«As famílias portuguesas encontram-se hoje expostas, mercê de várias circunstâncias, à desagregação corrosiva de forças ameaçadoras», afirmou D. António Ribeiro que apontou como causas da destruição da família «o egoísmo exacerbado, a situação permissiva de muitos instintos animalescos à solta; a divisão, o confronto e até o ódio que certas ideologias políticas semeiam dentro dos lares e a sementeira de ideias e de imagens, pomposamente chamadas de «progressistas» e que muitas vezes mais não são do que um atentado directo contra o sentido moral e espiritual da família».

Entretanto, na sua mensagem de Natal para todo o Mundo, o Papa Paulo VI homenageou os homens que avançam na conquista da terra e do Universo mas «como a Humanidade não é perfeita, necessitam de Deus». A tradicional benção «Urbi et Orbi» reuniu na Praça de S. Pedro cerca de 20 mil fiéis, sendo a mensagem divulgada em 12 línguas incluindo o Português, o Grego, o Polaco, o Russo, o Chinês e o Swahili.

Tendo reafirmado a sua crença na igualdade das mulheres perante os homens, Paulo VI condenou mais uma vez o aborto e o controlo de natalidade. Entretanto, dentro de duas semanas espera-se que o Parlamento italiano vote uma lei de liberalização do aborto, ainda que perante a oposição do Partido Democrata-Cristão governamental.

Tentou suicidar-se no dia de Natal

PORTO, 27 — António Manuel, de 14 anos, no dia de Natal, lançou-se de uma janela do Coliseu do Porto, tendo sido conduzido ao Hospital de Santo António sem fala e com várias fracturas.

O jovem, que é natural do lugar de Idanha, Espinho, encontra-se numa fase de recuperação, tendo começado já a articular algumas palavras. De acordo com estatísticas mundiais, a quadra do Natal regista sempre uma subida de tentativas de suicídio, que alguns psicólogos identificam com uma maior acuidade em relação à solidão em dias que a maioria das pessoas se reúne para confraternizar.

Ampliação do aeroporto do Funchal

FUNCHAL, 27 — Foi já aberto concurso público para elaboração do projecto-base de ampliado do Aeroporto de Santa Catarina.

Uma nota emitida pelo Ministério dos Transportes e Comunicações, a propósito, refere que as empresas projectistas interessadas deverão apresentar as suas propostas até às 17 horas do dia 31 de Janeiro de 1977.

Protestos em Portugal contra prisão de Santiago Carrillo

A Associação Portugal-Espanha enviou um telegrama ao embaixador de Espanha em Lisboa protestando contra a prisão de Santiago Carrillo e outros comunistas «infringindo assim os direitos do Homem».

Entre outros fazem parte da Associação Portugal-Espanha, conhecidos intelectuais como Sophia de Melo Breyner, Andresen, Jacinto Ramos, José Saramago, J. M. Galvão Teles, José Cardoso Pires, Maria Velho da Costa, José Marques e dr. José Galambas.

Também o Secretariado da Intervenção Socialista emitiu um comunicado contra a prisão de Santiago Carrillo e outros membros do Comité Executivo do Partido Comunista Espanhol, considerando que isso «constitui uma clarissima violação dos mais elementares, e por isso mesmo essenciais, direitos do Homem» e «demonstra também as profundas contradições em que se debate a burguesia espanhola perante o incipiente e incerto processo de evolução pós-franquista, que muitos se apressaram a saudar sem lhe analisarem os respectivos limites e a caracterização de classe de um bloco que, embora diversificado, procura preservar a sua hegemonia tradicional».

Outra tomada de posição a juntar a muitas outras que se têm verificado contra a prisão de Carrillo vem da Base — Frente Unitária de Trabalhadores. «A prisão de Santiago Carrillo, secretário-geral do P. C. E.; de López Raimundo, do P. S. U., Partido Socialista Unificado da Catalunha; e de outros resistentes antifascistas, mostra que as pseudotransformações políticas verificadas em Espanha visam a continuação do fascismo, apesar das aparências liberais», considera a Base-F. U. T. E acrescenta esta organização que «a prisão de resistentes antifascistas como Santiago Carrillo, Raimundo López, Pilar Bravo e tantos outros, são os sinais de que a mordaça e a repressão são expressões vivas do fascismo, que todos bem conhecemos, e que continuam a existir em Espanha».

NO PORTO

PORTO, 27 — O núcleo do Porto do Conselho Português para a Paz e Cooperação enviou ao presidente do Conselho de Ministros de Espanha, Adolfo Suarez, e ao embaixador daquele país em Lisboa, telegramas em que «protesta contra a prisão de Santiago Carrillo, Lopez Raimundo e outros antifascistas» considerando tal atitude como «inquietante desmentido das promessas de democratização da vida política espanhola».

Bombeiro Messias assistiu ao nascimento do filho de Madalena

Um bebé nasceu ontem a alta velocidade, em plena ambulância dos Bombeiros Voluntários de Algés. Aconteceu quando a ambulância «voava» a caminho da Maternidade de Oeiras, eram nove e um quarto da noite.

Na circunstância, assistiu ao parto o «voluntário» Albano Miguel Messias.

A jovem mãe, de 22 anos, chama-se Maria Madalena da Silva, natural de Cabo Verde.

Da Maternidade de Oeiras dizem-nos que a mãe e o bebé — uma menina com três quilos cento e cinquenta — se encontram bem.

pub

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

EDITAL N.º 118/76

Faz-se saber que no dia 25 de Janeiro de 1977, pelas 15 horas, terá lugar na 1.ª Repartição — Armazéns e Imprensa Municipal da Direcção dos Serviços Técnico-Especiais, Avenida 24 de Julho, 171, o concurso público para o «FORNECIMENTO DE FARDAMENTOS, RESGUARDOS E CALÇADO AOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DURANTE O ANO DE 1977», com as bases de licitação indicadas no respectivo programa do concurso. (Processo n.º 49/76/CP/DSTE).

O depósito provisório, para o conjunto do fornecimento é de 702 820$00.

Para os concorrentes interessados na Parte I o depósito provisório é de 167 850$00.

Para os concorrentes interessados na Parte II o depósito provisório é de 217 170$00.

Para os concorrentes interessados na Parte III o depósito provisório é de 54 220$00.

Para os concorrentes interessados na parte IV o depósito provisório é de 177 330$00.

Para os concorrentes interessados na Parte V o depósito provisório é de 86 250$00.

e o definitivo de 5 % da importância da adjudicação, sendo o primeiro efectuado na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, suas filiais, agências ou delegações, mediante guia preenchida pelo concorrente de harmonia com o modelo 1, anexo ao «Programa de concursos para adjudicação de empreitadas e de fornecimento da Câmara Municipal de Lisboa, publicado no «Diário Municipal» n.º 7673, de 24/10/1960.

O processo de concurso encontra-se patente, todos os dias úteis na referida Repartição.

Paços do Concelho de Lisboa, 20 de Dezembro de 1976.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA

Lino José Góis Ferreira

(Coronel)

PUB

CARTA ABERTA

DISCUTIR, ESCLARECER, VOTAR

De acordo com as recomendações do último Plenário de Sindicatos aderentes aos princípios da CARTA ABERTA, os trabalhadores continuam a EXIGIR ORGANIZADAMENTE DENTRO DOS RESPECTIVOS SINDICATOS a convocação de consultas através de amplas Assembleias Gerais por VOTAÇÃO SECRETA.

Os resultados são inequivocos, que continuam a demonstrar que quaisquer que sejam os golpes

A DEMOCRACIA VENCERÁ!

SINDICATOS ONDE JÁ FORAM OUVIDOS OS TRABALHADORES POR VOTAÇÃO SECRETA

	II CONGRESSO DA INTERSINDICAL	
	SIM	NÃO
Escritórios de Lisboa	1 421	11 039
Escritórios de Faro	325	581
Seguros do Sul	385	2 962
Telefonistas do Norte	45	710
Hotelaria do Porto	105	85
Hotelaria de Faro	637	60
Engenheiros do Sul	255	391
Escritórios de Braga	161	265
Bancários do Sul e Ilhas	685	10 064
Técnicos de Topografia	75	134
Técnicos de Vendas	183	1 204
	4 277	27 595

SINDICATOS QUE VÃO OUVIR OS TRABALHADORES POR VOTAÇÃO SECRETA

Escritórios de Aveiro 8.1.77
Escritórios do Porto 10.1.77
Professores da Grande Lisboa 12.1.77
Cerâmicos de Aveiro ..... Ainda não marcado
Escritórios de Vila Real e Bragança ..... Ainda não marcado

SINDICATOS ONDE JÁ FORAM TOMADAS DECISÕES POR ASSEMBLEIAS GERAIS

Seguros do Norte .... Adesão à Carta Aberta - Não ao 2º Congresso
Construção Civil Aveiro .... Não ao 2º Congresso
Mineiros do Centro e Norte - Por votação secreta decidiram aderir aos princípios da CARTA ABERTA 230 votos a favor - 36 contra. Decorre neste momento votação secreta sobre participação no 2º Congresso da Intersindical e sobre a continuação da filiação na Intersindical.

POR UMA CENTRAL SINDICAL ÚNICA, AUTÓNOMA, DEMOCRÁTICA E INDEPENDENTE

Aveiro, 21.12.76 — A COMISSÃO DE REDACÇÃO DA CARTA ABERTA

Nacional

Caminhos de Ferro Portugueses

REVELADO POR MÁRIO SOARES

Eanes poderá ir ao Brasil em 1977

O Presidente Ramalho Eanes poderá vistar o Brasil no próximo ano a convite do presidente Geisel, segundo revelou Mário Soares no decurso de uma conferência de Imprensa concedida a quando do seu recente regresso a Lisboa, finda a visita que efectuou àquele país e depois de uma breve estada (forçada) no Algarve.

No encontro com os jornalistas, realizado na passada quinta-feira nas instalações da Fundação Gulbenkian, Mário Soares insistiu no «êxito» de que se teria revestido a sua visita. «A partir de agora existe uma verdadeira comunidade luso-brasileira» — disse aos jornalistas, acrescentando que, no futuro, aparecerá um calendário de realizações de cooperação económica e científico-cultural.

Quanto aos ataques que lhe têm sido movidos pelos qualificativos utilizados em referências ao presidente Geisel, Soares negou que tivesse feito qualquer qualificação de ordem ideológica. Voltou, contudo, a classificar o ditador brasileio como «um homem aberto e humano», que lhe havia provocado «uma profunda impressão».

Para além destas referências, dois desmentidos: o primeiro quanto a um acordo nuclear entre Portugal e a República Federal Alemã; o segundo, no que respeita a notícias sobre uma próxima remodelação do seu gabinete ministerial.

O Primeiro-Ministro durante a conferência de Imprensa, ladeado por Victor Cunha Rego, Medeiros Ferreira, Firmino Miguel, David Mourão-Ferreira e Azeredo Perdigão

pub

SINDICATO DOS PROFESSORES

Colegas

A Comissão de Acção dos Professores não colocados com a Direcção Sindical da Grande Lisboa foi recebida hoje dia 23-12-76 pelo MEIC, na pessoa do secretário de Estado da Administração Escolar, dr. Almerindo Marques.

O que pretendia esta delegação era simples:

— direito aos vencimentos e subsídios de Natal para todos os professores não colocados

— direito ao trabalho na docência

O MEIC respondeu não!

O MEIC negou nesta data o pagamento dos vencimentos e subsídios de Natal a 2.501 professores do Ensino Preparatório e Secundário não assumindo assim o mais elementar dever da entidade patronal de processar os vencimentos nos prazos acordados.

O MEIC asseverou que bastantes destes professores não colocados não ficariam na docência.

Será que os professores não colocados exigem algo de «irrealista»?

Não! O que os professores não colocados exigem só poderá contribuir para começar a ultrapassar a situação em que se encontram as escolas e o ensino 4 meses após o início do processo de colocações:

— 1538 professores do Ensino Secundário ainda não colocados

— 963 professores do Ensino Preparatório não estão ainda colocados e, segundo os próprios dados do MEIC, existem:

— 2000 vagas no Ensino Preparatório

— 1000 vagas no Ensino Secundário

Quais são as consequências da resposta do MEIC?

Milhares de alunos sem professores!

Milihares de professores sem trabalho!

Não aproveitamento e não formação de quadros necessários para acabar com o analfabetismo, a fome e miséria.

Acabou-se com o mini concurso lançando culpas sobre a classe dos docentes, que teria impedido a «moralização dos gastos públicos».

Para nós, «moralizar os gastos públicos» é dar prioridade às carências sociais mais gritantes.

É garantir os mais elementares direitos das populações: direito ao ensino, ao trabalho, à saúde, à cultura, à habitação.

É dar para estes sectores as verbas imprescindíveis em desfavor das exorbitantes verbas para sectores improdutivos.

É aumentar a verba destinada à Educação.

Não é atribuir às Forças Armadas e militarizadas PSP e GNR as verbas que são necessárias e urgentes noutros sectores.

Com a nossa mobilização conseguimos que o MEIC reconheça o direito ao salário completo para 16 horas semanais.

Mas continuamos sem receber os vencimentos e o subsídio de Natal não foi pago. A garantia de trabalho na docência para todos foi recusada e os alunos continuam sem aulas.

Não podemos aceitar esta situação!

Çolegas,

É necessário prosseguir a nossa acção.

Os nossos problemas também existem nos outros sectores:

— os 400 monitores da relescola continuam sem receber os vencimentos de Outubro, Novembro e Dezembro, nem o 13.º mês. A promessa feita para hoje (de pagamento) não foi cumprida.

— centenas de professores do Ensino Primário continuam sem trabalho e sem vencimento.

— centenas de assistentes do Ensino Superior continuam sem contrato, alguns dos quais sem receberem vencimento.

— todos os docentes do ISCSP não recebem 13.º mês porque a verba prevista serve para pagar os meses em «atraso» dos 11 saneados a 25 de Abril de 1974

Colegas,

É preciso que todos juntos nos organizemos para acabar com esta situação!

TODOS À REUNIÃO TERÇA-FEIRA 28 DE DEZEMBRO ÀS 15H NA RUA DAS GAIVOTAS N.º 2

Pel' A COMISSÃO DE ACÇÃO DOS PROFESSORES NÃO COLOCADOS

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES TÉCNICOS DE VENDAS

COMUNICADO

A Direcção do Sindicato dos Trabalhadores Técnicos de Vendas, reunida em 21-12-76, tendo em conta a vontade expressa dos seus associados por Referendo, realizado em 18-12-76, deliberou não participar no Congresso dos Sindicatos (CNOC).

PEL'A DIRECÇÃO
Joaquim Neves

O casal Eanes com os seus convidados

Emigrantes convidados em Belém

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, convidou três casais de emigrantes, de diferentes regiões do País para almoçarem no Palácio de Belém, ontem, dia de Natal. No almoço, onde participaram a esposa e o filho do Presidente da República, também esteve presente o chefe da Casa Militar da Presidência da República, brigadeiro Garcia dos Santos e sua mulher.

Os emigrantes convidados foram Valentim Raposo, de Estanqueiro de Cima (Sines), com sua mulher, trabalhador da Schwebn, na República Federal Alemã; José Cândido, da Guarda, também com sua mulher e empregado da Douet, na França; e Vitorino Alves dos Santos, de Vila Punhe (Viana do Castelo), que vive na França, igualmente acompanhado de sua mulher.

Comité de Amizade "Frente Polisario"

PORTO, 27 — Em conferência de Imprensa dada nas instalações do Cineclube do Porto, elementos do «Comité de Amizade Portugal-Frente Polisario (R.A.S.D.) afirmaram aos jornalistas encontrar-se em vias de surgir no Porto uma delegação daquele Comité. Acentuaram que para o efeito já se estabeleceram contactos com dirigentes daquela organização progressista, a fim do referido comité ser reconhecido, para iniciar as suas actividades em Portugal.

Foi ainda dito que o aparecimento deste Comité «demonstrará aos imperialistas e capitalistas que em Portugal existem forças interessadas em anular de uma vez para sempre da face da terra a exploração do homem pelo homem e todas aquelas que se opõem aos direitos de um povo».

Tragédia familiar na véspera de Natal

Dramá na véspera de Natal: um homem deslocou-se ao n.º 30 da Avenida Estados Unidos da América, onde se encontrava a mulher, junto da qual, por várias vezes, tentara a reconciliação. Lavava agora um último «argumento»: uma pistola com o carregador cheio de balas.

No local, o indivíduo identificado como Jorge Mota Carvalho Simões viria a disparar quatro tiros que atingiram mortalmente um primo, Raúl Barbosa Pimenta e, com certa gravidade, uma visita acidental, Onélia Neves Kapinha Fiadeiro, que foi internada no hospital.

Após o acto, o homicida fugiu, levando consigo a filha do casal, Paula Alexandre de oito anos que, desde o regresso de todos de Moçambique, vivia com a mãe, Maria Odete Dias Pereira.

Enquanto a Polícia alertava todas as autoridades no sentido de evitar a fuga de Carvalho Simões do País, (chegando a utilizar a TV e a Rádio) o homem deslocava-se ao Hospital de Santa Maria, para se informar do estado de saúde do Raúl. Ali, disseram-lhe que este tivera morte imediata.

As circunstâncias levaram o homem a pôr termo à existência, virando finalmente a arma contra si próprio.

Assaltados dois bancos

A Polícia Judiciária continuava esta manhã sem pistas sobre os insidivíduos que, cerca das 10 horas de sábado e com o intervalo de vinte minutos, assaltaram as agências do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, em Nova Oeiras, de onde levaram 300 contos, e do Banco Borges e Irmao, em Palmela, onde se apoderaram de 290 contos.

No assalto de Oeiras, participou um jovem casal, armado com pistolas metralhadoras, munidas de silenciadores, que eram aguardados no exterior por mais três companheiros

Quanto ao «golpe» de Palmela foi perpetrado por dois indivíduos que se apresentavam com o rosto tapado por lenços,

Nacional

DECIDIDO ONTEM EM LISBOA

"Povo Unido" mantém-se e alarga actividade

A F. E. P. U. que se passará entretanto a designar apenas por Frente Povo Unido vai prosseguir a sua actividade. Constituída no quadro das eleições para as autarquias locais, a Frente entra assim numa nova fase da sua actividade. Esta decisão foi tomada ontem durante a reunião em Lisboa, nas instalações do Instituto Superior Técnico, da Comissão Nacional da F. E. P. U. Outros temas deste encontro versaram o balanço dos resultados eleitorais e a análise da dinâmica unitária das massas populares.

As conclusões desta reunião da Comissão Nacional da F. E. P. U. estão contidas num documento final em que se começa por afirmar que os resultados das últimas eleições constituíram mais uma derrota para a reacção.

«As forças populares e progressistas obtiveram uma importante vitória nas eleições para os órgãos de poder local», começa por assinalar o referido documento, prosseguindo:

«Apesar do atraso na divulgação dos resultados, que prosseguem a política de desinformação que caracterizou a revelação dos primeiros números, tudo o que já se conhece confirma amplamente a fidelidade do povo português ao ideal libertador do 25 de Abril e às suas conquistas democráticas consagradas na Constituição.

«A pesada derrota infligida à reacção confirma a justeza da criação da Frente Eleitoral Povo Unido. Confirma, igualmente, que a Frente Eleitoral Povo Unido constitui uma base para a ampla unidade a que o nosso povo aspira.

«Pela importante vitória sobre a reacção, a Comissão Nacional Frente Eleitoral Povo Unido saúda as comissões eleitorais unitárias, as comissões e assembleias de moradores, os grupos de cidadãos eleitores, as organizações populares de base, os democratas de todas as tendências que, com o seu esforço, entusiasmo, dedicação e apoio, alcançaram este significativo êxito das forças populares e progressistas sobre a reacção e os caciques.

«Os programas das listas do Povo Unido resultaram do debate sereno, sério e responsável dos problemas locais mais sentidos, com as próprias populações dos concelhos e freguesias. São programas de acção que as administrações democráticas se comprometeram a executar, com a participação popular e os recursos financeiros e técnicos que o Governo Central, nos termos da Constituição, está obrigado a atribuir-lhes. Mas, mais ainda, os programas das listas do Povo Unido, na medida em que traduzem os problemas locais mais sentidos pelas populações, são programas de luta e de unidade das massas populares.

«Os gravíssimos problemas herdados do fascismo e as múltiplas carências que afectam as populações continuam a exigir a dinamização e ampliação das tradições locais de unidade, cooperação e solidariedade democrática. O prosseguimento do esforço para vencer reservas e incompreensões e para aproximar, na acção, na discussão e no respeito mútuo, democratas de várias tendências continua a ser uma exigência, para defender a democracia e resolver os problemas locais mais sentidos em cada freguesia, em cada concelho.

«A eleição de administrações democráticas em numerosos concelhos do País, a participação de democratas de várias tendências em administrações municipais, de norte a sul do País, constituem uma honrosa responsabilidade para as organizações políticas e para os democratas, com e sem partido, que constituem a Frente.

«A Comissão Nacional da Frente Eleitoral Povo Unido pensa que, como a vitória obtida confirma, a unidade é uma exigência da defesa e consolidação do regime democrático, das perspectivas de progresso social que representa, em cada concelho e em cada freguesia. A unidade democrática, ampla, variada e criadora, é também, em face da composição de muitos órgãos de poder local, a garantia da possibilidade de um trabalho sério e coerente de defesa dos interesses populares nos órgãos de poder local.»

O documento aprovado na reunião de ontem da Comissão Nacional da F. E. P. U. define, em seguida, as tarefas prioritárias que se colocam ao Movimento Unitário e Popular, sobretudo a curto prazo, reafirma a decisão de prosseguir a sua actividade e lança um apelo ao reforço e alargamento da acção unitária:

«Após a participação nas eleições para as autarquias locais, novas e importantes tarefas se colocam ao Movimento Unitário e Popular. A luta por uma política local e municipal conforme com os princípios da Constituição; a definição da composição e atribuições dos conselhos municipais de modo a torná-los no reflexo do Movimento Popular de Massas do respectivo concelho; a eleição das juntas de freguesia com menos de 300 eleitores; a eleição dos presidentes das Assembleias Municipais e dos vogais das Juntas de Freguesia; a definição das regras de funcionamento das Assembleias Municipais e de Freguesia; o reforço da actividade das comissões de moradores, das assembleias populares, dos conselhos de aldeia, na luta por melhores condições de vida nas freguesias e nos concelhos, são tarefas que exigem uma ampla unidade, que importa manter e desenvolver.

«Examinando atentamente as tarefas que se colocam a curto prazo ao Movimento Unitário e Popular, e tendo em conta o sentimento de unidade do povo português manifestado claramente no último acto eleitoral, a Comissão Nacional da Frente Eleitoral Povo Unido decidiu manter a sua actividade

«Ao decidir prosseguir a sua actividade, a Comissão Nacional da Frente Eleitoral Povo Unido propõe que as comissões locais que pretendam manter a sua existência e funções, continuem a ter independência de orientação e decisão, para melhor reflectir as condições localmente existentes. Propõe, igualmente, que os candidatos das listas do Povo Unido eleitos para os órgãos de poder local mantenham por sua vez a sua autonomia, embora vinculados ao cumprimento dos programas das listas a que pertenceram.

«A Frente Eleitoral Povo Unido, que engloba o Partido Comunista Português, o Movimento Democrático Português, a Frente Socialista Popular e democratas independentes de várias tendências, reafirma-se aberta à adesão e cooperação de todos os homens, organizações, sectores e correntes de opinião democráticos.

«A Comissão Nacional reitera o seu apelo para o rápido reforço e alargamento da vasta unidade e cooperação que a actividade realizada já concretizou, certa de que é na unidade de que se constrói uma vida melhor, na liberdade, na democracia e no progresso, na perspectiva do Socialismo, consignada na Constituição.»

JULGAMENTO DOS "PIDES"

Revogação do Decreto-Lei 349/76 pedida pela U.R.A.P. à Assembleia

A União de Resistentes Antifascistas Portugueses (U. R. A. P.) em texto endereçado ao Presidente da Assembleia da República insurge-se contra a forma como estão a decorrer julgamentos de ex-«pides» e contra as irrisórias penas que lhes estão a ser aplicadas. Sabendo que os julgamentos e as penas até agora aplicadas têm tido como fundo o articulado do Decreto-Lei 349/76 de 13 de Maio que, na prática, esvaziou de conteúdo a Lei número 8/75, a U. R. A. P. no texto enviado ao Presidente da A. R. insiste não só na revogação do Artigo 1.º do Decreto-Lei 349 mas também do 5.º e 6.º que lhe «são complementares».

Pela importância e oportunidade do texto, confiamo-lo integralmente ao leitor. Escreve a U. R. A. P.:

«No momento em que a Assembleia da República se debruça preocupada, na sua maioria sobre a questão da incriminação e julgamento dos responsáveis e agentes da ex-P. I. D. E. / D. G. S., sente a União de Resistentes Antifascistas Portugueses o dever moral de manifestar a Vossa Excelência também, a sua grande preocupação acerca do assunto.

Decorridos dois anos e meio sobre o 25 de Abril, que nos libertou da opressão exercida pela Polícia política fascista, é com espanto e indignação que temos vindo a assistir a toda uma série de manobras que visam desculpabilizar, ou até justificar aqueles que foram os homens de mão do fascismo.

Aquilo que acaba de suceder, com o julgamento do primeiro «pide» sujeito ao regime da Lei n.º 8/75, é mais um sintoma grave de uma situação que exige, para ser combatida, uma firme e vigilante actuação das forças antifascistas e dos partidos democráticos representados na Assembleia da República.

A pena irrisória aplicada a um indivíduo que durante 12 anos foi fiel servidor da P. I. D. E. / D. G. S. é um insulto a todos os antifascistas e à maioria do povo português que, democraticamente, tem manifestado de forma significativa a condenação do regime deposto em Abril de 1974 mormente dos seus aspectos policiais e terroristas. Essa «pena» começa a revelar a ponta do véu daquilo que pode vir a constituir escândalo nacional: o sistemático reconhecimento pelos tribunais, da suposta ausência de culpa dos indivíduos que pertenceram à P. I. D. E. / D. G. S., ou a justificação das suas actividades criminosas ao serviço dessa mesma polícia.

E isto, apesar de no preâmbulo da Lei n.º 8/75 se reconhecer, como seu fundamento, que «a prolongada existência das mencionadas organizações, bem como os métodos de repressão que utilizavam dos quais avultavam os vários processos de sistemática tortura física e psicológica exercida sobre os presos constituíam factos públicos e notórios, por tal forma que a nenhum dos seus elementos do quadro ou colaboradores, era lícito ignorar o carácter essencialmente criminoso das suas actividades.

Pensamos que se impõe, desde já, para impedir aquilo que inevitavelmente continuará a acontecer a pena simbólica, a desculpabilização e a própria justificação das actividades criminosas da P. I. D. E. / D. G. S., nos tribunais militares que a Assembleia da República revogue o Decreto-Lei 349/76 de 13 de Maio a que, na prática, esvaziou de conteúdo a Lei n.º 8/75. Entendemos na verdade, que não basta a revogação do artigo 7.º e mesmo a dos artigos 5.º e 6.º que lhe são complementares.

Não é o ajuste de contas ou a vingança que, como antifascistas vítimas das actividades terroristas daquela Polícia, desejamos: é apenas uma elementar medida de bom senso, de defesa das conquistas democráticas do 25 de Abril e da defesa da própria ordem constitucional de que a Assembleia da República garante. Desculpabilizar, justificar, absolver os «pides» é, seguramente, um erro trágico para o futuro da nossa democracia.

Entendemos, também que à Assembleia da República não deve ser alheio tudo o mais que a respeito do julgamento dos «pides», se passa. Por isso manifestamos a esse órgão de soberania, representante da vontade popular, presidido por os antifascistas de sempre, a nossa preocupação perante o que vem acontecendo no julgamento do «pide» António Domingues, acusado do assassínio de José Dias Coelho. A arrogância demonstrada em Tribunal pelos agentes da sinistra corporação só é possível, além do mais, devido à escandalosa liberdade que gozam, em vez de aguardarem na cadeia o momento de prestaram contas ao Povo português das suas criminosas actividades.

Com a benevolência de que têm sido alvo, convictos de que a lei lhes dá suficiente protecção, e encorajados pelas recentes decisões dos tribunais é compreensível que os «pides» retomem perante a justiça a arrogância perdida logo a seguir ao 25 de Abril, e uma vez em liberdade, as actividades antidemocráticas de perseguição, diversão e terrorismo a que comprovadamente se dedicaram.

Cabe às forças democráticas e antifascistas suficientemente representadas na Assembleia da República para, também, aí, se levantarem na defesa da democracia travar o passo àqueles que foram carrascos do Povo português.»

CONSELHO DE MINISTROS

Congratulações pelo "êxito da viagem" de Soares ao Brasil

Reunido em véspera de Natal, o Conselho de Ministros foi informado do balanço da visita de Mário Soares ao Brasil, numa exposição feita pelo próprio Primeiro-Ministro. Soares referiu os pontos essenciais das conversações efectuadas com as autoridades e algumas personalidades brasileiras, em termos que levaram o Conselho a congratular-se com o «êxito da viagem».

Outro dos pontos tratados na última reunião do C. M. foi o andamento da discussão na Assembleia da República das propostas de lei do Plano e do Orçamento. Os ministros sem pasta, do Plano e Coordenação Económica, das Finanças e Assuntos Sociais, referiram as circunstâncias em que a discussão tem vindo a decorrer naquela Assembleia.

Passando a outro tema, o C. M. aprovou um decreto-lei que estrutura organicamente o Conselho Superior de Magistratura. Para esse efeito, teve que dispor de uma autorização legislativa concedida pela A. R., que devido a encontrar-se ocupada com a discussão do Plano, não pôde pronunciar-se sobre a matéria. Segundo a Constituição, o diploma que estrutura o Conselho Superior de Magistratura deverá ser publicado até 31 de Dezembro.

De acordo com a lei agora aprovada, o Conselho Superior de Magistratura será composto pelo presidente do Supremo Tribunal de Justiça, que presidirá, pelos presidentes dos Tribunais da Relação, por dois juízes do Supremo Tribunal de Justiça, por seis juízes de 1.ª Instância e por quatro funcionários de Justiça, e terá por objectivo apreciar o mérito profissional e exercer acção disciplinar sobre magistrados judiciais e funcionários de Justiça.

Paralelamente, será também reestruturada a Procuradoria-Geral da República.

Outros diplomas aprovados na mesma sessão dizem respeito à concessão de um subsídio não reembolsável aos estabelecimentos fabris militares, e à tutela pelo Ministério da Agricultura e Pescas do Complexo Agro-Pecuário do Cachão.

O Conselho volta a reunir-se no próximo dia 30, a partir das 10 horas.

Grupo de técnicos regressa da Polónia

Regressou a Portugal um grupo de 20 economistas, engenheiros e outros quadros técnicos que estiveram de visita R. Popular da Polónia, em missão de estudo sobre a Organização e Gestão de Empresas refere uma nota da SIP do PCP.

Durante a sua estadia na Polónia, que teve a duração de 30 dias, este grupo de técnicos convidado pelo Partido Operário Unificado Polaco participou num curso de 2 semanas organizado pela Escola Superior de Ciências Sociais dirigido por Stanislaw Marazal.

estude!
GANHE MAIS DINHEIRO!
CURSOS POR CORRESPONDÊNCIA
Desde 1947
Recorte o cupão e envie-o HOJE MESMO
(indique um só curso)

CURSOS EM PORTUGUÊS
Rádio, Electrónica, TV — Secretariado — Cultura Geral
Desenho e Pintura — Electricidade — Corte e Costura
Relações Públicas — Fotografia — Vendas/Marketing
Inglês

CURSOS EM ESPANHOL
Técnico de Automóveis
Mecânico de Automóveis * Motores Diesel
Electricidade do Automóvel * Maquinaria Agrícola
Ajudante de Laboratório Químico
Auxiliar de Farmácia * Técnico de Plásticos
Desenhador Mecânico * Desenhador Projectista
Desenhador de Construção de Obras
Desenhador de Carpintaria e Marcenaria
Canalizador e Saneamento * Construtor de Obras

Peço o envio do livreto sobre o curso de GRÁTIS DL/15
.....
Nome .....
Morada .....
Localidade .....
cec Álvaro Torrão * Rádio Escola
Rua Fernão Lopes, 8 (ao Saldanha) Lisboa 1 - Tel. 53 67 52

Nacional

PUB

SINDICATO DE GARAGENS, POSTOS DE ABASTECIMENTO, TRANSPORTES E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO CENTRO E SUL

Abrangendo os distritos de Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Leiria, Portalegre, Santarém e Setúbal

AV. ALMIRANTE REIS, 45, 1.º — LISBOA-1
TELEFS. 83 93 18 / 84 86 33

PROPOSTA

Considerando que a luta é de todos os trabalhadores rodoviários deveremos apoiar a luta dos cobradores.

Os motoristas da ex-Boa Viagem estão a 100 % com os cobradores.

O MOTORISTA ANTÓNIO RODRIGUES

Esta proposta foi aprovada por aclamação em Assembleia Geral deste Sindicato efectuado no dia 22 de Dezembro de 1976.

Lisboa, 23 de Dezembro de 1976

O PRESIDENTE DA DIRECÇÃO

pub

HOSPITAIS CIVIS DE LISBOA

SERVIÇO DE AQUISIÇÕES

ANÚNCIO

CONCURSO N.º 3 — 0157/77

Fornecimento de viaturas tipo «Ambulância dos Hospitais Civis de Lisboa» para os Serviços de Instalação e Equipamentos no Hospital de S. José.

Recebem-se as propostas até às 9.30 horas do dia 11 de Janeiro próximo, para o mencionado concurso.

Os concorrentes poderão pedir no Serviço de Aquisições (Campo dos Mártires da Pátria, 91) todos os dias úteis das 9 às 11.30 horas e das 14 às 16 e aos sábados das 9 às 12 horas, as respectivas condições.

Serviço de Aquisições dos Hospitais Civis de Lisboa, em 16 de Dezembro de 1976.

O Chefe do Serviço
Alexandre Pinheiro

PUB

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO DISTRITO DE SETÚBAL

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Convoco, para efeitos do preceituado no art.º 33, alínea c), dos Estatutos deste Sindicato, a sua Assembleia Geral Ordinária, para o dia 29 do corrente, pelas 21 horas, em Setúbal no Pavilhão do Clube Naval Setubalense, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. — **Apreciação e deliberação do Orçamento Geral para 1977; e**
2. — **Apreciação e deliberação de Orçamento Suplementar de 1976.**

IMPORTANTE: A Assembleia terá início à hora marcada com qualquer número de presenças, sendo indispensável a apresentação do cartão de sócio.

Barreiro, em 13 de Dezembro de 1976

O Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral
à) **João Maria Sovelas**

FALECIDO NO DIA 24

Duarte Nuno é autopsiado por vontade expressa

Faleceu pelas 6.15 da madrugada do dia 24, no Hospital da CUF em Lisboa, onde se encontrava internado, o duque de Bragança, sr. Duarte Nuno,

Neto de D. Miguel e pretendente ao trono de Portugal, o duque de Bragança morreu de doença não determinada, depois de ter estado quatro dias hospitalizado em Portimão e vinte dias em Lisboa. O corpo será autopsiado, por vontade expessa do extinto, que visou, deste modo, ser útil à ciência.

Na altura do passamento encontrava-se junto do duque de Bragança, que era viúvo, o seu filho mais velho sr. Duarte Pio, príncipe da Beira.

A missa de corpo presente será celebrada amanhã, pelas 10 horas, na Igreja da Sé em Lisboa, seguindo depois o cortejo fúnebre para Vila Viçosa, no Alentejo.

Nascido em Seebenstein (Áustria) a 23 de Setembro de 1907, Duarte Nuno de Bragança formou-se em Agronomia pela Universidade de Toulouse, na França, tornando-se titular do ducado de Bragança em 1927, por morte do pai.

Sucede-lhe como duque de Bragança o filho mais velho, Duarte Pio de Bragança.

João Pimenta voltou a Portugal

«Tivemos de facto notícias sobre a presença de João Pimenta numa reunião ontem organizada por uma autodenominada Comissão de Investidores da nossa empresa, o que não nos surpreende, já que os seus promotores são quase todos homens de confiança daquele antigo empresário, um dos quais chegou a burlar em centenas de contos alguns pequenos accionistas», afirmou esta manhã ao «DL» um porta-voz da Comissão de Trabalhadores do complexo industrial «Empreendimentos Urbanos e Turísticos J. Pimenta» a propósito de uma notícia divulgada por um matutino na sua edição de hoje que referia a presença de João Pimenta numa reunião de pequenos accionistas da empresa.

Ainda de acordo com a mesma fonte, João Pimenta teria afirmado que a sua presença em Portugal tinha surgido na sequência do convite que Mário Soares lhe dirigia para estar presente numa reunião na Embaixada Portuguesa no Rio de Janeiro.

Recorde-se que quando João Pimenta abandonou o País, em 15 de Fevereiro de 1975, não sem antes ter levantado da Caixa Geral de Depósitos cerca de mil contos que se destinavam ao pagamento dos salários dos trabalhadores, a empresa apresentava uma situação de falência de mais de 700 mil contos.

PUB

AOS TRABALHADORES

SECTOR DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA

PROPOSTA APROVADA NO PLENÁRIO DE SINDICATOS — 21/12/76

Tendo em conta que a resolução do Conselho de Ministros de 30 de Setembro de 1976, relativamente à autonomização do processo de negociação para as empresas nacionalizadas e públicas, ao abrigo do disposto no ponto 2 do Art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 164/76, concretizado para o sector da produção e distribuição da energia eléctrica através do despacho do «Diário da República» de 15/12/76, II série, terá como consequências imediatas:

— A fragmentação da contratação colectiva..

— A desmobilização dos trabalhadores que deixam de congregar os seus esforços à volta de projectos comuns que, no campo da contratação colectiva, se materializa nos CCTV.

— A dificuldade de resposta por parte dos Sindicatos face à proliferação de A.C.T.(s).

— À quebra da unidade entre os trabalhadores e sua organização.

Na tentativa de combater tanto estas como outras consequências que, a médio ou longo prazo se fariam sentir caso os Sindicatos fossem ao encontro destas medidas propõe-se:

1 — Que o mais urgentemente possível (no máximo até 28/2/77) os Sindicatos façam a entrega da proposta de CCTV para o sector;

2 — Que nas reuniões a efectuar nas empresas para discussão do clausulado de CCTV os trabalhadores sejam esclarecidos e sensibilizados para os perigos de autonomização dos quais resultará o enfraquecimento da sua organização;

3 — Que se dê conhecimento desta posição ao M. T. e M. I. T. e se convoque com estas entidades uma reunião para definir-nos esta situação.

Lisboa, 21 de Dezembro de 1976

O Plenário de Sindicatos
representativos dos trabalhadores do sector

pub

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA

AOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO SECTOR «DROGAS E PRODUTOS QUÍMICOS»

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os trabalhadores de escritório deste Sector para um Plenário a realizar no próximo dia 28 do corrente, 3.ª-feira, pelas 21 horas, na Rua do Alecrim, 46-1.º, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. **Revisão do C. C. T.**
2. **Integração no C. C. T. Vertical da Indústria e Comércio Farmacêutico.**

NÃO FALTES!

A TUA PRESENÇA É INDISPENSÁVEL.

PELA DIRECÇÃO

pub

SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDUSTRIAS QUIMICAS DO SUL

REPRESSÃO NA FIRESTONE

A Administração da Firestone tem desenvolvido várias manobras tendentes a protelar sucessivamente a revisão das tabelas salariais dos trabalhadores ao serviço da Empresa com total despreso pelo clausulado do Acordo Colectivo de Trabalho em vigor o qual determina que os salários seriam revistos no final do passado mês de Junho. Perante essas manobras, os trabalhadores desenvolveram várias formas de luta em defesa dos seus legítimos direitos e contra as arbitrariedades do patronato explorador.

Com o objectivo de travar essas lutas e dividir os trabalhadores, a administração recorreu à intimidação, suspendendo seis trabalhadores dos mais activos, ao mesmo tempo que utilizou o processo, para si já habitual, de coacção, enviando cartas para as residências dos trabalhadores por forma a influenciá-los, através dos seus familiares, com a afirmação de que «a continuação da luta levaria a Empresa a não poder garantir o pagamento do Subsídio de Natal e vencimentos no mês de Dezembro».

Aproveitando-se da precária situação económica dos trabalhadores e da expectativa com que os mesmos aguardam a publicação da P.R.T., com as novas tabelas salariais, a administração americana resolve considerar a existência de justa causa para despedimento em relação aos trabalhadores que haviam sido suspensos.

A manobra é bem clara! A administração procura promover o saneamento político de seis trabalhadores (dois deles ex-delegados sindicais) escudando-se num pretendo «Processo Disciplinar» que cozinhou à sua maneira.

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Sul denuncia publicamente mais esta arbitrariedade dos Srs. Américanos cujo desprezo pelos mais elementares direitos dos trabalhadores é bem patente e exige dos órgãos do poder uma intervenção enérgica no sentido da sua imediata reintegração na Empresa.

CONTRA OS DESPEDIMENTOS!

PELO DIREITO AO TRABALHO!

A DIRECÇÃO

Trabalho

AMANHÃ EM LISBOA

Preparação do Congresso entra na fase final

— mais de 250 sindicatos inscritos

Os trabalhos de preparação do Congresso de Todos os Sindicatos, marcado para finais de Janeiro, entram amanhã na fase final, com a realização em Lisboa de uma reunião geral de sindicatos, para apreciar e deliberar sobre as propostas da Comissão Organizadora (C. N. O. C.) relativas à participação no Congresso dos sindicatos paralelos e aos órgãos de Comunicação Social que poderão estar presentes.

Nessa reunião, prevista regulamentarmente, poderão ser tomadas ainda outras decisões decorrentes da aplicação do regulamento do Congresso. O encontro realiza-se de manhã, a partir das 10 horas, no salão nobre do Instituto Superior Técnico.

À tarde, pelas 15 horas, efectua-se no mesmo local um plenário da Intersindical, de cuja ordem de trabalhos consta a análise das Leis dos Despedimentos e das Quotizações, bem como da portaria de regulamentação do trabalho para os funcionários das associações sindicais. O plenário designará, ainda, os representantes do Movimento Sindical junto da Comissão Administrativa das Comissões de Conciliação e Julgamento, das Assembleias da RTP e RDP, e dos Conselhos Nacionais de Rendimento e Preços e do Plano. Deliberará, também, sobre a representação sindical na Comissão Administrativa do Inatel.

Segundo dados provisórios, revelados esta manhã ao nosso jornal por um elemento da C. N. O. C., encontram-se inscritos, para participar no Congresso, mais de 250 sindicatos, número consideravelmente superior ao maior volume de presenças jamais registado numa reunião geral de sindicatos realizada no nosso país.

LISBOA: TRABALHO ACTIVO

A Comissão Dinamizadora Distrital de Lisboa para o Congresso de Todos os Sindicatos participou, desde Novembro, em dezenas de reuniões de empresa de vários sectores, onde foram amplamente debatidos os textos de base (estatutos, programa de acção, lei sindical) para o Congresso, e apresentadas pelos trabalhadores numerosas propostas de alteração.

Essas sugestões, segundo a Comissão Dinamizadora, «contribuem para o enriquecimento dos documentos e demonstram a grande capacidade colectiva dos trabalhadores proporem soluções para os problemas que os afectam». Entre os sectores que já se debruçaram sobre os temas a debater no Congresso, contam-se os ferroviários, a cerâmica, as madeiras, o comércio, os transportes urbanos de Lisboa, os rodoviários, os metalúrgicos, os cimentos, a indústria farmacêutica, os vidreiros, a panificação, os escritórios, a construção civil, a hotelaria e os químicos.

«É bem patente a vontade firme dos trabalhadores para que no Congresso sejam aprovadas as grandes linhas de orientação, com vista ao reforço da reestruturação da organização unitária, independentemente e democrática, que é a Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses», conclui aquela Comissão, em comunicado distribuído à Imprensa.

CRÍTICAS À RTP E À RDP

Atendendo a que «a RTP e a RDP continuam a difundir a mentira e a calúnia contra o Congresso de Todos os Sindicatos, dando cobertura às manobras divisionistas do grupo da «Carta Aberta», os trabalhadores da Fábrica Escola Irmãos Stephens decidiram, em plenário realizado na quinta-feira, manifestar o seu repúdio por essa atitude e exigir que seja dada maior cobertura às actividades da C. N. O. C.

Na moção então aprovada por aclamação lembram, a propósito, que «os órgãos de Comunicação Social são um órgão pago pelos trabalhadores e, como tal, deviam estar ao seu serviço».

EFACEC/INEL

Medidas administrativas possibilitam despedimentos

Uma «instrução de serviço» da Direcção Comercial de Lisboa da Efacec/Inel e uma decisão do Ministério do Trabalho que prevê a reintegração de dois saneados daquela empresa, estão na origem de um plenário realizado no Instituto Superior Técnico, no dia 21 e no qual foi decidido não dar cumprimento à determinação superior.

O documento em causa determina que os operários «na situação de pequena deslocação passariam a deslocar-se dentro do horário normal de trabalho, devendo os responsáveis estabelecer o tempo de viagem atribuído a cada obra».

No entender dos trabalhadores, tal medida iria reduzir os horários para seis horas diárias na maioria dos casos, visando criar uma situação de descontentamento «que levará a um abaixamento de rendimento do trabalho e criará assim condições para justificar despedimentos colectivos».

Por consequência, na reunião do Instituto Superior Técnico foi decidido que continuaria a ser praticado o horário normal não sendo aceite a posição unilateral da administração porque é lesiva dos interesses dos trabalhadores e contrária a direitos já adquiridos.

Na mesma moção repudia-se a posição da administração de não pagar aos trabalhadores e defende-se a intervenção da Comissão de Defesa dos Direitos dos Trabalhadores junto do Ministério do Trabalho, Sindicatos e outras Comissões de Trabalhadores para fazer cumprir a lei e os direitos adquiridos.

REINTEGRAÇÕES

A par destas medidas que a C.D.D.T. considera divisionistas, o Ministério do Trabalho ordenou a reintegração de dois saneados, Martinho e Orlando Soares, «dois homens que já mostraram na prática serem hábeis na divisão dos trabalhadores e no boicote da sua luta por melhores condições de trabalho e de vida».

E acrescenta o comunicado: «É por isso que a administração se apressa a recebê-los de braços abertos para os colocar de imediato ao serviço do seu plano de recuperação das conquistas dos trabalhadores».

O assunto mereceu, na reunião do I.S.T., a aprovação de uma proposta em que se mantém a decisão de saneamento daqueles dois elementos, a par e uma informação ao Ministério do Trabalho em que se impugna a decisão.

No caso de ser decidida a utilização da força para a reintegração dos saneados, «haverá uma concentração geral nas instalações da empresa» — foi decidido nesta reunião.

Por outro lado, a administração é ainda contestada no que respeita à aplicação do Contrato Colectivo de Trabalho dos Fabricantes de Material Eléctrico, que os trabalhadores denunciam estar agora a ser restringido a alguns sectores profissionais, quando havia sido estendido a todos.

No plenário realizado no Instituto Superior Técnico, foi lida uma informação da administração, de que a resposta não poderia ser dada «em prazo curto, pois tem de ser devidamente examinada sob todos os aspectos legais».

Os Sindicatos dos Empregados de Escritório e dos Técnicos de Desenho já tomaram decisões relativamente a este assunto, afirmando que a administração não poderia ter semelhante actuação, enquanto o M. T. ainda não se tinha pronunciado sobre o assunto.

FARMÁCIAS (PORTO)

Contestadas actuações da D.G.S. e do patronato

A actuação da Associação Nacional das Farmácias continua a merecer a contestação dos organismos sidicais ligados ao sector. Desta vez, a denúncia dos processos seguidos por aquela associação patronal vem do Porto, a propósito de um conselho dado aos respectivos associados (patrões) para que não pagassem os retroactivos previstos no Contrato Colectivo de Trabalho e que teria efeitos a partir de 1 de Maio.

Outro ponto que mereceu um protesto do Sindicato dos Ajudantes de Farmácia do Norte foi um recente despacho da Direcção-Geral de Saúde, que é considerado ilegal e em oposição à Portaria que regulamenta a matéria. O facto fica a dever-se à possibilidade que é concedida ao patronato de passar directamente cadernetas de prática farmacêutica sem que seja permitida a intervenção do sindicato.

Para o sindicato, este despacho permite a «incompetência institucionalizada», por permitir a qualquer indivíduo sem qualificação o reconhecimento da prática farmacêutica, porque os proprietários podem proceder ao registo, por exemplo, de familiares, sem respeito pelos interesses da classe.

Ainda quanto aos conselhos fornecidos pela Associação Nacional das Farmácias, o sindicato considera extremamente grave que o patronato pretenda, deste modo, interferir na organização dos trabalhadores e nos problemas que só a eles dizem respeito, nomeadamente sobre o pagamento de quotizações e carteira profissional.

Greve progressiva nas Minas da Panasqueira

Os trabalhadores mineiros da Panasqueira decidiram reduzir a produção, como forma de lutar por uma melhoria real de salários e redução do leque salarial. Durante quatro semanas, a rpdução de volfrâmio destas minas fofrerá um abaixamento de 20 toneladas na primeira semana, 40 na segunda, 60 na terceira e 90 na última. Se no fim de quatro semanas de redução de trabalho, as reivindicações não forem atentidas, os trabalhadores farão uma greve de braços caídos. Esta decisão tomada em plenário no passado dia 21, foi comunicada à direcção da Beralt Tin e Wolfram Portugal pela comissão de trabalho, medida também deliberada em plenário.

Os operários tentaram inicialmente negociar a melhoria dos vencimentos com a administração da empresa, com o que esta não concordou, apresentando por seu lado, à delegação do MT na Covilhã, uma proposta de aumento de 400 escudos às tabelas em vigor, sem que os trabalhadores tivessem conhecimento dela. Este aumento beneficiaria poucas categorias profissionais, visto que já são poucos os trabalhadores que ainda ganham o estipulado no CCTV, desactualizado logo à data da sua publicação, em Julho passado.

O MT aprovou o aumento proposto pela empresa, mas os operários, em desacordo, apresentaram um caderno reinVindicato com novas tabelas salariais, que a administração da empresa rejeita.

Resta acrescentar que a empresa aufere lucros elevados nos últimos anos (1970, 115.000 contos; 1974, 155.000; 1978, 78.000, calculando-se que este ano os lucros atinjam os 100.000 contos).

Consta ainda que a Beralt Tin e Wolfram Portugal, goza de isenção de imposto, facilidade que lhe teria sido concedida no regime fascista.

CTs da cintura industrial condenam ingerência nos sindicatos

«Não foi sem luta árdua que os trabalhadores conseguiram fazer recuar o Governo nas medidas antioperárias e inconstitucionais, como era seu objectivo em pagar parte do 13.º mês em títulos do tesouro», afirmam em comunicado conjunto as comissões de trabalhadores da CUF (CUT), Equimetal, Siderurgia Nacional, ENI, Construtora Moderna, Tinco, Mompor, Lisnave, Setenave, Fisipe e Secretaria da Cintura Industrial de Setúbal (CIS).

Depois de salientar aquele facto e os meios que os trabalhadores utilizaram para repudiar tal medida, os signatários do texto referem outro propósito do Governo: «partir a espinha ao movimento sindical», mediante entre outras «reparos», a libertação das entidades patronais do pagamento da quotização sindical. «Os trabalhadores dizem não a esta medida e exigem a não ingerência do Governo nas organizações sindicais e outros órgãos representativos dos trabalhadores», prosseguem. «Por isso afirmamos que a quotização sindical deverá ser efectuada como até aqui».

Para confirmar que o Governo «não faz aquilo que apregoa», as comissões de trabalhadores signatários do comunicado citam como exemplo a prisão dos sindicalistas alentejanos, libertados graças a um amplo movimento de solidariedade de massas. «Que estes acontecimentos sirvam de exemplo para o reforço da luta unitária que é preciso desenvolver a todos os níveis e que os trabalhadores nunca esqueçam e estejam sempre conscientes da sua força na defesa dos seus legítimos direitos».

TÊXTEIS

Ameaça de bomba não cala delegados

Um telefonema anónimo, advertindo para a explosão iminente de uma bomba, levou os delegados sindicais dos trabalhadores dos têxteis, lanifícios e vestuário do Sul a montar o seu próprio serviço de vigilância durante a sua última reunião, realizada na quarta-feira, na sala dos Bombeiros Voluntários Lisbonenses.

A ameaça foi transmitida telefonicamente, meia hora antes do início da reunião, e forçou a chamar os serviços competentes da P. S. P., que passaram revista completa à sala, sem terem encontrado vestígios de qualquer engenho explosivo. No entanto, «acabada a inspecção, foi comunicado pela P. S. P. aos bombeiros e à direcção do sindicato que a reunião se poderia efectuar se cada uma destas entidades se responsabilizasse pelo edifício e por danos pessoais, no caso de a bomba ser colocada e rebentar», segundo revelou a direcção do Sindicato dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul.

Perante esta situação, os delegados sindicais montaram um serviço de vigilância próprio, que permitiu frustrar os objectivos dos hipotéticos bombistas. A reunião efectuou-se, ordeiramente, tendo sido debatidos alguns assuntos de interesse para a classe.

Assim, no que respeita ao Contrato Colectivo de Trabalho do sector, ficou decidido insistir junto do Ministério do Trabalho para que a respectiva portaria seja publicada até ao próximo dia 30, ou, «na pior das hipóteses», até 15 de Janeiro. Por outro lado, os delegados exigiram a imediata revogação dos decretos recentemente publicados, alterando o regime de quotizações sindicais e o sistema de despedimentos, por os considerarem antioperários.

A questão da Previdência e a reintegração dos dirigentes sindicais Manuel Lopes e António Rosas foram outros dos temas analisados.

CALÇADO: CONTRA DESPEDIMENTOS

Os mesmos diplomas foram objecto de vivo repúdio por parte dos sócios do Sindicato da Indústria de Calçado e Malas, no decurso de uma assembleia geral extraordinária realizada no Porto. Segundo se afirmou aí, às alterações à lei dos despedimentos constituem «uma retracção às aspirações dos trabalhadores».

Durante a reunião, foram aprovados os documentos para o Congresso de todos os Sindicatos, tendo sido eleita uma comissão para os analisar na especialidade.

Nacional

UM SECTOR EM SITUAÇÃO CRÍTICA

Quem pretende entreg as cervejas ao capital?

O sector cervejeiro português, nacionalizado em Agosto de 1975, atravessa horas extremamente difíceis: o sector está a rebentar por todos os lados, como nos dizia, há dias, um dos membros da Comissão Administrativa de uma das empresas do sector.

Nacionalizado em Agosto de 1975, deveria ter sido reestruturado antes de Dezembro daquele mesmo ano. Entretanto decorreram mais de dezoito meses — e as decisões estão por tomar. Sabemos, inclusivamente, que há mais de três meses que estão reunidas todas as condições necessárias para que o Ministério de tutela, neste caso o da Indústria e Tecnologia, se decida a pôr em prática a reestruturação do sector. Por que se espera?

É certo que o sector cervejeiro, no seu conjunto, já não acrescentará em 1976 prejuízos; antes pelo contrário: o sector teve lucros em 1976.

No entanto, as empresas mais pequenas (do ponto de vista do volume de vendas) vivem momentos dramáticos: os trabalhadores nunca sabem se haverá dinheiro para pagar os salários; os gestores não podendo já recorrer, em certos casos, à banca, são obrigados a financiarem os encargos com os 15 por cento das receitas destinadas ao pagamento do imposto de transacções, não pagando assim o imposto. O Ministério das Finanças, calmo e sereno, exige o pagamento imediato dessas verbas, ameaça mandar prender os membros das comissões administrativas, penhorar os bens... Não fora a posição clarividente do actual secretário de Estado da Indústria Ligeira, eng.º Tito de Morais, que tomou a iniciativa de responder ao Ministério das Finanças, dizendo-lhe que se há responsável por esta situação ele é o Governo — e todas estas ameaças se teriam há poucos dias concretizado...

Após a nacionalização do sector, as comissões administrativas começaram logo a trabalhar em conjunto, dado que, como é óbvio, a maioria dos problemas eram comuns. Assim se conseguiu, durante algum tempo, acabar em grande parte com um espírito concorrencial capitalista que já nada justificava.

No quadro desse trabalho, as comissões administrativas pediram um aumento do preço da cerveja (que já há cerca de 30 anos não subia para o produtor — os aumentos verificados foram-no inteiramente para o Estado). O aumento do preço médio solicitado foi de 3$00 por litro. Tratava-se de um cálculo feito **para o sector** e não para uma ou outra empresas em particular. Isto, naturalmente sem prejuízo das medidas de reestruturação que se impunham — e impõem.

O Governo, porém, demorou muito tempo a apreciar aquela proposta: os meses passaram sem que o Governo desse qualquer resposta, nem sequer ouvisse as comissões administrativas, que foram votadas ao ostracismo.

Finalmente, em Março de 1976 o Governo decidiu que a partir de 1 de Abril passado a cerveja aumentaria não em 3$00 por litro mas em 4$30 por litro (simplesmente, atribuindo apenas 2$30 ao produtor, em lugar dos 3$00 pedidos; os restantes 2$00 foram destinados ao aumento do imposto de transacções).

A partir daquela data, o imposto de transacções sobre a cerveja, que já era pesado, passou de 4$00 por litro para 6$00 por litro (preços médios); o produtor, que tinha o preço médio de 6$30 passou a ter 8$60 por litro; o consumidor, por sua vez, viu aumentado o preço de 4$30 por litro (preços médios).

Este aumento fora calculado, como se indicou, para o sector, e na perspectiva de uma decisão rápida quanto à indispensável e urgente reestruturação do sector cervejeiro.

Como essa decisão não foi tomada, criou-se um novo e grave desequilíbrio do sector: as duas grandes empresas em volume de vendas, a SCC e a CUF Portuense, que controlam cerca de 85 por cento do mercado, viram as suas receitas crescer de modo acentuado, enquanto as três empresas mais pequenas em volume de vendas (e não em capacidade de produção instalada nem em qualidade do produto) — a Cergal, a Copeja e a Imperial) — que detêm cerca de 15 por cento das vendas do sector, viram apenas ligeiramente diminuídos os seus prejuízos, continuando numa situação extremamente difícil, da qual não podem sair enquanto o sector não for reestruturado.

É evidente, com efeito, que para a SCC o aumento de 2$30 por litro (calculado para o sector) multiplicado pelos cerca de 190 milhões de litros de cerveja que vende este ano dá mais de 430 mil contos de receita; como a SCC perdeu o ano transacto à volta de 120 mil contos, poderá fechar o ano de 1976 com cerca de 200 mil contos de lucros.

Por sua vez, a CUF Portuense, em teve em 1975 prejuízos muito pequenos, da ordem dos 10 ou 15 mil contos, como terá vendido este ano cerca de 60 milhões de litros de cerveja, isso multiplicado pelos 2$300 por litro dá-lhe um considerável aumento das receitas — e lucros.

Em contrapartida, as três empresas mais pequenas, como a reestruturação continua por fazer, não beneficiam da parte das receitas do sector que lhes caberia se a reestruturação tivesse sido posta em prática (o aumento de preço de 2$30 por litro foi calculado para o sector), ficando portanto todo esse acréscimo das receitas nas mãos das empresas que controlam o mercado: a SCC e a CUF Portuense.

OS MISTÉRIOS DA REESTRUTURAÇÃO

Apesar do sector cervejeiro ter sido nacionalizado em Agosto de 1975, os trabalhos conducentes à sua reestruturação só se iniciaram efectivamente a 19 de Fevereiro de 1976, com a tomada de posse da Comissão de Reeestruturação nomeada pelo Conselho de Ministros. Desta comissão faziam parte oito elementos: cinco representantes de Ministérios — quatro do Ministério da Indústria e um do Ministério das Finanças — e três representantes do conjunto dos trabalhadores do sector.

Como se vê, perderam-se logo de início mais de cinco meses, parecendo que a razão que levou a um tão grande lapso de tempo entre a nacionalização do sector (em Agosto de 1975) e a nomeação da Comissão de Reestruturação (em Fevereiro de 1976) residiu no facto de o Ministério da Indústria entender que os trabalhadores deveriam estar representados por determinado número de elementos em representação do conjunto dos trabalhadores do sector — e não por representantes dos trabalhadores de cada uma das empresas individualmente. Pela mesma razão, talvez por que se considerava que não deveria haver na Comissão de Reestruturação representantes digamos empresariais, ou seja, representantes das comissões administrativas entretanto nomeadas para cada uma das empresas do sector.

Este critério não fez a unanimidade de toda a gente, e nomeadamente dos trabalhadores da Sociedade Central de Cervejas (SCC) e da CUF Portuense, que consideravam que deveria haver uma representação de cada empresa naquela Comissão de Reestruturação. Os trabalhadores da CUF Portuense insistiam particularmente nesta condição, recusando-se durante algum tempo a participar nos trabalhos de reestruturação se não houvesse representação por empresas.

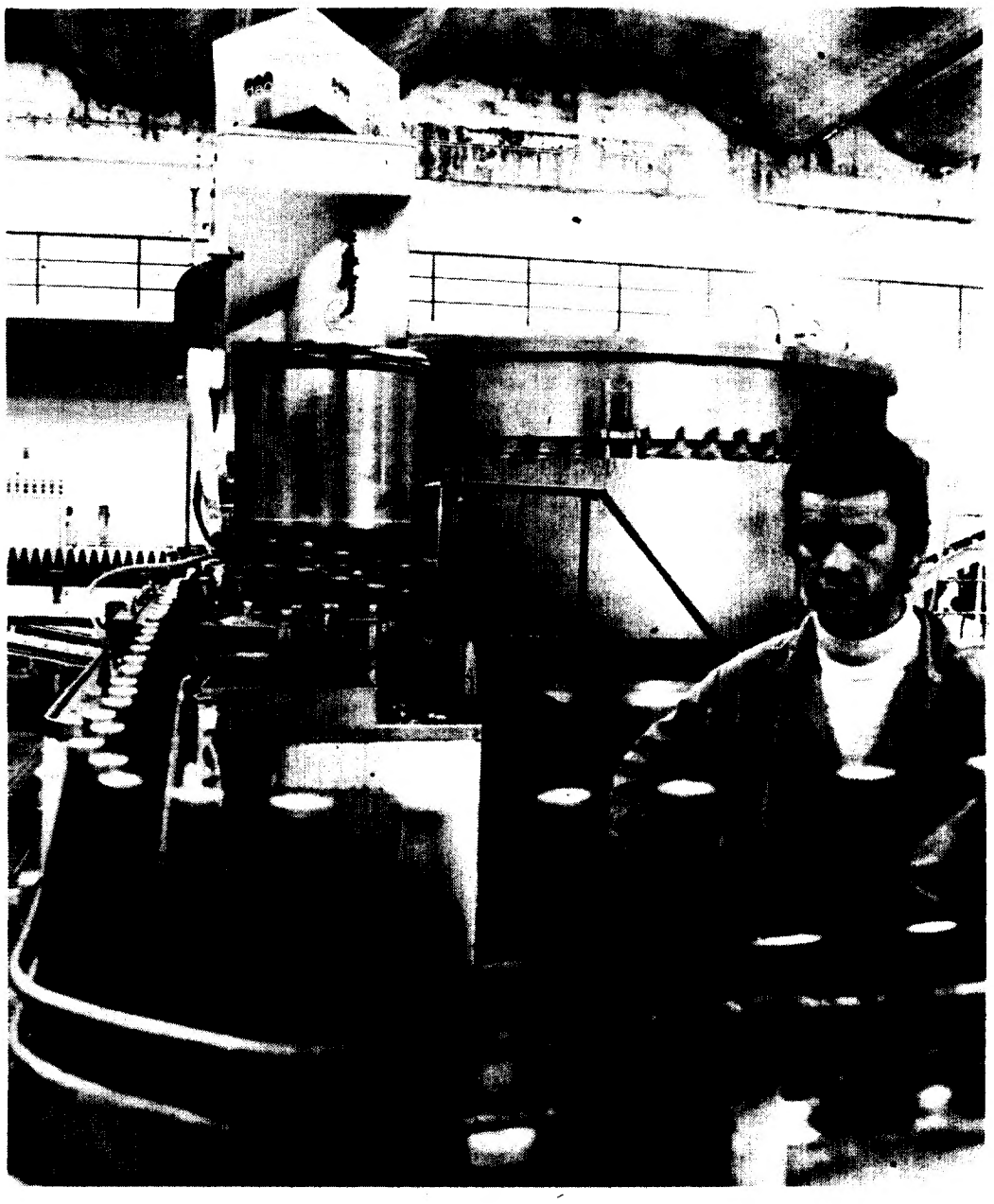
Estas desinteligências atrasaram consideravelmente a nomeação da Comissão de Reestruturação, pois só bastante mais tarde é que os trabalhadores chegaram a um acordo sobre a representação conjunta na Comissão de Reestruturação.

É óbvio, no entanto, que a intenção do Ministério da Indústria em nomear uma comissão que tivesse em vista os interesses globais do sector e não apenas o das empresas isoladamente umas das outras (o que conduziria a manter todas as mazelas anteriores) era a que melhor se coadunava não só com os interesses particulares das empresas como com os do sector cerveleiro e do próprio público. A incompreensão de alguns sectores d trabalhadores, nomeadam dos do Porto, deve-se sobretudo a manobras de pessoas ligadas às anteriores administrações capitalistas, que apostavam no atraso e fracasso da reestruturação do sector para melhor atingirem os seus objectivos; a desnacionalização de, pelo menos, algumas empresas cervejeiras.

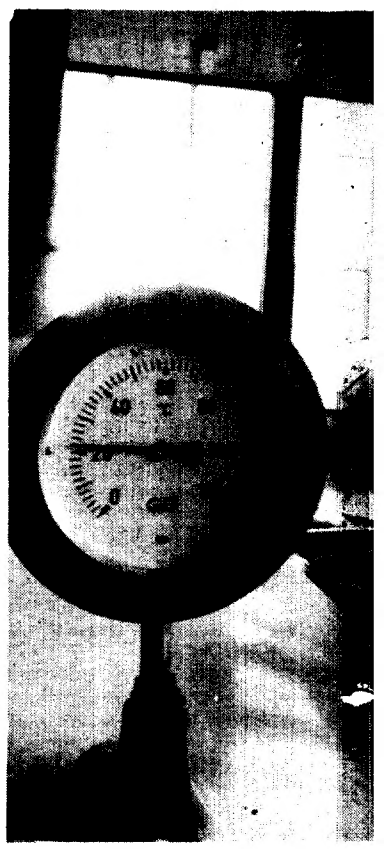
Devido a este atraso, o trabalho da Comissão de Reestruturação processou-se em condições bastante mais difíceis do que aquelas que existiam até então, pois iniciou os seus trabalhos num período marcado por um lado, pela desmobilização dos trabalhadores relativamente à reestruturação (e não só, de resto), e, por outro lado, pelo reforço da organização de quantos estavam mais ligados às antigas administrações capitalistas — e que têm feito todos os possíveis para dificultarem ou impedirem a reestruturação do sector.

Toda esta problemática se reflectiu, naturalmente, na própria Comissão de Reestruturação, que chegou ao princípio de Junho passado e não apresentou no Minietério da Indústria o relatório final, tal como a isso se comprometera, e, o que é pior, com o grosso do seu trabalho por fazer.

Assim se foram arrastando, sem honra nem proveito para o sector, os trabalhos da Comissão de Reestruturação, até que, a 21 de Junho, surge um despacho do ministro da Indústria em que, depois de vários considerandos, determi-



O atraso na reestruturação do sector cervejeiro está a pôr em perigo muitos postos de trabalho



No sector cervejeiro, como na Ref são das forças empenhadas na rec

EL
INTERNATIONAL
RUA A. PEREIRA CARRILHO, 30
LISBOA-1

DE 2 A 11 DE JANEIRO
ESTAMOS FECHADOS

Fazemos «balanço»
mas no dia 12
já o podemos receber

VENHA VISITAR-NOS

Nacional

...ar

...hando que o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Reestruturação expire no fim daquele mês de Junho, findo o qual se tomariam as disposições adequadas no Ministério da Indústria.

UMA SITUAÇÃO QUE SE DEGRADA

Este despacho provocou algumas reacções negativas da parte de membros da Comissão de Reestruturação, havendo os representantes dos trabalhadores inclusivamente suspendido a sua participação naquela comissão.

Finalmente, a Comissão de Reestruturação foi recebida em conjunto pelo ministro da Indústria e pelo secretário de Estado da Indústria Ligeira. No decorrer deste encontro, o ministro da Indústria esclareceu as razões que o levaram a tomar aquele despacho, dizendo nomeadamente que o sector cervejeiro atravessava uma crise financeira extremamente grave, havendo mesmo empresas que estavam a ver dia a dia degradada a sua situação financeira por razões de ordem estrutural, e que o Governo não podia contemporizar com mais adiamentos, visto que isso equivalia a acumular diariamente prejuízos financiados com os fundos da banca nacionalizada, quando esses prejuízos podiam ser perfeitamente evitados. Daí a razão daquele despacho de 21 de Junho.

O ministro deu então à comissão a orientação de nortear os seus trabalhos na perspectiva da empresa única para o sector, por ser esse o modelo que melhor permitiria o aproveitamento dos meios existentes, além de facilitar as relações entre o Estado e as unidades cervejeiras, dadas as simplificações, a todos os níveis, que traria o sistema de empresa única.

Nessa mesma ocasião, o ministro da Indústria fixou como limite máximo para a Comissão de Reestruturação apresentar o seu relatório a data de 31 de Julho.

Três dias antes, porém, daquela data-limite, surge um novo despacho do ministro da Indústria em que, sem desdizer o que havia dito anteriormente, e nomeadamente no despacho de 9 de Julho, afirma querer esclarecer o despacho que fizera antes, confirmando, nomeadamente:

— a orientação de imprimir a maior urgência à elaboração dos estudos de reorganização — cujo prazo já havia sido ultrapassado — para evitar que mais se agrave a situação económico-financeira do sector; e

— o interesse em que os trabalhadores participem nos estudos mencionados.

Neste despacho, o ministro da Indústria e Tecnologia, Walter Rosa, afirma ainda considerar que de entre os modelos de organização possíveis tem interesse um esquema de organização que ponha em comum, a nível de gerência global do sector, particularmente as seguintes funções:

— planeamento sectorial (políticas, objectivos e programas, plurianuais e anuais e respectivos orçamentos integrados de exploração, de investimento e de tesouraria); política económica (preços, etc.); contabilidade central; informática; análise de mercados; estudos e investigação; serviços jurídicos e auditoria;

— descentralização, com a maior autonomia de gestão, das várias «unidades regionais» de produção e vendas. Isto é, cada «unidade regional» — corresponde a uma fábrica ou a um conjunto fabril — seria dirigida por uma direcção executiva (ou conselho de direcção) com a máxima autonomia de gestão no domínio da produção e da comercialização (e da correspondente gestão financeira e de pessoal), assegurando e estimulando a qualidade, a marca e as vendas. A gestão de cada unidade responderia pelos seus resultados perante a gerência central.

O ministro da Indústria precisa ainda nesse despacho que os estatutos a promulgar oportunamente, deveriam garantir os conceitos de descentralização necessários para evitar que o funcionamento deste importante sector económico perca operacionalidade ou seja entravado por mecanismos pesados e burocráticos lesivos da sua economia.

Finalmente, diz-se naquele despacho que após a conclusão dos estudos de reorganização os trabalhadores serão de novo ouvidos quer quanto aos modelos de organização quer quanto aos estatutos a promulgar.

Este despacho do ministro da Indústria veio aumentar de certo modo a confusão que já existia, pois se não desdiz o que antes afirmara, introduz perspectivas novas e de certo modo contraditórias (por exemplo, quando aponta para uma descentralização com a máxima autonomia de gestão «no domínio da produção e da comercialização»). Na verdade, estes dois aspectos — produção e comercialização —, não são de somenos importância: antes pelo contrário. Se a este nível não existir uma rigorosa planificação e um conjunto de regras uniformes (no domínio da comercialização, por exemplo), a situação actual não sofrerá modificações substanciais e o sector (e os dinheiros públicos) continuarão a beneficiar sobretudo os intermediários.

Nos primeiros dias de Agosto último a Comissão de Reestruturação fez a entrega informal do relatório ao ministro da Indústria, ficando alguns dos seus membros a aguardar esclarecimentos do ministro sobre o seu último despacho antes de assinarem o relatório.

Walter Rosa reafirmou nessa ocasião a sua orientação de empresa única para o sector cervejeiro (orientação com a qual alguns membros da Comissão de Reestruturação não estavam de acordo).

Entretanto, um numeroso grupo, constituído por cerca de cinquenta quadros e técnicos do sector cervejeiro, endereçou um documento ao secretário de Estado da Indústria Ligeira no qual focam «os objectivos principais a atingir nas principais áreas, através da sua articulação num único órgão de gestão ao nível do sector», e porque as «conclusões técnicas estão em concordância» com o esclarecimento de 28 de Julho do ministro da Indústria, solidarizam-se com a orientação de Walter Rosa.

O ministro da Indústria decide entretanto consultar os trabalhadores sobre o projecto de estatuto da empresa única, que figurava no relatório da Comissão de Reestruturação (que a 12 de Agosto havia sido entregue ao ministro devidamente assinado). Esta consulta aos trabalhadores é feita, porém, sobretudo sobre o modelo de organização preferido pelos trabalhadores: uma empresa única ou mais do que uma empresa.

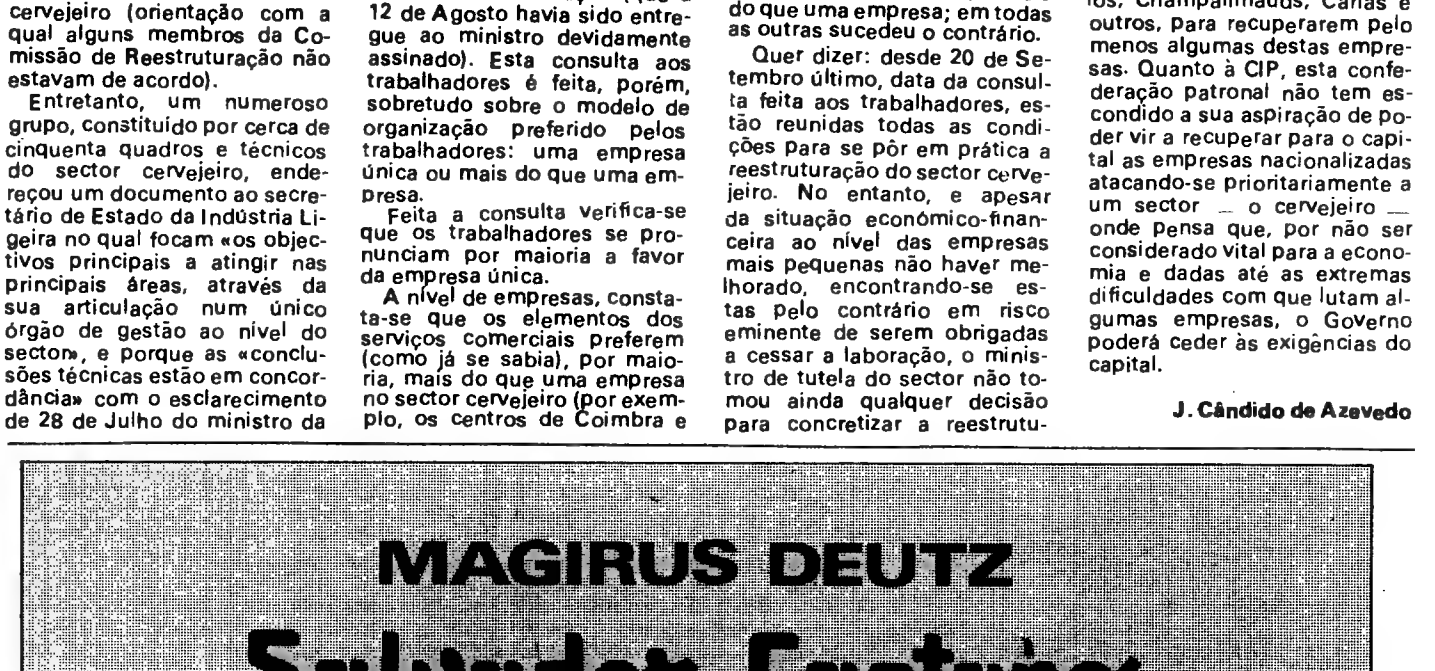
Feita a consulta verifica-se que os trabalhadores se pronunciam por maioria a favor da empresa única.

A nível de empresas, constata-se que os elementos dos serviços comerciais preferem (como já se sabia), por maioria, mais do que uma empresa no sector cervejeiro (por exemplo, os centros de Coimbra e Porto e Prior Velho da SCC), e que os trabalhadores ligados efectivamente à produção não hesitam em pronunciar-se a favor da empresa única. Só ao nível da CUF Portuense é que a maioria dos trabalhadores se pronunciou em favor de mais do que uma empresa; em todas as outras sucedeu o contrário.

Quer dizer: desde 20 de Setembro último, data da consulta feita aos trabalhadores, estão reunidas todas as condições para se pôr em prática a reestruturação do sector cervejeiro. No entanto, e apesar da situação económico-financeira ao nível das empresas mais pequenas não haver melhorado, encontrando-se estas pelo contrário em risco eminente de serem obrigadas a cessar a laboração, o ministro de tutela do sector não tomou ainda qualquer decisão para concretizar a reestruturação do sector.

Este atraso na decisão de reestruturar o sector cervejeiro é tanto mais inquietante quanto não sobejamente conhecidos os frenéticos esforços e as múltiplas intrigas dos Melos, Champalimauds, Carias e outros, para recuperarem pelo menos algumas destas empresas. Quanto à CIP, esta confederação patronal não tem escondido a sua aspiração de poder vir a recuperar para o capital as empresas nacionalizadas atacando-se prioritariamente a um sector — o cervejeiro — onde pensa que, por não ser considerado vital para a economia e dadas até as extremas dificuldades com que lutam algumas empresas, o Governo poderá ceder às exigências do capital.

J. Cândido de Azevedo



Os barris de cerveja não despertam só o apetite dos apreciadores desta bebida...

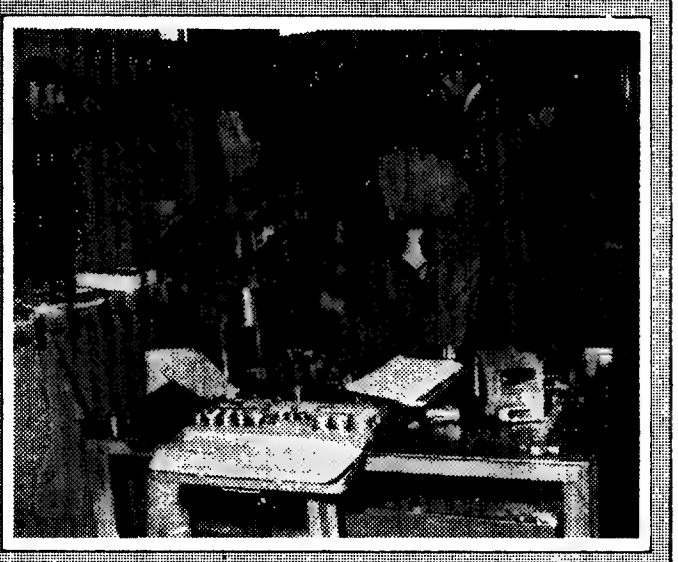
...orma Agrária, aumenta a pres-
...uperação capitalista

MAGIRUS DEUTZ

Salvador Caetano

I.M.V.T.- S.A.R.L.

No prosseguimento dos acordos industriais estabelecidos entre a MAGIRUS DEUTZ A.G. (empresa do grupo IVECO) e SALVADOR CAETANO, I.M.V.T., S.A.R.L. e no âmbito do Fabrico e Exportação de Autocarros Portugueses "CAETANO" decorreu em Novembro no Centro de Treinos de Salvador Caetano um curso intensivo de Formação para 23 técnicos Portugueses.



Salvador Caetano

Uma indústria portuguesa projectada na Europa.

Nacional

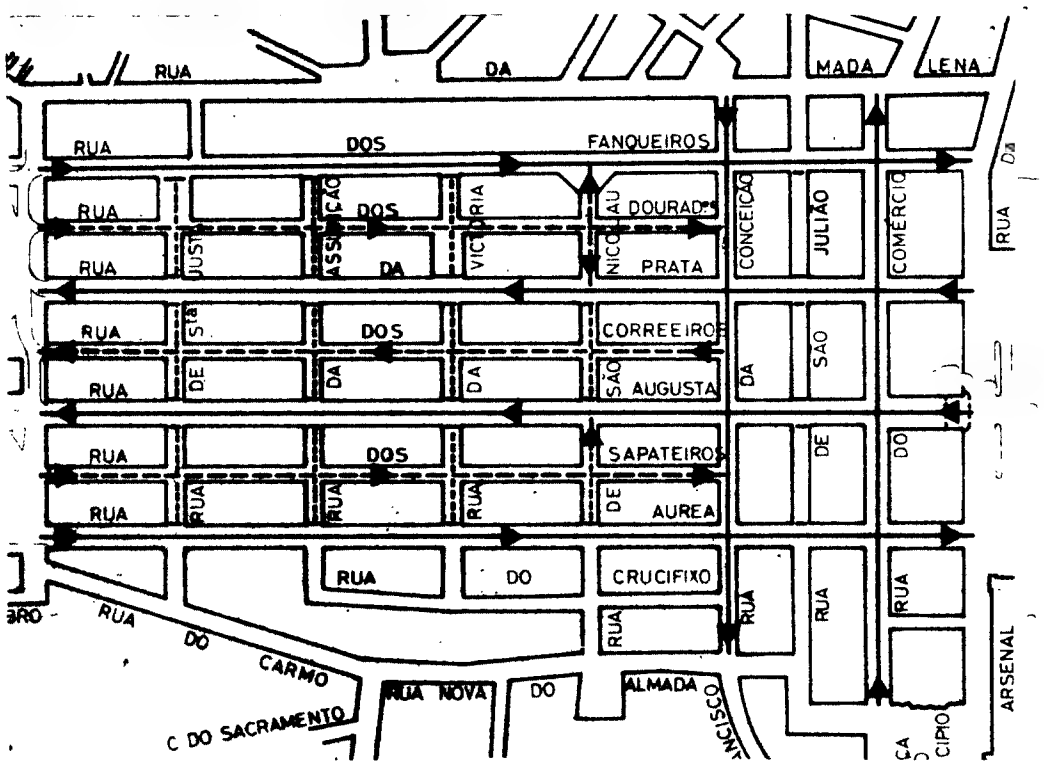
Seis mortos na estrada após jantar de Natal

Seis mortos, cujas idades vão de 17 a 36 anos foi o trágico balanço de um acidente de viação ocorrido na noite da passada quinta-feira na estrada nacional 125 (cruzamento de Mexilhoeira Grande) após um embate de uma viatura particular e de um autocarro de passageiros.

Dos sete ocupantes da viatura ligeira, seis tiveram morte imediata, salvando-se apenas Fernando Manuel Teodoro de Jesus, de 17 anos, mecânico, natural de Lagos e residente em Ferragudo. Pensa-se que o acidente não é estranho às seguintes razões: mau estado das bermas, temporal com trovoada e relâmpagos, viatura conduzida por um condutor sem carta. O acidente ocorreu após um jantar de confraternização, realizado em Lagoa, quando um dos membros do grupo, sem carta de condução, decidiu, com consenso mútuo, conduzir o automóvel onde viajavam até Lagos. Com o mau tempo e uma estrada inundada, o que era de prever aconteceu: GerménioFranciscoCorreiaPoucochinho, solteiro, 19 anos, mecânico, Fernando dos Reis Lourenço, casado, 36 anos, bate-chapas, José Marcelino Andréz Lima, solteiro, 17 anos, empregado de escritório, Arménio João de Jesus, solteiro, 20 anos, empregado de secção de peças, António José Duarte Glória, solteiro, 18 anos, mecânico viriam a perder a vida após um embate fortíssimo num autocarro que transportava o coro do Conservatório Regional de Música do Algarve.

MORTE DE UM CASAL DE ENFERMEIROS

Também em Vila Cova, Medas, Gondomar outro violento acidente de viação provocou a morte a um casal de enfermeiros do Hospital de Santo António. O desastre verificou-se quando o automóvel em que seguiam Manuel Augusto da Silva e Maria Rosa de Campos Ramos, ambos de 24 anos, foi embater num taxi, cujos ocupantes nada sofreram.



Novo regime de trânsito na Baixa

O plano de descongestionamento da baixa lisboeta, anunciado e debatido desde há muito, entrou em vigor no dia 25. As medidas agora tomadas são as seguintes:

1 — É proibido o acesso de viaturas particulares, das 8.00 às 20.00 horas, ao centro da cidade, com os limites no Rossio, Rua do Ouro, Praça do Comércio, Rua dos Fanqueiros e Praça da Figueira.

2 — As ruas do Ouro, Augusta, Prata e Fanqueiros, funcionam somente como vias de passagem, excepto no que se refere às ligações com as ruas da Conceição e Comércio.

3 — Para as cargas e descargas, que se farão das 20.00 às 13.00 horas, o acesso far-se-á somente pelas ruas dos Sapateiros, Correeiros e Douradores.

4 — A Rua de S. Nicolau fica com possibilidades de saída para a Rua Augusta, Rua da Prata, Rua dos Fanqueiros e com entrada pelas ruas dos Sapateiros, Correeiros e Douradores.

5 — A Polícia fiscalizará intensamente as infracções ao estacionamento nas ruas de trânsito proibido devidamente sinalizado.

Poluição no Sado com origem desconhecida

A Comissão Nacional do Ambiente, alertada no passado dia 13 para um caso grave de poluição do rio Sado, concluiu, após deslocação ao local, terem sido tomadas todas as medidas aconselháveis, designadamente proibição de pesca e de venda de pescado, e esclarecimento das populações sobre os perigos potenciais do consumo de peixe, além de recolha de material para análises toxicológicas.

Como acções a desencadear de imediato, acertou-se na realização de um inquérito pormenorizado que, complementado com os resultados das análises toxicológicas, deverá permitir a identificação das causas determinantes da poluição que causou intensa mortandade na fauna piscícola do rio Sado.

JACINTO-DE-ÁGUA

Na mesma Comissão Nacional do Ambiente, e após uma reunião efectuada no passado dia 10 com diversos organismos ligados à salvaguarda do ambiente do País, decidiu-se, uma vez localizadas as áreas mais afectadas pelo jacinto-de-água, a mobilização de todos os meios humanos e mecânicos necessários à neutralização da referida planta.

Foi já impresso um folheto referente à praga e vai ser preparado um cartaz chamando a atenção para a sua nocividade. Entretanto, as operações da recolha do jacinto-de-água prosseguem nas áreas de Belver e Golegã, Benavente, lezíria de Vila Franca de Xira e na área do rio Tejo.

pub

SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

DIA 27 ÀS 21.30

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

(Continuação da Assembleia do dia 21 12 76)

Refeitório da Carris (Santo Amaro)

O dia 27 será o dia-chave para tomarmos conhecimento da situação do nosso CONTRATO COLECTIVO DE TRABALHO VERTICAL.

CAMARADA RODOVIÁRIO:

Se estás interessado em manter e defender as conquistas alcançadas após o 25 de Abril; se estás interessado num CCT-V que te seja favorável, COMPARECE.

À Rodoviária Nacional (RN) exigimos as conquistas consagradas no CCT-V em vigor e uma tabela salarial honesta.

Aos Ministérios do Trabalho e dos Transportes e Comunicações o compromisso solene de que o acordado com a RN será imediatamente alargado a todos os trabalhadores rodoviários.

A LUTA CONTINUA!

pub

Sindicato de Garagens, Postos de Abastecimento Transportes e Ofícios Correlativos do Centro e Sul

Abrangendo os distritos de Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Leiria, Portalegre, Santarém e Setúbal

AVENIDA ALMIRANTE REIS, 45, 1.º — TELEFS. 83 93 18/84 86 33 — LISBOA-1

PROPOSTA

1.º — Considerando que a actual direcção do Sindicato dos Rodoviários de Lisboa não defende os interesses dos trabalhadores, já de há longo tempo, mas concilia com a vergonhosa contraproposta da Rodoviária Nacional;

2.º — Proponho que de imediato se comece o esclarecimento em toda a R. N. desmascarando a direcção do Sindicato;

3.º — Que se comece de imediato a formar uma lista para nova Direcção, com colegas de todas as empresas da Rodoviária Nacional;

4. — Exigir que no mais curto espaço de tempo se proceda a eleições no mesmo Sindicato,

5.º — Levar a todas as empresas o esclarecimento da nossa luta pelo contrato de trabalho e pedir o apoio de todo o povo à nossa justa luta..

Lisboa, 17 de Dezembro de 1976

Manuel II (Motorista CEP 5)

NOTA: Esta proposta foi aprovada em plenário, por aclamação, estando presentes trabalhadores das
Ex-Palhinhas/Sernache
Ex-Boa Viagem
Ex-Sintra Atlântico
Ex-Eduardo Jorge

TOTAL DE TRABALHADORES PRESENTES: 500

O Presidente de Direcção
José Eduardo M. Borges

pub

SINDICATO DOS FERROVIARIOS DO CENTRO

FERROVIARIOS CONTRA OS DECRETOS-LEIS ANTIOPERARIOS

SOBRE DESPEDIMENTOS E QUOTIZAÇÃO SINDICAL

A publicação dos decretos governamentais sobre alteração ao modo de cobrança das quotas sindicais e despedimentos tiveram, o repúdio dos trabalhadores portugueses. Por um lado pela sua insonstitucionalidade por outro pelo ataque aos trabalhadores e às suas organizaçoes, que tais decretos representam.

OS FERROVIÁRIOS DA ZONA CENTRO MANIFESTARAM IGUALMENTE AO LONGO DE MAIS DE 3 DEZENAS DE REUNIÕES REALIZADAS NOS ÚLTIMOS DIAS O SEU REPÚDIO POR ESTAS MEDIDAS DO GOVERNO.

Para além de centenas de subscritores de abaixo-assinados exigindo a revogação imediata destes decretos, foram aprovadas por unanimidade em muitas reuniões moções de idêntico teor.

A DEMOCRACIA NÃO SE CONSOLIDA CONTRA OS TRABALHADORES, MAS SIM, COM O SEU APOIO!

A REVOLUÇÃO NÃO SE DEFENDE ATACANDO AS SUAS CONQUISTAS; MAS SIM CONSOLIDANDO-AS!

O objectivo do decreto-lei sobre quotizaçoes sindicais está bem claro na afirmaçao do secretario de Estado do Trabalho ao afirmar pretender «quebrar a espinha à intersindical». **Esta afirmação revela uma** intolerável e inconstitucional ingerência na vida interna, Organização e Funcionamento das associações sindi**cais visando a sua destruição.**

NÃO É AOS TRABALHADORES QUE INTERESSA QUEBRAR O MOVIMENTO SINDICAL. ESTES ESTÃO EMPENHADOS NA LUTA PELO SEU REFORÇO, DE QUE O CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS A REALIZAR EM JANEIRO SERÁ UM PONTO ALTO DE GRANDE SIGNIFICADO.

TAMBÉM NÃO É AOS TRABALHADORES QUE INTERESSA A LIBERALIZACÃO DOS DESPEDIMENTOS. TAL MEDIDA SÓ PODE INTERESSAR AO PATRONATO, ANSIOSO QUE ESTÁ DE PODER VOLTAR A ACTUAR IMPUNEMENTE COMO ANTES DO 25 DE ABRIL.

OS TRABALHADORES ESTÃO CONTRA OS DESPEDIMENTOS SEM JUSTA CAUSA. OS TRABALHADORES QUEREM O REFORÇO E UNIDADE DO MOVIMENTO SINDICAL, GARANTIA ESSENCIAL DE QUE AS CONQUISTAS ALCANÇADAS SERÃO DEFENDIDAS.

OS INIMIGOS DOS TRABALHADORES QUEREM O CONTRÁRIO. A DESTRUIÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL E O REGRESSO À DITADURA DOS MONOPÓLIOS É O SEU OBJECTIVO.

CONSCIENTES DA NOSSA FORÇA HÁ QUE DAR-LHES CERRADO COMBATE.

— PELA DECLARAÇÃO DA INCONSTITUCIONALIDADE E REVOGAÇÃO DOS DECRETOS SOBRE QUOTAS SINDICAIS E SOBRE OS DESPEDIMENTOS
CONTRA O DIVISIONISMO
PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES

LUTAREMOS
A DIRECÇÃO

Estrangeiro

DEPOIS DA PRISAO DE CARRILLO

Os tempos de Franco parecem ter regressado a Espanha

A prisão de Santiago Carrillo e outros seis dirigentes do PCE, as acusações que contra ele pesam e que levaram a que fosse incriminado por «associação ilegal», os tribunais de ordem público postos novamente em movimento para julgar os líderes comunistas, a actuação da polícia nas manifestações que por toda a Espanha se têm vindo a realizar — eis as negras sombras que vieram assinalar os limites da tão propalada liberalização e democratização do regime espanhol.

Para muitos espanhóis e estrangeiros o Natal de 1976 restituiu a imagem franquista a essa Espanha que muitos teimavam já em ver como uma «democracia».

Os advogados de Santiago Carrillo vão recorrer hoje da prisão sendo de esperar que esta diligência seja acompanhada de novos protestos em Espanha e no estrangeiro.

A acusação que pesa sobre Carrillo e que acima referimos comporta uma pena possível de seis anos de prisão. Se o julgamento dos dirigentes comunistas presos vier a efectuar-se, serão os tribunais da ordem pública — símbolo da «justiça» franquista — que entrarão novamente em acção.

Fontes afectas ao PCE (e referidas pela Reuter) afirmaram que são aguardadas em Madrid esta semana delegações políticas de vários países europeus e de grupos de direitos humanos que vão pressionar as autoridades no sentido da libertação dos detidos.

Manifestações por todo o país, um abaixo-assinado com seis mil assinaturas de intelectuais e outras personalidades, protestos formais de partidos comunistas estrangeiros, comentários altamente desfavoráveis da Imprensa liberal ocidental — eis, em síntese, algumas das mais importantes reacções à prisão de Santiago Carrillo e dos outros dirigentes do PCE, incriminados pelos mesmos motivos que ele.

A polícia interveio em força no País Basco dispersando os manifestantes com granadas de fumo e balas de borracha, à maneira dos velhos tempos, de tal modo que a própria agência Reuter refere que os tempos de Franco parecem ter voltado.

SEGUNDO O BANCO MUNDIAL

Nível de vida baixou em 1975

O nível de vida declinou na maioria dos países em 1975 e apenas meia dúzia de nações exportadoras de petróleo obteve lucros significativos de acordo com estatísticas divulgadas pelo Banco Mundial, instituição imperialista, que recusou créditos ao Chile durante o Governo de Allende, e que recentemente concedeu um vultuoso empréstimo a Pinochet, contra a opinião de alguns dos países nele participantes.

Para o Banco Mundial, as causas do declínio do nível de vida devem-se à estagnação económica nos «países desenvolvidos» e ao aumento populacional nas nações em vias de desenvolvimento. A agência Reuter que transmite estas informações fala em países desenvolvidos, sem distinguir entre capitalistas e socialistas. Contudo todas as referências concretas que faz são acerca de países capitalistas. As únicas vezes que aponta países socialistas é para falar da U. R. S. S., afirmando que se trata do segundo país mais rico do Mundo, em termos de P. N. B., e da China, cujo P. N. B. conheceu um ligeiro aumento.

Segundo o Banco Mundial, em 1975 a economia continuou a tendência de 1974, ano em que terminou mais de uma década de crescimento económico quase ininterrupto dos países ricos do Mundo. Isto, embora, o PNB (valor no mercado de todos os bens e serviços produzidos por uma nação) tenha aumentado em quase todos os países. Mas os aumentos dos preços reduziram os ganhos a zero na maioria dos países e transformaram-nos em declínio do nível de vida em muitos outros.

A média do P. N. B. «per capita» declinou pelo segundo ano consecutivo nas nações industrializadas. O declínio foi de 2,1 por cento, muito superior, portanto, ao do ano passado (0,6 por cento). A maioria das nações exportadoras de petróleo conseguiram aumentar o nível de vida do seu povo na média de 3,8 por cento, tendo registado um aumento populacional médio da ordem dos 3,1 por cento (contra 2,5 por cento para a maioria dos países menos desenvolvidos e menos de um por cento nas nações industrializadas).

Os Estados Unidos continuaram a ser, por larga margem, a maior unidade económica mundial, com um P. N. B. superior a 1.500 biliões de dólares. Seguiram-se a União Soviética (665,9 biliões de dólares), o Japão (495,2 biliões), a Alemanha Federal (408,8 biliões) e a França (304,6 biliões).

Mas em termos «per capita», os E. U. A. situaram-se atrás de vários países, com um P. N. B. médio por pessoa de 7.060 dólares. Entre as nações industrializadas figurou em primeiro lugar a Suíça, cum um P. N. B. «per capita» de 8.050 dólares, seguindo-se a Suécia (7.880).

Mas aqueles três países situaram-se atrás dos mais pequenos exportadores de petróleo o Kuwait, os Emiratos Árabes Unidos e o Qatar que registaram P. N. B.'s «per capita» de 11.510 dólares, 10.480 e 8.320, respectivamente.

Por causa do seu pequeno tamanho e vastas reservas de petróleo, o Kuwait e os E. U. A. eram as mais ricas nações do Mundo, em termos «per capita», mesmo antes do grande aumento dos preços do petróleo em fins de 1973. O Qatar figurou também entre os 10 mais ricos.

Dirigente da F.P.L.P. assassinado em Beirute

A luta para alcançar o domínio do movimento guerrilheiro palestiniano aumentou da agressividade depois do assassinato de um militante palestiniano e da mulher — declararam círculos da Organização de Libertação da Palestina (OLP) à UPI.

Esta guerra, que dura há um mês e se desenrola nas ruas da zona ocidental de Beirute e nos campos de refugiados a Sul da cidade, opõe os radicais anti-sírios da «frente de rejeição» contra a organização Saiqa, controlada pela Síria, e com a «Al Fatah», de Yasser Arafat, no médio dos dois pólos.

Os corpos das duas vítimas do dia de Natal, Abdel Wahab Al Tayeb, dirigente da Frente Popular de Libertação da palestina (FPLP) e de sua mulher Khajdiva Ali Khaled, foram descobertos, segundo um porta-voz da Frente pela irmã de Khajdiva Leila, conhecida como a «rapariga terrorista» que participou em várias acções de desvios de aviões no princípio de 1975.

Desconhecem-se os motivos do duplo assassínio, mas a Frente Popular de Libertação da Palestina atribui o acto a potências estrangeiras ao serviço do «imperialismo internacional em colaboração com os regimes reaccionários árabes».

As autoridades palestinianas, embora não possuam provas, suspeitam de guerrilheiros sírios ou pró-sírios.

A FPLP prometeu vingar as mortes.

Entretanto, Yasser Arafat, presidente da Organização de Libertação da Palestina (OLP), teve ontem três horas de conversações em Damasco com o presidente Hafez Al-Assad da Síria, discutindo a questao da Palestina.

Hua Kuo-Feng estabelece directrizes para a China

O chefe do Partido Comunista Chinês, Hua Kuo-feng, estabeleceu as directrizes do seu país para 1977 esclareceu a agência Nova China. Essas directrizes constam do importante discurso que Hua pronunciou no sábado na conferência nacional de Agricultura.

«Continuar a expor e a criticar o bando dos quatro; reforçar a chefia do PC; desenvolver a economia nacional; lançar nova inficiativa para estudo dos trabalhos de Marx, Englels, Lenine e Mao Tsé-tung» eis o essencial dessas orientações.

Entretanto o vice-primeiro-ministro, Chen Yung-kei, revelou que a produção agrícola de seis das 26 províncias do país sofreu graves perturbações nos últimos anos em consequência da luta política. O dirigente revelou que em certos pontos da provincia de Chekiang a situação foi de tal ordem que levou ao desmantelamento das comunas populares e à divisão de terras. Todas estas perturbações foram atribuídas ao «grupo dos quatro».

A Imprensa chinesa aproveitou entretanto a passagem no dia 26 do 83.º aniversário do nascimento de Mao para publicar um discurso inédito do falecido presidente. Nesse discurso, pronunciado em há 20 anos, Mão criticou pela primeira vez a URSS. Mas o que é de salientar é que neste artigo Mao aborda a construção económica do país, «leitmotiv» da propaganda chinesa desde a prisão dos «quatro».

Este artigo dá peso à campanha actualmente promovida pelas autoridades chinesas a fim de desenvolver rapidamente a indústria e a agricultura para levar «a economia nacional ao primeiro plano mundial antes do final do século».

Takeo Fukuda defende conferência de "ricos"

O primeiro-ministro japonês, Takeo Fukuda, na sua primeira conferência de Imprensa desde que ascendeu ao seu novo cargo, afirmou esperar para breve a realização de uma cimeira nipo-norte-americana.

«Haverá também uma nova administração nos Estados Unidos, e precisamos de levar a cabo a terceira conferência dos países mais desenvolvidos do mundo», disse Fukuda. «Contudo, antes disso, gostaria que se realizasse uma cimeira entre o Japão e os Estados Unidos», acrescentou.

Referindo-se seguidamente às alterações verificadas no Governo japonês, o primeiro-ministro esclareceu que a escolha do tecnocrata Iichiro Hatoyama para ministro dos Negócios Estrangeiros se ficou a dever à «importância da sua experiência em diplomacia económica».

«1977 será um ano de economia e gostaríamos de enfrentar com êxito os problemas económicos tanto internos como externos», acentuou Fukuda.

PARIS

Amigo de De Broglie detido pela Polícia

Detectives da brigada de homicídios detiveram um homem de negócios, nas tentativas para encontrar o assassino do príncipe Jean de Broglie, mas a Polícia pouco revela acerca do andamento das investigações.

Patrick Allenet de Ribemont, de 40 anos, amigo do príncipe, que na passada sexta-feira foi morto a tiro numa rua de Paris, foi detido ontem para interrogatórios e ainda não saiu em liberdade.

Porém, o comissário da polícia encarregado do inquérito, Pierre Ottavioli, frisou que «o facto de estarmos a interrogar um conhecido do sr. Broglie não prova que tenhamos uma pista».

Entretanto, a Polícia libertou ontem uma outra testemunha, identificada apenas como um negociante alemã ocidental de 50 anos, que se encontrava no apartamento de Ribemont, no momento do assassínio.

Ottavioli explicou que o alemão fora posto em liberdade por não ter tido qualquer contacto com a vítima na sexta-feira de manha.

Em particular, fontes policiais afirmaram que estavam ainda longe de encontrar o assino e que desconhecem o motivo exacto do crime.

Um grupo de extrema-direita «Clube Carlos Martel» reivindicou o homicídio, mas a Polícia não acredita que este tenha tido motivos políticos. Broglie era secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros em 1962, e, nessa qualidade, participou nas negociações que deram a independência à Argélia.

De Broglie era filho do príncipe Amadeu de Broglie e da princesa Beatriz de Faucigny-Lucinge, sobrinha do duque Luís de Broglie, prémio Nobel da Física em 1929, e bisneto da esceitora Madame de Stael.

O seu assassínio foi o primeiro crime político de que desde há muitos anos é vítima um político francês, se bem que durante a guerra da Argélia o presidente De Gaulle tivesse sido alvo de numerosos atentados.

Naufrágio no Mar Vermelho — 95 desaparecidos

O comandante do barco de peregrinos egípcios «Patra» que se afundou, na sexta-feira, no Mar Vermelho, acusou hoje passageiros de se recusarem a obedecer ás suas ordens para abandonar o navio.

O comandante Mohammed Shabban Hammad declarou á Imprensa cairota que todos os passageiros e tripulantes se teriam salvo se tivessem seguido as suas instruções.

Nenhum comunicado oficial foi emitido sobre o número de vítimas, mas o jornal semi-oficioso «Al-Ahram» cita funcionários do Porto do Suez como afirmando que cerca de 95 pessoas eram ainda dadas como desaparecidas.

A maioria dos passageiros era formada por peregrinos muçulmanos voltando ao Egipto, após visitas a lugares santos na Arábia Saudita.

Erro do piloto causou queda do avião em Bangkok

Responsáveis da aviação tailandesa afirmaram que se deverá a um erro do piloto o acidente aéreo ocorrido no dia de Tatal com um Boeing 707 das linhas aéreas egípcias e que provocou a morte de, pelo menos 70 pessoas. O aivão caíu a cerca de 3,2 quilómetros do aeroporto de Bangkok, sobre uma fábrica de texteis.

Segundo afirmou aos repórteres o director da Aviação Civil, general Surayuth Nivisabutr, o piloto «viu a pista tinha a responsabilidade de fazer aterrar o avião».

Por sua vez, um funcionário do aeroporto revelou revelou que a torre de controle tinha aconselhado o piloto a não aterrar.

Carter "homem do ano"

Jimmy Carter, presidente eleito dos EUA, foi escolhido pela revista norte-americana «Time» como o «homem do ano», devido à sua ascensão à presidência dos EUA, o que constituiu um «dos factos mais espectaculares da história da República».

No mesmo número da revista, Carter declara, em entrevista, que tenciona encontrar-se com o secretário-geral do PCUS, Leonid Brejnev, antes do próximo Outono a fim de debater um novo acordo para limitação de armas estratégicas nucleares, que substitua o de Vladivostok, cujo prazo termina em Outubro de 1977.

Noticiário em colaboração com as agências ANOP, France Press, Inter Press Service, Novosti, Prensa Latina e Reuter

Espectáculos

Crítica de Teatro

Vaclav Havel: O processo do Castelo

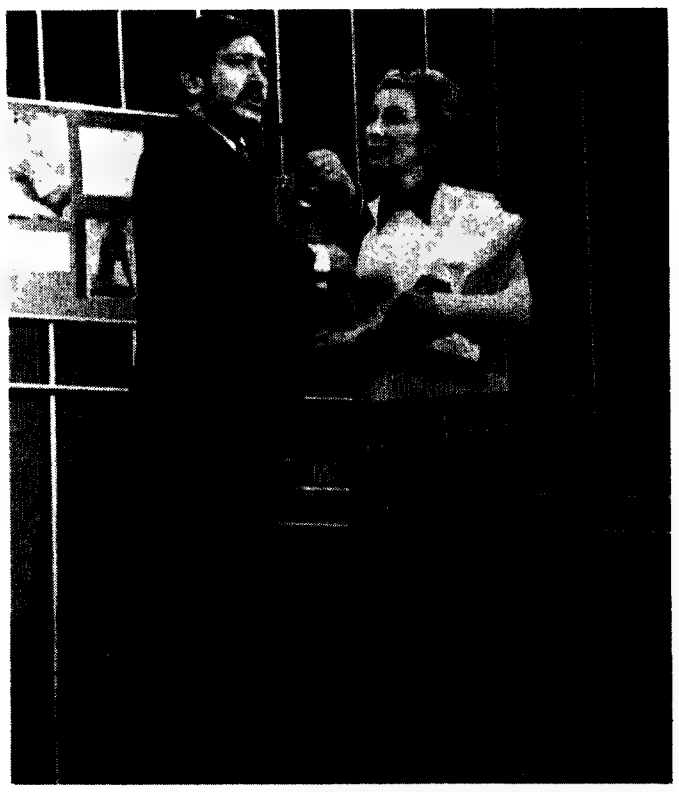
CARLOS PORTO

«O ESCRITÓRIO», de Václav Havel. Tradução: Valentina Trigo de Sousa. Encenação: Luzia Maria Martins. Cenário: Luís Suarez. Interpretação: Mário Pereira, Carlos Duarte, Suzana Prado, Cremilda Gil, Fernanda Coimbra, Helena félix, Vítor Hugo, Fernanda Montemor, Diniz Castelo, José Brás, Augusto Leal, Manuela Cassola. Teatro-Estúdio de Lisboa Teatro Vasco Santana. Dezembro 1976.

Esta peça checa é teatralmente uma máquina fascinante. Situando-se entre Gogol e Ionesco com uma evidente passagem por Kafka (um «Processo» que passa pelo «Castelo»), a peça descreve o itinerário repetitivo, que se realiza em circuito fechado (e em círculo vicioso) de personagens situadas numa espècie de universo paralelo, alucinado e alucinante, cuja forma concentracionária é dada no cenário através de sugestões de grades. O que separa um texto como este de Beckett e até de um Ionesco, e o aproxima de Kafka, é o facto de ser uma introdução do fantástico, podemos mesmo dizer do metafísico, no quotidiano realista, sem que entre um e outro haja qualquer fissura: pelo contrário, são uma só e a mesma realidade.

O director-geral de uma organização de que nada se sabe (como em «O Castelo», de Kafka) é posto perante uma iniciativa para a qual em nada contribuiu: a utilização de uma língua artificial, sintética — a pideografia — que servirá para substituir a língua natural nas relações interdepartamentais. Para os introdutores desse novo processo de comunicação, a língua natural seria demasiado ambígua permitindo interpretaçoes várias o que impediria a sua utilização científica. A língua inventada, pelo contrário, não permitiria qualquer tipo de interpretação que não fosse cientificamente estabelecido. Todavia, o director-geral é um humanista e, por isso, não poderá aceitar a substituição da língua natural por uma língua artificial que ele considera mecânica e desumana. Todavia, como cometeu em tempos um pecadilho — levou para casa um carimbo com o qual o filho brincava — não sente coragem para se opor à utilização da pidiografia que o director-adjunto e o ajudante deste impõem.

O que desencadeia o processo é o facto do director-geral descobrir na sua secretária um ofício que lhe é dirigido e que



Mário Pereira e Fernanda Montemor

ele não é capaz de decifrar. Vem então a descobrir que existe na organização um centro de traduções e uma escola para o ensino da língua, que desconhecia inteiramente. O processo leva-o a uma investigação que implica a sua queda: vê-se obrigado a trocar de lugar com o director-adjunto até que acaba por ser substituido pelo observador que cumpre uma tarefa de espionagem na organização, substituindo este. Na segunda parte, assistimos à reabilitação do director-geral que acaba por descobrir que o ofício que ele não entendera consistia no perdão oficial pelo pecadilho a que nos referimos e incumbindo-o de liquidar a experiência da nova língua. O director-geral volta ao seu posto e prepara-se para pôr tudo em pratos limpos, despedindo o seu ex-director-adjunto. Verifica, contudo, que não poderá fazê-lo pelas razões burocráticas do costume. E descobre mais: eliminada a pideografia, surge um outro sistema: a chachagrafia. (1). O ciclo recomeça. A reforma imposta à organização não descera às infra-estruturas, não fora uma revolução. Por isso, tudo continua na mesma.

Este itinerário infernal, este ciclo de situações repetidas e aparentemente intransponíveis (expressos na própria estrutura dramática da peça) vividas por personagens automatizadas (no final saem como se fossem figuras de uma caixa de música), conjugam-se com os apontamentos de teor satírico em que personagens típicas exprimem, à maneira de Gogol, o carácter do funcionário público tal como foi definido sobretudo pela literatura russa: vítima de uma engrenagem sem objectivo, sem sentido e sem ideal. Essas personagens são aqui a secretária que passa a vida a pentear-se e a ir buscar coisas pessoais; o chefe de secção que só pensa na ementa do almoço e em mulheres (nas paredes do escritório, fotografias de mulheres nuas); uma outra funcionária que faz da subalterna sua escrava; as personagens que só vivem através do convívio da **festa** (o colega que faz anos, o colega que foi promovido, etc.). Retrato cruel de um mundo aparentemente inútil e parasitário.

A ligar o itinerário seguido pelo director-geral e esse mundo existe a própria impossibilidade, criada pelos absurdos burocráticos, dos funcionários funcionarem, da máquina deixar de trabalhar no vazio. Por exemplo: o funcionário que não pode fazer a tradução porque não sabe se o texto está de acordo com as regras e não está autorizado a traduzi-lo sem esse conhecimento mas não pode obter essa autorização sem que um outro funcionário lha dê e este por sua vez aguarda um outro documento de outro funcionário que não lho pode passar sem que o texto seja traduzido. O tal círculo viciosos. No centro e à margem deste mundo, a aula onde, impávida, uma professora ministra sabiamente a alunos indiferentes ou gulosos de um saber inútil, lições de uma língua que não servirá para nada, e assim sucessivamente.

Este espectáculo é, a nosso ver, o melhor trabalho do TEL nos últimos tempos. Bastante mais à-vontade nestas personagens unidimensionais, de características realistas, os actores pareceram-nos relativamente convincentes. Teríamos, no entanto, preferido uma interpretação menos solene, mais ambígua, de maneira a fazer ressaltar o lado inquietantemente cómico das situações. Helena Félix e Susana Prado andaram perto desse tom. Ao contrário de Carlos Duarte que se preocupou em trabalhar para a galeria. Mário Pereira e Vítor Hugo (num papel que se lhe adequa) e ainda Cremilda Gile e Augusto Leal conseguem trabalhos razoáveis. De uma maneira geral, sem grandes voos, a interpretação tem uma homogeneidade de assinalar.

Num cenário bem concebido, funcional, Luzia Maria Martins fez uma encenação limpa, que clarifica os aspectos labirínticos do texto.

Não é por acaso que «O Escritório» vem de Praga cidade onde Kafka sonhou ou construiu os seus processos e os seus castelos de pesadelo. Sendo uma crítica às armadilhas burocráticas que são uma espécie de totalitarismo de um regime político (qualquer que ele seja e portanto também o socialista), a peça, mais do que isso .. ou menos, depende do ponto de vista — é sobretudo uma meditação pessimista sob a condição humana. (2).

(1) Lá para os lados da Secretaria de Estado da Cultura deve usar-se um tipo de comunicação parecido com este.

(2) Não deixa de ser curioso lembrar que trabalhadores portugueses (por exemplo, da construção civil) comunicavam através de uma linguagem perfeitamente impenetrável e por eles inventada.

Cenas & Cenários

● «BURLESCO AMERICANO»

A partir de hoje e até 31 do corrente, a Secretaria de Estado da Cultura vai apresentar no Palácio Foz, o ciclo cinematográfico «Burlesco Americano», segunda série, com sessões às 15, 18 e 21 horas.

O programa é o seguinte: Dia 27, «Um par de ciganos», de James W. Horne e C. Rogers; dia 28, «Uma noite em Casablanca», de Archie Mayo; dia 29, «O homem das mulheres», de Jerry Lewis; dia 30, «A culpa foi do macaco», de Norman McLeod; dia 31, «O grande conquistador», de Herbert Ross.

Os bilhetes ao preço de esc. 5$00 encontram-se à venda na bilheteira do Palácio Foz (esquina com o elevador da Glória).

● CANTIGAS NA RTP

Reúnem-se esta noite na RTP os autores das sete canções escolhidas para a presença da Televisão portuguesa no Festival da Eurovisão, a realizar em Londres.

As sete canções apuradas entre as presentes a concurso (centena e meia) são: 1 «Portugal no coração» música de Fernando Tordo, letra de José Carlos Ary dos Santos; 2 «O que custar» música e letra de Fernando Guerra; 3 «Rita Rita Limão» . música de António Moniz Pereira, letra de Margarida Moniz Pereira; 4 «Férias» música de Luís Pedro Fonseca, letra de Isabel Mota; 5 «Fim de estação» música e letra de José Manuel Soares; 6 «Canção sem grades» . música de José Manuel Soares, letra de Rita Olivais; 7 «A flor e o fruto» letra de António Manuel Flores Avelar de Pinho, música de Nuno Manuel Rodrigues.

A fase seguinte deste concurso, a que a RTP deu precisamente o título de «As sete canções», será a reunião entre os autores e os representantes dos departamentos da RTP directamente envolvidos nesta «operação musical». Nela se deverá assentar quanto aos nomes dos orquestradores e dos intérpretes das duas versões de cada canção, realizando-se ainda o sorteio para atribuição do número de ordem definitivo a cada, uma delas para todas as operações do concurso. O mais tardar até ao próximo dia 29 de Janeiro a RTP firmará com músicos e intérpretes os compromissos indispensáveis para assegurar vinculação ao regulamento previamente estabelecido para o concurso «As sete canções».

INSTALADO NA ALAMEDA D. AFONSO HENRIQUES (JUNTO AO CINEMA IMPÉRIO)

O PÚBLICO CONTINUA A APLAUDIR COM GRANDE ENTUSIASMO
A NOVA COMPANHIA DO MAIOR E MAIS ALEGRE ESPECTÁCULO DO ANO
AS LOTAÇÕES ESGOTADAS CONTINUAM, VENHA VER OS MAIORES ARTISTAS CIRCENSES, AO VOSSO CIRCO

CIRCO MARIANO

(O VOSSO CIRCO) EMP. HENRY TONY

TODAS AS NOITES, às 21.30 * HOJE, «MATINÉE» às 16.30 h

SEXTA-FEIRA SENSACIONAL «REVEILLON», com muitas atracções e surpresas, uma verdadeira passagem da ano. Venha ver, venha até nós, o nosso espectáculo é PARA TODOS, compre já o seu bilhete.

DIA 1 — 3 ESPECTÁCULOS às 15, 18 e 21.30 soras
DIA 2 — 3 ESPECTÁCULOS às 15, 18 e 21.30 horas
QUINTA-FEIRA, «MATINÉE» às 16.30 horas

VENHAM VER em TODOS os ESPECTÁCULOS a ALEGRIA das CRIANÇAS e ADULTOS

HEIDI, PEDRO, AVÔ ALP E YUKI

2 — PARELHAS DE PALHAÇOS — 2

«OS ELIZABETH'S E CAMPOS FILHOS»

Pela 1.ª vez em Portugal, vindos directamente de Inglaterra

«OS ELEFANTES BEBÉS»

Cooperativa teatro popular

Apresenta na

ACADEMIA ALMADENSE

Rua Capitão Leitão, 64 — Telef. 275 21 27 — Almada

A GRANDE JOGADA!

uma divertida comédia musicada de JOSÉ VIANA que a interpreta ao lado de ROGÉRIO PAULO e DORA LEAL

e MARIA DULCE que conta a história de fio a pavio à frente de um grande elenco

Direcção musical de VICTOR BONJOUR

ESTREIA AMANHÃ em 2 SESSÕES às 20.45 e 23 horas

Não aconselhável a menores de 13 anos

Televisão

Canal da Crítica

Por MÁRIO CASTRIM

CONCURSOS, SIM. COM URSOS, NÃO

. Eu sei. Eu sei que a nossa televisão não podia aspirar ao género dos *«jogos sem fronteiras* , com toda aquela sofisticação das sociais-democracias. Nas «democráticas» sociais-democracias não se olha a dinheiro (pudera, não lhes custou a ganhar...) para transformar o povo em público e para lhes transformar o televisor numa cadeirinha de rodas extremamente luxuosa.

Eu sei. Mas a imaginação conseguiria ainda fazer mais um milagre, em organização (ou desorganização, como quiserem) como a RTP. Conseguiria, de modo a dar algum pequeno interesse aos concursos *«cabeça tronco e membros* e « o gesto é tudo».

Mas se a imaginação não há, houvesse ao menos um pouco de bom senso para evitar o naufrágio total.

No concurso da tarde, o caso é mais sério pois são crianças e jovens envolvidos nele. Doi mais aí e pode ter mais consequências, de ordem moral e cultural, a injustiça ou a ausência de um critério estável.

Em primeiro lugar, as frases que seleccionam para as competições (ou que *condenam* nos jogos físicos, o que já constitui uma certa minimização destes) deviam apelar para a inteligência mais do que para a mecânica do superficial.

Em segundo lugar, desde que se entre no esquema tal como existe, importa atender à construção e à interpretação.

Por exemplo, na frase: *«Com maldade se faz uma intriga/com alegria se faz uma...* a palavra procurada será, conforme o projecto, *amiga*. Não há nenhuma relação lógica entre os dois elementos da rima já agora *cantiga* seria preferível. Não é educativo. A rima ou é um elemento inteligente, importante numa construção poética, ou, tomada como razão de si própria, deixa de ter qualquer valor.

Por outro lado, recordemos a frase proposta: «(...) uma pessoa de ... é um ancião: Queria-se «uma pessoa de idade». Mas as crianças que propuseram *«uma pessoa de velha e um ancião* viram a solução recusada *«por estar mal construída* .

Não está. *Velha* funcionará como adjectivo. Uma pessoa de tão velha, é um ancião. O espírito de proposto, respeitado na solução, devia ser contemplado.

Cabeça, tronco e membros», ao organizar formas colectivas de participação, está no bom caminho para a criação de um concurso de agrado. Terá de fugir à rotina e aos processos fáceis de organização e avaliação. Os organizadores do concurso infantil terão de merecer o público para quem trabalham.

QUE A BATOTA NÃO COMPENSE

Quanto ao *gesto é tudo*, repita-se: é concurso ideal para uma televisão onde se fala tanto e tão mal. Os telespectadores portugueses, fartos de telefonarem, de escreverem, de protestarem, também eles fazem os seus gestos à televisão e nós sabemos quanto nisso é fértil a semiótica lusitana...

Aqui também o bom senso mandaria ser escutado, e construir, para tradução em gestos, as frases ou ideias mais apropriadas.

Por outro lado, havia que definir rigorosamente o carácter de gesticulação. Desenhar letras não deverá ser permitido, pois isso falseia o espírito do concurso. Não se compreende que os concorrentes não possam desenhar as palavras com os lábios e o possam fazer com as mãos.

Ora foi isso o que fizeram ontem aquelas duas concorrentes de Viana do Castelo: desenhavam as letras com os dedos, utilizando mesmo códigos convencionais. Só a colossal incultura de Fialho Gouveia lhe não permitiu entender isso. Só a apatia incompreensível do juri deixou prosseguir e legalizar a falsificação, com prejuízo doutros concorrentes.

Não pode ser. Importa que a televisão evite dar estes exemplos de batota. Está em jogo mais do que uma extensa lista de prémios própria de Televisão de um país subdesenvolvido: está em jogo a educação de centenas de milhar de pessoas.

A plateia do *Villaret* protestou. Com razão. Fialho, o pobre, não vê um palmo dentro da sua escuridão.

As moças de Viana do Castelo não avaliam o alcance da sua atitude. Fazem batota certamente sem a consciência do que estão a fazer. Importava às pessoas sensatas daquele concurso (se é que as há...) lembrar-lhes a responsabilidade ou chamá-las à razão.

Com palavras claras e firmes. Com palavras. Porque os gestos, às vezes, não valem nada.

MARIA MATOS E VILLARET: COMO É?

Ainda a respeito do concurso.

Falou-se muitas vezes da plateia do *Villaret*. Que era ruidosa, que era jovem, que era alegre, que dizia as palavras (o Fialho que ouvido, que intuição! chegou mesmo a ouvir a palavra albarda) e escutaram-se de onde em onde as suas palmas. Sinal de que, de facto existia. Não vimos e faz flata, como elemento do espectáculo mas ficamos a saber que existe.

Existe uma plateia que não é convocada, que não é convidada, nem solicitada, nem incentivada. Existe não se sabe qual, nem como, nem vinda de onde. Existe. Existe porque é próprio das pessoas juntarem-se lá onde houver um pretexto de convívio.

Os programas de televisão podiam ser pretextos para esse convívio. Num tempo em que anda tanta gente à procura de esquemas novos para programas, quando haverá alguém para realizar qualquer coisa parecida como o *Zip Zip*. um *Zip-Zip* agora feito a sério, agora sem alçapoes, sem ginástica, sem concessoes, sem jogos na corda bamba? Um *Zip-Zip* directo aos problemas do nosso povo e que, simultaneamente, fosse um projecto saudável de convivência e de polémica?

Aqui fica a sugestão.

A propósito: a televisão utilizava o *Teatro Maria Matos* como estúdio. Certo. A RTP precisava e precisa urgentemente de um estúdio desse género. Enquanto não o tem próprio, tinha o *Maria Matos* por aluguer.

Agora, deixou de o ter. O *Maria Matos* foi entregue para exploração a uma companhia particular enquanto a televisão foi empurrada para o *Villaret...*

Será de borla? Ou como será? Ou por que será? Ou o que é que há?

Quem responderá?

Ah!

Hoje

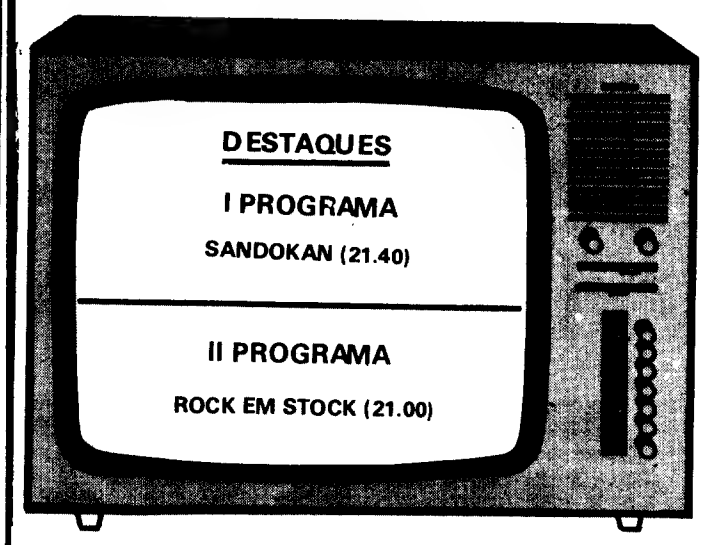
Sandokan

I PROGRAMA

18.30 Abertura e **Janela Grande** . Civismo e higiene.
19.00 **Abre-te Sésamo**. «Um elevador», «Letra O», «Basebol», «Igual e diferente», «Sandokan». Todos estes assuntos serão tratados neste episódio com a colaboração dos nossos amigos habituais.
19.30 **Lamiré.** Magazine de música e bailado.
19.55 **Teledesporto.**
20.30 **Telejornal** . . 1.ª edição.
21.05 **O Sentido das Formas** . Mosteiro da Batalha. Programa apresentado pelo dr. Ferreira de Almeida.
21.40 **Sandokan.** Último episódio.
22.50 **Telejornal**
23.10 Fecho.

II PROGRAMA

20.28 Abertura.
20.30 **Telejornal**
21.00 **Rock em Stock**. Os grupos Amon Düul Zwei, Can, Guru-Guru, Popol Buh e Tangerine Dream.
22.00 **O Museu Alemão em Munique.** Documentário sobre a evolução das ciências, através de uma visita a este famoso museu.
22.50 Fecho.



Amanhã

I PROGRAMA

18.30: Abertura e Bonecos «Nodi» e Diário das Fábulas. **19.00**: Peço a palavra. **19.30**: O Inglês a sorrir. **20.00**: Telecinema. **20.30**: Telejornal __ 1.ª edição; **21.05**: Momento Político; **21.15**: O Detective Aristocrata. **22.15**: Basquetebol final do torneio de Natal entre o Académico de Coimbra e o Castelar (Espanha) **23.15**: Telejornal _ 2.ª edição; **23.30**: Fecho

II PROGRAMA

20.30: Telejornal. **21.00**: Documentário; **22.**): Lembranças de Green; **23.00**: Fecho.

TEATRO / telef. 366745
ABC
SÉRGIO DE AZEVEDO
apresenta
TODOS OS DIAS
2 SESSÕES
Às 20.30 e 22.45 horas
O CAÇADOR SEM PALADAR
UM ELENCO ULTRAPOPULAR
com
Herminia Silva • Nicolau Breyner • Ribeirinho
Vera Mónica • Vitor Mendes • Lurdes Lima
(Não aconselhamos menores 18 anos)
Quarta-feira descanso da Companhia

AGORA, TODOS OS DIAS
SÉRGIO AZEVEDO
APRESENTA
til
TEATRO ABC
TEL. 36 67 45
GRÁTIS ATÉ 6 ANOS
BILHETES DESDE 15$00
SUBSIDIADO PELA S. E. C.
Teatro Infantil de Lisboa
MANECAS NA IDADE DA PEDRA
TODOS OS DIAS ÀS 16 HORAS
SÁBADO — 11 HORAS
DOMINGO — 11 HORAS
Quarta-feira Descanso

TEATRO ABERTO
P.e de ESPANHA metro PALHAVÃ telef. 77 09 69
grupo 4 apresenta
O CÍRCULO DE GIZ CAUCASIANO
bertolt brecht

3.ª, 4.ª e 5.ª FEIRA às 21.15 horas
SÁBADO e DOMINGO: às 15,30 e 21.15 horas
ÚLTIMA SEMANA

Que Azeite!
Que zeitinho!
Azeitissimo
Copaz,
o Azeite.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO
COM RÁDIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRÁTIS — SERVIÇO PERMANENTE
Telefs. 722786-834271
Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

Desporto

BELENENSES, 1-LOKOMOTIV, 2

"Pastel" justificou as "broas" de Sófia

Não, os búlgaros do Lokomotiv que vieram de Sófia para «abrilhantar» a quadra natalícia de «Os Belenenses» mereciam mais, francamente mais. Sobretudo, mais oposição, mais «contestação», mais arrebitamento por parte dos «azuis». Assim, e porque nenhuma daquelas «reivindicações» foram apresentadas pelos homens do Restelo, viram-se obrigados a expor toda a sua capacidade atlética, já que em primores técnicos, provavelmente pela falta de espírito de luta dos seus anfitriões, também foram parcos.

E o encontro, até porque era amistoso, até se aprestava a isso: menos luta (onde é que isso se viu?), mais desafogo; convite para os lances de aplaudir, sugestionamento para a «obra colectiva». Mas isso, o que o encontro poderia ter sido e não foi, quedou-se nos nichos dos desejos. E então o que contemplamos?

Uma equipa à procura da sua expresão táctico-global (locais), uma outra «imolada» à debilidade de uma oposição sem consistência, desmotivada para explanar o que a sua bagagem, como «prenda» e não só, transportava. E o jogo não foi jogo: foram passes mastigados, acutilância que não se viu, pujança atlética que não faltou, e técnica (oh técnica para onde foste?) que se ficou pelos esconsos da Praça do Império, que não teve ganas para se apresentar às portas do EMGFA (Estádio do Restelo, ali bem próximo).

No entanto, este jogo-retribuição (recorde-se que o Belenenses se deslocou, há três semanas, a Sófia, onde perdeu por 3-2) até começou da melhor maneira para ambas as equipas: para os «azuis», porque Amaral, quando iam decorridos 3 minutos, inaugurou o marcador; para o Lokomotiv porque, para não perder (e não perder era o importante), teve, desde logo, que reinventar um figurino tático, se é que já não o comportava quando desceu ao relvado.

Seja como for, refeitos e recuperados do «susto», os búlgaros, volvidos cinco minutos (aos 8) empataram, por Sokolov. Sentiu-se logo que o triunfo — em cinco minutos espantaram os 15 mil «carolas» que não quiseram perder o cartaz — não lhes podia escapar. O tempo encarregou-se de provar a verdade, uma verdade que, todavia, só se materializou quando faltavam 11 minutos para o «particular» terminar, num golo de belo efeito saído de Hailov.

Eis os homens que animaram a «confraternização»:

BELENENSES — Melo; Sambinha, Quaresma (Pereira), Luís Horta e Jonhy; Esmoriz (Jesus), Isidro e Godinho: Vasques (Nelito), Amaral e Gonzalez.

LOKOMOTIV — Joranov; Kortov (Pethov), Dimitrov, Bonev e Stoikav; Arsov, Zdravkov e Sokolov (Nedeltchev); Kolev (Tergov), Milhailov e Traikov.

Refira-se o facto do Lokomotiv se apresentar, neste jogo, entre outros, com os seus internacionais Bonev, Kolev e Milhailov, três dos mais prestigiados futebolistas búlgaros dos últimos anos.

Isidro vai rematar, ante os olhares de dois defesas búlgaros e a bancada vazia (o agente da PSP é excepção), mas sem êxito. Lances destes repetiram-se, sobretudo para o lado «azul», amiudadas vezes

Lopes corre em S. Paulo

Carlos Lopes partiu esta madrugada para S. Paulo, via Rio de Janeiro, onde naquela cidade representará o nosso país na 52.ª Corrida de S. Silvestre, prova de renome internacional ganha nas últimas três temporadas pelo colombiano Victor Mora.

Para Moniz Pereira, Carlos Lopes «está mesmo bom», declarou o técnico do nosso olímpico à partida, que para o efeito lembrou a preparação de Lopes no Algarve e as suas últimas saídas ao estrangeiro, mais propriamente para rodar e adquirir forma que para ganhar. No entanto, para S. Paulo é diferente, e recorde-se, até, que Mora foi um dos muitos vencidos dos últimos Jogos Olímpicos. A despeito disso, não deixa de ser, juntamente com o português, o maior dos favoritos, dado o seu «quid» para este estilo de corridas que é muito distinto de uma prova de fundo ou meio fundo, como aconteceu em Montreal.

Entretanto, para participaram, no dia 30, na Volta do Funchal, deslocam-se à Madeira, Anacleto Pinto e Vasco Pereira, do Benfica, e Fernando Mamede (Sporting), enquanto Aniceto Simões e Tavares da Silva estarão na S. Silvestre de Madrid, no mesmo dia.

TAÇA DE PORTUGAL

Varzim e Beira-Mar estão fora da carroça

Beira-Mar e Varzim «fora da carroça», que é o mesmo que dizer, reportando-nos à Taça de Portugal, mais duas equipas da I Divisão Nacional afastadas da disputa do ceptro, constituíram sem qualquer espécie de dúvida as surpresas da jornada principiada na passada quinta-feira e ontem terminada.

Triunfos normais e perfeitamente justificados até nos números do Guimarães sobre o Eléctrico de Ponte de Sor, do Gil Vicente sobre o Penafiel, do Alverca sobre o Oliveira do Bairro, do Fafe sobre o Sesimbra e do Boavista sobre o Marinhense. Já não tão esperadas foram, por exemplo, as vitórias do Maria da Fonte sobre o Marialvas, Feirense sobre o Avintes, Benavente sobre o Covilhã e Alverca sobre o Oliveira do Bairro.

De realçar, entretanto, a forma e os números como a CUF se desenvencilhou do Juventude, o Oriental do Moura, o Infesta do Mangualde, o Feirense do Avintes, a Sanjoanense do Bombarralense e o Montijo do Caldas. De referir é, também o obstáculo que o Régua representou para o Aliados do Lordelo (3-2), isto é, uma equipa da II Divisão eliminada por um conjunto de III, o mesmo, aliás, que «liquidara» nesta prova o Leixões.

A ronda da Taça de Portugal de ontem e de quinta-feira, jornadas em que sobressaíram as vitórias do Arrifanense sobre o Almeirim (quinta-feira) e Paços de Ferreira e Famalicão, respectivamente, sobre o Varzim e o Beira-Mar (duas equipas da I Divisão), forneceu os seguintes resultados: Famalicão-Beira-Mar, 2-1; Paços de Ferreira-Varzim, 3-2; Boavista-Marinhense, 6-0; Mangualde-Infesta, 0-1; Braga-União de Santarém, 2-1; «Os Marialvas»-Maria da Fonte, 1-2; Bombarralense-Sanjoanense, 0-1; Avintes-Feirense, 0-1; Luso-Espinho, 1-1; Benavente-Covilhã, 4-1; Gil Vicente-Penafiel, 4-0; Alverca-Oliveira do Bairro, 2-0;

Continua na pág 17

PORTUGAL

AOS 38

Foi ao minuto 38.º que o árbitro do Setúbal-Beira-Mar, o único encontro que faltava efectuar para se fechar a nona jornada do Nacional maior (I Divisão), na ausência de electricidade e com o Bonfim todo inundado, decidiu suspender o encontro. Antes de tomar tal decisão «conferenciou» com os participantes e os dirigentes das equipas envolvidas, apontando a próxima quarta-feira como data provável para a repetição do jogo.

O marcador era de 2-1 a favor dos locais quando a energia eléctrica entrou em greve (há que reconhecer-lhe esse direito), ao que parece pela chuva que durante todo o dia empapou o campo (relvado e bancadas descobertas). Até ao 38.º minuto, Mirobaldo, de cabeça, Eusébio, em canto directo, e Jaime Graça (aos 31 minutos), na sequência de um cruzamento, tinham, por aquela ordem, feito funcionar o marcador e o funcionário encarregado de manobrar os números do «placard».

BEIRA

De hoje quinta-feira, em Coimbra, disputa-se a fase final do I Campeonato de Xadrez da Província da Beira, no qual participam representações dos seis distritos beirões (Coimbra, Aveiro, Castelo Branco, Viseu, Leiria e Guarda), através dos três primeiros classificados dos respectivos campeonatos distritais.

O torneio insere-se no Plano Xeque-Mate 76 (Movimento Nacional de Xadrez na Beira) e iniciou a segunda fase do plano que tem como objectivo a criação do princípio da qualidade da prática do xadrez na base do estabelecimento de uma actividade programada e sistemática.

«ESPERANÇAS»

Perante uma equipa, qual «calcio» em decadência, pouco afoita na área onde o jogo se decide, e sobretudo empenhada em não perder, foi justa a vitória da equipa portuguesa de «Esperanças» sobre idêntica formação transalpina. Em parte, essa escassa vitória (1-0) cimentou-se no labor do trio intermediário (João, Barão e José Luís), coroada por um excelente e oportuno golo do sanjoanense (agora ao serviço do Beira-Mar) Sousa.

LÁ FORA

MORTE

Foram anunciados planos para realizar «um combate de morte» entre o perito japonês em karate, Mamoru Yamamoto, e um tigre de Bengala (que nada tem a ver com a série filmada «O Tigre da Malásia», versão mais próxima «Sandokan»), dentro de uma jaula.

OFENSAS

Mais uma a juntar a tantas outras em que o «soccer» é rico: a da transferência de Alan Ball, conhecido e cotado internacional inglês e antigo capitão da selecção nacional britânica, do Arsenal para o Souptanmpton, por 60 mil libras (qualquer coisa como 3600 contos).

Esta é a ofensa n.º 2, porque a primeira sucedeu quando Allan Ball, hoje com 31 anos, foi transferido do Arsenal, há cinco anos, para o Everton, que por ele pagou 225 mil libras, isto é 13500 contos. Estávamos então em 1966.

KARPOV

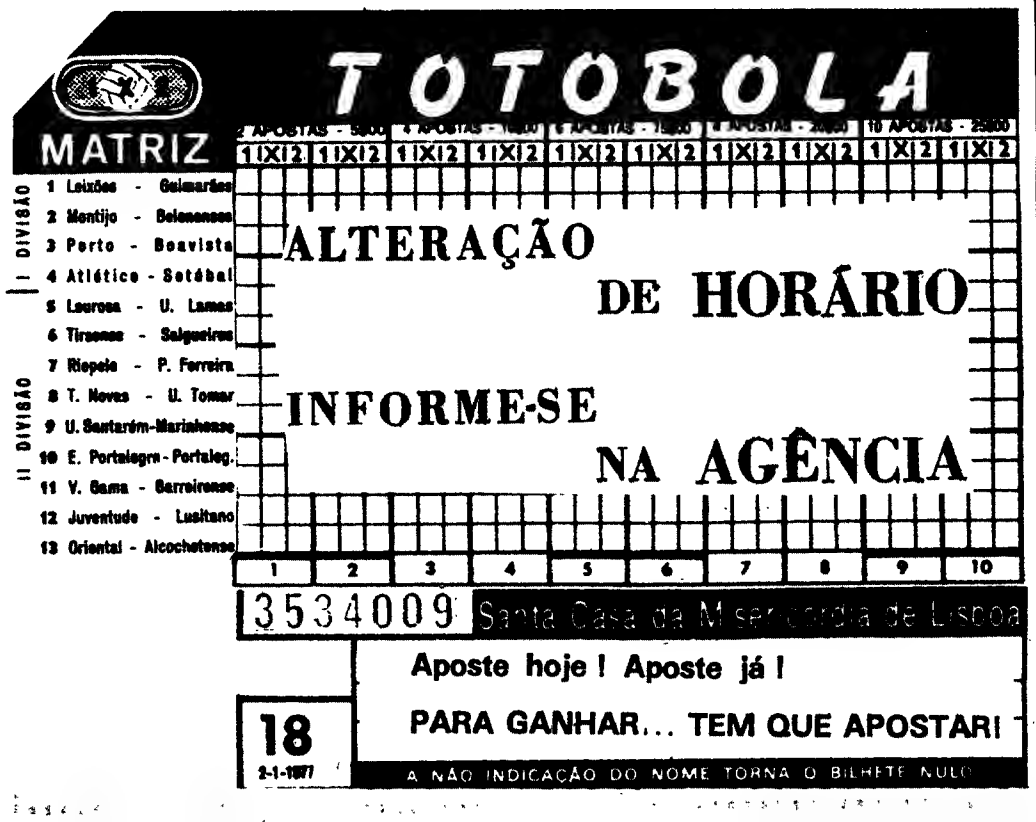
O campeão mundial de xadrez, Anatoly Karpov, ganhou pela primeira vez o campeonato da URSS. «Não estava muito à-vontade na criação de lances», disse Karpov após a sua vitória, «e gastei mais tempo do que o habitual para realizar as jogadas, mas o resultado compensou tudo isto».

Recorde-se que Anatoly Karpov vencera, em Abril do passado ano, o título mundial por Robert Fischer, na altura, não ter comparecido ao confronto marcado com o soviético para a disputa, segundo o regulamento internacional, do ceptro mundial.

TOTOBOLA

CONCURSO N.º 18—2.Janeiro.1977

CONCURSO DE ANO NOVO



Se tem automóvel ESTE ANÚNCIO É IMPORTANTE PARA SI

COTAL

CONJUNTO TÉCNICO DE AUTOMÓVEIS, LDA.

Nós cuidamos do seu automóvel e oferecemos por 1.000$00 ou 1.500$00 os seguintes serviços:

- *Lavagem completa estrada (para verificação de todos os orgãos à vista).*
- *Lavagem exterior do motor.*
- *Limpeza dos contactos da placa, rotor, bobine e terminais de velas.*
- *Limpeza de platinados e controle de pressão da mola e respectiva afinação.*
- *Afinar folga de válvulas, nos motores com válvula na culasse.*
- *Limpeza e ensaio de velas à máquina e seu calibre.*
- *Reaperto de todos os contactos eléctricos.*
- *Afinar regimen de carga e regulador de voltagem.*
- *Focagem de faróis à altura indicada na Fábrica.*
- *Examinar se há folgas na suspensão e seu reaperto.*
- *Examinar se há folgas na direcção e seu reaperto.*
- *Ajustar o sector de direcção.*
- *Desmontar e montar as rodas e limpar travões.*
- *Examinar estado dos retentores e lavar cubos e meter massa nova, se necessário*
- *Desmontar e montar o carburador, limpeza, nivelamento e afinação.*
- *Limpar filtro da bomba de gasolina.*
- *Limpar filtro de ar do carburador.*
- *Aperto Geral.*
- *Limpar bornes da bateria e aplicar massa nos mesmos.*
- *Lubrificação geral.*
- *Experiência na estrada.*
- *Apresentação, ao cliente, do relatório das avarias ou correcções que se notem necessárias, incluindo preço e prazo para os trabalhos a efectuar.*

OS CLIENTES PODEM ASSISTIR ÀS REPARAÇÕES

APROVEITE A NOSSA CAMPANHA DE INVERNO

VISITE-NOS

COTAL - A Rua Artilharia Um, 105-A Tel. 68 3131

LISBOA - 1

COTAL - B. Rua dos Lusíadas, 113-A Tel. 63 10 57

LISBOA - 3

Desporto

Aniceto Simões adianta-se aos seus adversários, já na Avenida da República, e vai ganhar sensacionalmente o «Grande Prémio do Natal», uma das «clássicas» do nosso atletismo. Colectivamente, o triunfo pertenceu ao Benfica, que não teve, como se podia presumir, a colaboração do vencedor individual, uma vez que Aniceto Simões, este ano, enverga a camisola do Sporting. Logo a seguir a Aniceto Simões classificaram-se, por esta ordem, Tavares da Silva e Artur Pinto, do Benfica, Américo Barros, do Sporting, e de novo um benfiquista, José Abreu

BARREIRENSE, 1-SPORTING, 2

Serra à falta dos Manéis

Não ia sendo escândalo, não senhor: os «leoninos» chegaram facilmente ao dois-zero (Serra assim o quis, ou mais não pôde fazer, quando aos 72 minutos introduziu o couro nas redes do seu companheiro Jorge), suportaram bem o golo de consolação dos pupilos de José Augusto e outros, e se receassem o pior (agora sim: o escândalo) teriam atravessado o Tejo com outras «armas». Mas não: preferiram deixar em «casa» os seus marcadores de serviço (Manuel Fernandes e Manoel), dispuseram-se no campo (um charco autêntico) a seu talante e, quando os locais levantaram o cabelo, cortaram-lhe as «amarras».

É eufemismo dizer-se, ou atrever-se a considerar como tal, que o Barreirense merecia o «tira-teimas», deslocar-se a Alvalade por causa das coisas. Mesmo com os «leoninos» actuando «au ralenti» na maioria do tempo. É que aquele terreno não era para mais: empapado e escorregadio não permitia grandes veleidades. E, nesse campo (um campo dentro de outro campo), foi Marinho quem deu o mote, quem escapou à tonalidade geral, bem apoiado por Fraguito, ambos esfalfados em liquidar depressa (e bem) os locais.

Ora, em abono da verdade, o que se viu? Um «leader» enfronhado nestas coisas taceiras a não se esforçar por aí além, a comandar as operações, a actuar calculisticamente, a não se afoitar por aí além, mas, enfim, a produzir o suficiente para não perder. A «pontuar» o bastante para ganhar o jogo, a eliminatória e, caramba!, a reforçar as intenções contabilísticas dos seus componentes, porque a Taça (em Portugal e em todo o lado é dinheiro. E é com pilim que a máquina rola.

Num confronto pobre de técnica e rico de determinação, sobretudo do lado barreirense, a que os «leoninos» opuseram a sua frieza de mandões, a contabilização da sua energia, as cautelas de quem não está disposto a pagar por nenhum imprevisto (terapêutica preventiva que deu os seus resultados ao cabo dos 90 minutos), os «verdes» começaram por jogar para não abdicar da sua posição de favoritos, enquadraram-se na sua determinação de não permitir o prolongamento e, reunidas todas aquelas condições, assentaram a estrutura do que deveria constituir uma amostra de dosagem futebolística em ordem a um triunfo magnânimo e mínimo.

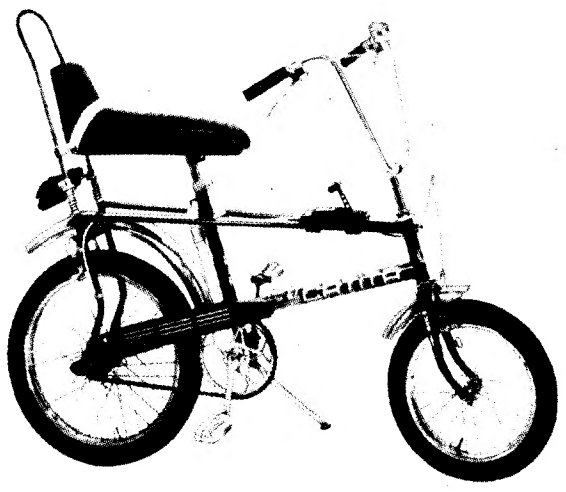
A configuração táctica usada chegou para tudo isso, embora tenha requerido, no quadro Deve & Haver, um golo (auto) de Serra, assim como que uma espécie de favor que não se agradece mas se aceita. Mas, cinco minutos antes do auto golo de Serra, se Rosa Santos (nome de homem), de Beja, tem sido rígido na aplicação da lei, aquela entrada de Da Costa (iam decorridos 67 minutos) era mesmo apontada para a marca de grande penalidade. E aí então podia ser o cabo dos diabos, porque já era o Barreirense a empatar (O Sporting colocou-se em vencedor aos 52 minutos, por Marinho), o Serra poderia não ser referido na crónica (nem no jogo, sobretudo nestas condições) e, enfim, aí sim, ia sendo escândalo.

Sob a direcção de Rosa Santos (Beja) as equipas formaram:

BARREIRENSE — Jorge; Murça, Mira Cansado e Serra; Alexandre (Pavão), Câmpora e Mário; Andrade, Manuel José (Boavida) e Piloto.

SPORTING — Conhé; Inácio, (Vítor Gomes), Laranjeira, J. Mendes e Da Costa; Valter, Fraguito e Baltasar; Marinho, Keita e Palhares.

BICICLETAS «VILAR»



PARA HOMEM, SENHORA E CRIANÇA

DISTRIBUIDORES :

CICLO AREEIRO

Av. Alm. Gago Coutinho, 3-B — Tel. 726870-710342

— LISBOA —

TAÇA DE PORTUGAL

Continuação da pág. 16

Vitória de Setúbal-Vilanovense, 6-1; S.L. Olivais-«Os Limianos», 2-3; e Fafe-Sesimbra, 5-1; Vitória de Guimarães-Eléctrico F.C., 7-0;

Tal como «O Elvas» e o Almada, que empataram 2-2 no dia 24, também o Luso e o Espinho *terão* de fazer novo jogo para encontrar, num e noutro caso, os clubes que passam à eliminatória seguinte. Os desafios Porto-Alba, Bragança-Salgueiros e Benfica -Chaves disputam-se no próximo dia 29. Entretanto, estão já apurados para a próxima eliminatória os seguintes clubes: Sporting, Montijo, Lamas, Cova da Piedade, Arrifanense, Oriental, Cuf, Lordelo, Famalicão, Paços de Ferreira, Boavista, Infesta, Braga, Maria da Fonte, Sanjoanense, Feirense, Benavente, Gil Vicente, Alverca, Setúbal, «Os Limianos», Fafe, e Guimarães.

pub

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO SUL E ILHAS

COMISSÃO DISTRITAL DE LISBOA

MOÇÃO

As Comissões Sindicais de Delegados do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, em reunião plenária realizada em 22/12/76, tendo-se debruçado sobre o teor do Despacho do Ministro das Finanças de 10/12/76, acerca da revogação da aplicação do Capítulo IX do «Nivelamento das Condições Laborais para o Sector Bancário», e considerando:

1.º Que o «Nivelamento» foi acordado, bilateral e livremente, entre os representantes dos trabalhadores (Sindicato) e os representantes das entidades patronais (M. Trabalho e S.E.T.), tendo o mesmo sido publicado no Boletim n.º 43 do Ministério de 22/11/75, pelo que, para todos os efeitos legais, faz parte integrante do CCT;

2.º O conteúdo da Portaria de «Regulamentação de Trabalho para Sector Bancário» de 27/2/76 e o Despacho de 15/7/76 do então Ministro das Finanças;

3.º A posição sempre defendida pela estrutura sindical de exigir do Governo e dos Conselhos de Gestão a efectiva aplicação integral do Nivelamento;

4.º Que, muito embora nem todas as instituições bancárias tenham posto em prática integralmente o Capítulo IX do Nivelamento, se conseguiu todavia uma moralização evidente dos ordenados na Banca, que em algumas instituições atingiam níveis exorbitantes;

5.º Que a revogação desse Capítulo IX, mais do que resolver as dificuldades técnicas surgidas com a sua aplicação, representa um retrocesso nessa moralização, a reposição de chorudas remunerações que se não justificam e corresponde ao pagamento de retroactivos no montante de muitas dezenas de milhares de contos;

6.º Que as Comissões Administrativas e os Conselhos de Gestão que não fizeram aplicar o Nivelamento, não deverão merecer a confiança dos trabalhadores nem do Governo;

7.º Que o Despacho do Ministro das Finanças de 10/12/76, tomado unilateralmente, é uma violação aos acordos livremente firmados e um atentado aos direitos dos trabalhadores;

8.º Que o Despacho em apreço está em flagrante contraste com o espírito do Despacho do Secretário de Estado do Tesouro de 26/10/76;

9.º Que o presente despacho ignora pura e simplesmente a proposta de novo C. C. T. entregue no Ministério das Finanças em 30/11/76, passando assim por cima do que os Sindicatos neste momento pensam e reivindicam em matéria salarial e vindo assim criar dificuldades às negociações do futuro C.C.T..

10.º Que a Direcção do nosso Sindicato, em reacção do aludido Despacho, imediatamente manifestou ao Ministério das Finanças o seu desacordo, solicitando do respectivo Ministro a marcação urgente de uma entrevista para tratar desta questão;

deliberaram:

1.º. Repudiar veementemente o referido Despacho, bem como a atitude do Ministro das Finanças, e exigir a revogação do mesmo;

2.º. Que as Comissões Sindicais de Delegados desenvolvam nos seus respectivos Bancos todas as diligências e acções necessárias para que não sejam processados quaisquer pagamentos de retroactivos relativos à reposição das retribuições nos montantes em vigor em 30/9/75, sem que sejam conhecidos os resultados das conversações que a Direcção do Sindicato vai ter com o Ministro das Finanças sobre este assunto;

3.º. Mobilizar todos os trabalhadores bancários para que exijam dos Conselhos de Gestão o cumprimento integral do Nivelamento;

4.º. Exigir do Ministro das Finanças que dê instruções a todos os Conselhos de Gestão no sentido da aplicação integral do C.C.T. e seus anexos (Protocolo e Nivelamento), bem como a destituição imediata dos membros dos Conselhos de Gestão que não procedam desta forma;

5.º. Dar conhecimento desta Moção a todos os trabalhadores bancários, ao Presidente da República, à Assembleia da República, ao Governo (Primeiro-Ministro e Ministro das Finanças), aos Sindicatos Bancários, a todos os Conselhos de Gestão da Banca e aos Órgãos de Comunicação Social, como publicidade paga.

22/12/76

AS COMISSÕES SINDICAIS DE DELEGADOS

Geral

Prémio para jovens

Com o intuito de informar a juventude e de lhe inculcar os princípios fundamentais da protecção do ambiente e da defesa da natureza, a Secretaria de Estado do Ambiente acaba de criar um prémio anual no montante de 20 000$00 destinado a galardoar a obra literária que neste domínio se revista de maior interesse.

O regulamento do concurso encontra-se patente na Comissão Nacional do Ambiente, à disposição dos interessados. Por outro lado, as obras concorrentes no decurso deste ano devem ser remetidas ao presidente da C. N. A. Rua Braamcamp, 82-4.º, Lisboa 1, até ao dia 31 de Janeiro de 1977.

Trabalhadores agrícolas exigem cumprimento da lei

Na sequência dos ataques desferidos contra a Reforma Agrária (reforçados pelas notas oficiosas que o MAP tem vindo a divulgar) efectuou-se na última quinta-feira, em Évora, uma reunião com a presença de delegados sindicais, comissões directivas das cooperativas e outros trabalhadores agrícolas.

Os participantes na reunião debruçaram-se sobre as diversas manobras que têm sido feitas no sentido de estrangular a Reforma Agrária nomeadamente o corte do Crédito Agrícola de Emergência e a falta de apoio financeiro às cooperativas e Unidades Colectivas de Produção. A propósito afirmou-se ao longo do debate: «Durante o fascismo os agrários beneficiavam de créditos e subsídios concedidos pela banca e pelo Estado, os quais eram e ainda hoje são, esses sim, desviados para investimentos em prédios, para compra de artigos de luxo, para aumentar a conta bancária no estrangeiro». O trabalhador agrícola que referiu este ponto salientou ainda que as dívidas dos agrários, ao Estado, estimam-se em cerca de 20 milhões de contos. Mais adiante acrescentou que aos agrários no ano de 1974, tinha sido concedido crédito na ordem dos 7 milhões e 52 mil contos enquanto no ano seguinte (o ano em que se iniciou a Reforma Agrária) os agrários conseguiram créditos no valor de 6 milhões e 967 mil contos.

Quanto ao crédito concedido às cooperativas os intervenientes no debate frisaram que as verbas divulgadas pelo ministro da Agricultura e Pescas não correspondem à realidade. Segundo os trabalhadores as UCPs só utilizaram 2.454.722 contos dos 5 milhões orçamentados pelo Governo para aplicação no Crédito Agrícola de Emergência, o que representa 30 por cento do Crédito concedido aos agrários. Por outro lado os participantes na discussão afirmaram que o crédito concedido às cooperativas e UCPs tinha juros muito mais elevados que os obtidos pelos agrários na banca. Um exemplo: no espaço de tempo que vai de 22 de Outubro de 1975 a 23 de Março do ano corrente os agrários pagavam 6 por cento de juros enquanto as cooperativas pagavam 7,5 por cento. Os trabalhadores também referiram como questão que o ministro escamoteou nas alocuções que proferiu relativamente à Reforma Agrária. Salientaram um pormenor muito importante: «Parte do crédito concedido às cooperativas está pago embora os prazos nao estejam vencidos».

No decorrer da reunião os trabalhadores reafirmaram a sua disposição em cumprir a Lei e de exigir ao Governo do Partido Socialista que, por seu lado, a cumpra. Foi ainda anunciado a realização, nos próximos dias 8 e 9 de Janeiro de um fim de semana distrital de apoio à Reforma Agrária promovido pela União dos Sindicatos de Évora.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO DISTRITO DE SETÚBAL

CONVOCATÓRIA N.º 42/76

Nos termos do disposto nas alíneas c) e d) do Art.º 31 dos Estatutos do Sindicato convoco a Assembleia Geral do Organismo para uma reunião a realizar no próximo dia 28/12/76, pelas 21 horas, no Pavilhão do Clube Naval Setubalense, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

1.º — **Discussão e aprovação do aumento de quotização;**

2.º — **Discussão e votação sobre o Orçamento apresentado pela Direcção para o ano de 1977.**

Setúbal, 10 de Dezembro de 1976

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Domingos Baião Pires

NOTA: Estão a organizar-se transportes. Contacta os Delegados Sindicais ou o Sindicato.

EXTERNATO
CICLO PREPARATÓRIO
CURSO LICEAL NOCTURNO

—— ABERTAS AS INSCRIÇÕES ——
(das 17 às 23 horas)
Av. Duque de Loulé, 71, 2.º — Telef. 40345

A Leiloeira, Lda.

Deseja a todos os seus clientes e amigos
Boas Festas e Feliz Ano Novo

Av. 5 de Outubro, 23-1.º LISBOA
Telefs. 4 59 34 - 4 62 59

Fixados preços à batata de semente

A Secretaria de Estado do Comércio Interno enviou para publicação no «Diário da República» um diploma legal referente à fixação de preços e margens de comercialização de batata de semente para a campanha 1976/77.

No tocante à batata de semente de produção nacional foram fixados os preços máximos de venda à lavoura, que passam a ser os seguintes: «arran-banner» tipo miúdo, grado e misto 650$00 em Lisboa e 640$00 no Porto; «kennebec» tipo miúdo 650$00 (Lisboa) e 640$00 (Porto). Quanto ao grado e ao misto, o preço desta categoria será de 635$00 em Lisboa, e de 625$00 no Porto.

No que se refere à «arran-consul» e «desirée», os preços serão os seguintes: o tipo miúdo custará 630$00 em Lisboa e 620$00 no Porto. O grado e o misto custarão 615$00 e 605$00 em Lisboa e no Porto respectivamente. Quanto à «cardinal» os novos preços apontam para que o tipo miúdo passe a custar 620$00 (Lisboa) e 610$00 (Porto). O grado e o misto da «cardinal» terão por seu lado um valor de 605$00 em Lisboa e 595$00 no Porto.

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava muito nublado e o vento era fraco de Leste.

TEMPERATURAS EXTREMAS

ALVALADE
Máxima 14,5º
MONTALEGRE
Mínima 0,7º

PREVISÃO GERAL ATE ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu muito nublado; vento fraco ou moderado de Leste; períodos de chuva começando pelas regiões de Sul durante a tarde de hoje.

TEMPERATURAS DO AR
09.00 H.

PORTO	7º
COIMBRA	7º
PORTALEGRE	6º
LISBOA	6º
FARO	10º
FUNCHAL	14º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
7.38	3,7 m	0.45	1,5 m
20.07	3,4 m	13.22	1,5 m
Dia 28			
8.26	3,5 m	1.40	1,7 m
21.06	3,3 m	14.19	1,6 m
Dia 29			
9.29	3,3 m	2.46	1,8 m
22.13	3,2 m	15.24	1,7 m

AMANHÃ
NASCER ÁS 7.54
OCASO ÁS 17.22

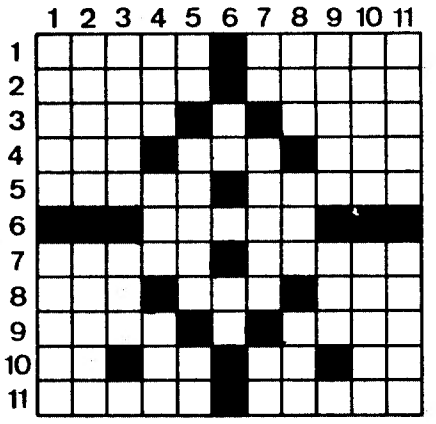
DIA 28 DIA 1 DIA 9 DIA 17

palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO
PROBLEMA N.º 11636

HORIZONTAIS:

1 Invólucro. Fatiga.
2 Aplicará. Formais em alas.
3 Grito de aplauso, de vitória. Prendes.
4 Fruto da ateira. Dá mios. Pedra de altar.
5 Rocha sedimentar, calcário-argilosa usada no fabrico de cimentos. Agarram.
6 Aldeia de Itália.
7 Casas de campo. As duas juntas.
8 Época. Prefixo que designa ar. Livro de versos de António Correia de Oliveira.
9 Cidade do Japão. Aquele que.
10 Cento e um em romano, Pronome pessoal. Ouro (s.q). Em a.
11 Pronome demonstrativo. Carimbas.



VERTICAIS:

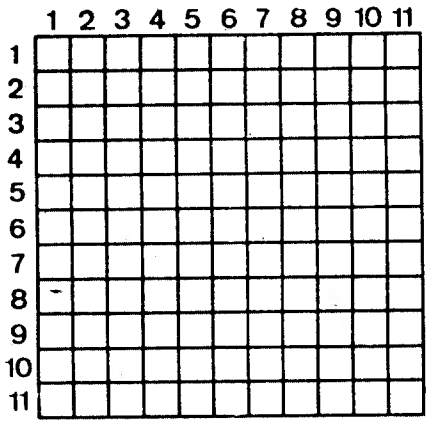
1 Escavam. Ganha.
2 Toca apito. Encolerizais.
3 Calcar. Pátria.
4 Istmo montanhoso que liga a Indochina à península de Málaca. Distrito da Índia. Estima.
5 Autores. Cidade de Itália. Pertences.
6 Bismuto (s.q). Pronome pessoal.
7 Aqui. Aguçar. Campeão.
8 Fileira. Seguiam. Pronome relativo.
9 Cidade do Brasil. Cofre.
10 Fechara as asas para descer mais depressa. Lugar de contenda.
11 Queimam. Carumas.

Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE
PROBLEMA N.º 7696

HORIZONTAIS:

1 Casamento entre pretos.
2 Fileira. Estima.
3 Campeão. Uma das ilhas Jónias. Platina (s.q).
4 Pronome pessoal. Magnete natural. Tempo do verbo ir.
5 Limpa metais. Tunda.
6 Ninho. Motologia.
7 Matemática. Arara. Ruído.
8 Género de simarubáceas asiáticas e oceânicas, que abrange grandes árvores impropriamente chamadas verniz-do-Japão.
9 Sódio (s.q). Facto. Cidade da antiga Caldeia.
10 Beberrão (fig). Chamamento.
11 Ósmio (s.q). Isolado. Uma das Espórades.



VERTICAIS:

1 Agita. Queixo.
2 Indolência (pop). Preposição e artigo definido (pl).
3 Autores. Bando.
4 Mil e cinquenta e um em romano. Satélite de Júpiter. Levantes.
5 Derrotava. O mesmo que malolo.
6 Amónio (s.q). Lavrai.
7 Nome de frutos. Asas.
8 Ave pernalta. Artigo indefinido. Cobre.
9 Em a. Cercadura. Preposição.
10 Cidade de Portugal. Grito.
11 Molusco comestível criado em viveiros. Simples.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7695

HORIZONTAIS	VERTICAS
1 As. BESTEIRO.	
2 MAU. Mortais.	1 Àmago. Lassa.
3 Acre. Li. At.	2 Sacara. SEUS.
4 Gaulo. Iça.	3 Uru. Mui. Má.
5 Or. Mós. Acua.	4 Elmos. Mi.
6 Amo. Os. Am.	5 Em. Oó. ATIRA:
7 Usarias.	6 Sol. Sór. Mau.
8 Asi. Anati.	7 Trai. Sia. Sr.
9 Sé. Mim. Al.	8 Ética. Ana.
10 Sumarias. AOS.	9 Ia. Acasala.
11 Asa. Aura. Se.	10 Ria Um. Os.
	11 Ostra. Biose.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11635

HORIZONTAIS	VERTICAIS
1 Albirrostro.	
2 Cerco. Saras.	1 Açai. Amares.
3 Ásia. Lotó.	2 Lesma. Aroma.
4 Imo. Sás. Pós.	3 Brioso. Amar.
5 Asta. Amas.	4 Iça. Trará.
6 Orçaras.	5 Ro. Sacai. Ma.
7 Má. An. Dr. Ar.	6 Na. Ga.
8 Arari. Açoro.	7 Os. Sarda. Sm.
9 Roma. Ocos.	8 Sal. Março.
10 Ema. Mas. Al.	9 Tropas. Ocar.
11 Sarna. Morar.	10 Ratos. Arola.
	11 Osos. Prós.

PROVÉRBIO: BESTEIRO MAU, AOS SEUS ATIRA

farmácias de serviço

LISBOA

AFRICANA — R. Bernardino Costa, 45, (Tel. 369120)
ARNALI — Rua Escolas Gerais, 83-A (Tel. 863940)
ASCENSO — Praça Norte, 22-A (B.º Encarnação) (Tel. 311216-310172)
AVENIDAS — Av. República, 27-A (Tel. 533688)
AZEVEDO, FILHOS — Pr. D. Pedro IV, 31 (Rossio) (Tel. 327478)
CARRASCO — Rua Presidente Arriaga, 39 (Tel. 667460)
CELTA — Rua Moura Girão, 3-B (Tel. 890621)
CENTRAL DO LUMIAR — Rua do Lumiar, 77 (Tel. 790480)
CUNHA — Rua Escola Politécnica, 16 (Tel. 325455)
DIMAR — Rua Conde Monsaraz, 17-B (Tel. 642533)
G. SILVA — Rua Fransisco Tomás da Costa, 3-C (Tel. 771873)
GAMA — Calçada da Estrela, 130, (Tel. 660339)
J. RIBEIRO — Estr. da Luz, 199-A (Tel. 780969)
JOÃO XXI — Av. João XXI, 16-A (Tel. 726462)
MARLUZ — Calç. da Picheleira, 140-B (Tel. 720703-728395)
MENDES GOMES — C.ª da Ajuda, 222 (Tel. 638256)
NOBEL — Rua Actor Vale, 53 (Tel. 842152)
OLIVEIRA — Rua de Campolide, 54-A (Tel. 684424)
OLIVEIRA VIEGAS — R. Viriato, 29-A (Tel. 548966)
ORIENTAL DE LISBOA — Rua Alves Torgo, 2-B (Tel. 45079)
PORFÍRIO — Rua Francisco Metrass, 59-B (Tel. 663349)
RAINHA SANTA — R. Afonso Lopes Vieira, 57-B (Tel. 765262)
S. A. E. SILVA, F.os — Rua S. João da Mata, 72-74 (Tel. 661010)
SALTER — Rua de Xabregas, 63-65 (Tel. 381185)
SANEX — Av. da Igreja, 31-C (Tel. 897505)
SIMÃO — R. Cidade de Cabinda, 16-A (Tel. ?)
TAPADA — Calç. da Tapada, 83-A (Tel. 634721)
UNIÃO — Estr. de Benfica, 592-594 (Tel. 700092)

Permanente

AFRICANA — R. Bernardino Costa, 45 (Tel. 369120)
J. RIBEIRO — Estr. da Luz, 199-A (Tel. 780969)
JOÃO XXI — Av. João XXI, 16-A (Tel. 726462)
ORIENTAL DE LISBOA — Rua Alves Torgo, 2-B (Tel. 45079)
RAINHA SANTA — Rua Afonso Lopes Vieira, 57-B (Tel. 765262)
S. A. E. SILVA, F.os — R. S. João da Mata, 72-74 (Tel. 661010)
SIMÃO — Rua Cidade de Cabinda, 16-A (Tel. 310581)

LINHA DE CASCAIS

Miraflores, R. António Granjo 2 (Tel. 2113161)

PORTO SALVO
Porto Salvo, Até às 21 horas
ALCABIDECHE
Carvalho, Até às 21 horas
S. DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silva, Av. Saboia, 29-B (Tel. 260085) Até às 21 horas
CARCAVELOS
Central, Até às 24 e das 0 às 9 horas
PAÇO DE ARCOS
Trindade Brás, R. Costa Pinto, 184 (Tel. 2432034) Até às 22 horas
OEIRAS
Godinho, R. Cândido dos Reis, 98 (Tel. 2430090)
NOVA OEIRAS
Leal, Até às 21 horas
PAREDE
Aisir, Av. Gago Coutinho, B.º das Caixas de Previdência (Tel. 2471204) Das 0 às 9 horas
PAREDE
Grincho, Av. da República, 87 (Tel. 2471204) Até às 24 horas
PAREDE
Junqueiro, Até às 21 horas
S. PEDRO DO ESTORIL
S. Pedro, R. 9 de Abril, 24 (Tel. 263052) Até às 21 horas
AMOREIRA
Amoreira, (Tel. 2622313/267314) Até às 22 horas
MONTE ESTORIL
Ostende, R. de Espinho, 1 (Tel. 260391) Até às 21 horas
CASCAIS
Misericórdia, R. Regimento 19 41 (Tel. 280141) Até às 21 horas; Cascais, R. Conde de Monte Real B.º Caxias (Tel. 282407). Até às 24 e das 0 às 9 horas

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Igreja, P. da Igreja, 22-A (Tel. 937740) Toda a noite; Melo, P. D. João, I, 9-B (Tel. 932756) Até às 22 horas; Central, Av. Cardoso Lopes, 25 (Tel. 932210) Até às 22 horas; Jardim, Av. Conde de Oeiras, 120-Reboleira (Tel. 938424) Até às 22 horas
DAMAIA
D. João V, Av. Gurgel do Amaral, 2-A (Tel. 970461) Até às 22 horas
QUELUZ
Simões Lopes, Av. Elias Garcia, 51 (Tel. 950123)
CACÉM
Rodrigues Garcia, Av. dos Bons Amigos, Lote 5-D
MEM MARTINS
Química, Est. Mem Martins 285 (Tel. 2910012)
S. PEDRO DE SINTRA
Velentim (Tel. 980456)
SINTRA
Simões, Estefânia (2930832)
COLARES
Abreja, (Tel. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Gameiro, L. António dos Santos Jorge, 15 (Tel. 234100)
ALHOS VEDROS
Gusmão, R. Cândido dos Reis, 30 (Tel. 204020)
ALMADA
Magalhães, R. Capitão Leitão, 8-B (Tel. 2750242)
BAIXA DA BANHEIRA
Aliança, Est. Nacional, 178-B (Tel. 2040302)
BARREIRO
Higiénica, R. D. Manuel I, 178 (Tel. 2073017)
COVA DA PIEDADE
MOITA
União Moitense, Av. dr. Teófilo Braga (Tel. 239025)
MONTIJO
Higiene, R. José Joaquim Marques, 142 (Tel. 2310370)
SESIMBRA
Leão, Av. da Liberdade, 13 (Tel. 2233471)
SETÚBAL
Bogageana, R. do Romeu (Tel. 23425); Bairros, B.º Santos Nicolau (Tel. 23330)
SEIXAL
Soromenho, R. Paiva Coelho, 38 (Tel. 2218560)

PORTO

CAMPOS — Rua Padre Luís Cabral, 943 — Foz (Tel. 680113)
ALVES MOREIRA — Av. Rodrigues de Freitas, 167 (Tel. 51889)
MAIA — Rua do Campo Alegre, 192 (Tel. 64450)
MONTE DOS BURGOS — Rua do Monte dos Burgos, 802 (Tel. 62279)
ALIANÇA — Rua da Conceição, 2 (Tel. 24203)
BOTELHO — Rua da Alegria, 863 (Tel. 480069)
ESTÁCIO — Rua Sá da Bandeira, 120 (Tel. 22664)
LIDADOR — Rua do Lidador, 171 (Tel. 683739)
(De dia e toda a noite)
MENESES DE LIMA — Praça Dr. Pedro Teotónio Pereira, 227 (Tel. 51764)
CLÉRIGOS — (Rua dos Clérigos, 36 (Tel. 315394)
CRUZ — Rua de Costa Cabral, 1082 (Tel. 480041)
GUARANI — Rua Pedro Hispano, 367 (Tel. 62250)

COIMBRA

SEBASTIÃO — Rua António Jardim — (Tel. 72802)
SILCAR — Rua Ferreira Borges, 88 (Tel. 22923)

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

A. B. C.
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Cada Cor seu Paladar»

COLISEU
21.30 (6 anos)
«O Circo do Natal»

S. LUIZ
21.30 (13 anos)
«Tudo no Jardim»

CIRCO MARIANO
Al. D. Afonso Henriques
21.30 (6 anos)

LAURA ALVES
21.30 (18 anos)
«Vamos Trocar de Mulheres»

CIRCO BILLY SMART
21.30 (6 anos)
Parque Eduardo VII

TEATRO ABERTO
21.15 (13 anos)
«Circulo de Giz Caucasiano»

VARIEDADES
21.30 (13 anos)
«Isto é que me Dói!»

LISBOA/Cinemas

ROYAL
21.15 (6 anos)
«Kazablan»

PROMOTORA
21.15 (13 anos)
«Uma Espada para Hollyood»

CINEARTE
21.15 (13 anos)
«Virilidade»

CINEBOLSO
21.30 (18 anos)
«Machissimo»

CAPITÓLIO
21.15 (18 anos)
«Sexo Porno»

EUROPA
21.15 (13 anos)
«A Filha de Ryan»

MONUMENTAL
21.15 (6 anos)
«O Ministro e Eu»

JARDIM
21.15 (10 anos)
«O Delicadinho na Marinha»

PARIS
21.15 (6 anos)
«Chitty Chitty Bang Bang»

CINE AUDITÓRIO
21.15 (10 anos)
«Os Bons e os Maus»

OLÍMPIA
«Os Teatros Eróticos de Paris»
(18 anos)

CALEIDOSCÓPIO
21.15 (6 anos)
«Branca de Neve e os Sete Anões»

VOX
21.15 (6 anos)
«O Soldado do Aventureiro»

RESTELO
21.15 (13 anos)
«O Comboio do Inferno»

SATÉLITE
21.15 (18 anos)
«Easy Rider»

LUMIAR
21.15 (18 anos)
«Matam em Silêncio»

PALÁCIO FOZ
21.00 (6 anos)
«Um Par de Ciganos»

CASINO ESTORIL
Para todos (M. 6 anos)
«Heidi»

D. JOÃO V
Int. a men. 18 anos
«O Cow-Boy da Meia-Noite»

LINHA DE SINTRA

SINTRA
Carlos Manuel
21.15 (18 anos)
«Desejo Perverso»

LINHA DE CASCAIS

CASCAIS
Oxford
21.15 (13 anos)
«Ela Tinha o Direito de Viver»

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível
21.15 (6 anos)
«Uma Ilha no Tecto do mundo».

LARANJEIRO
Instrução e Recreio
21.15 (18 anos)
«O Ventre de Deborah»

PORTO/Teatros

SÁ DA BANDEIRA
21.30 (13 anos)
«As coisas que o Padre Faz»

PORTO/Cinemas

S. JOÃO
21.15 (4 anos)
«Branca de Neve e os Sete Anões»

TRINDADE
21.15 (6 anos)
«O Ministro e Eu»

ÁGUIA DE OURO
21.15 (13 anos)
«Passado Inesquecível»

SALÃO BEBE
21.15 (13 anos)
«A Flauta Mágica»

BATALHA
21.15 (13 anos)
«Os Malucos em Hong-Kong»

OLÍMPIA
21.15 (13 anos)
«Carambola»

CARLOS ALBERTO
21.15 (6 anos)
«Para que Servem os Amigos»

JÚLIO DINIS
17.45 e 21.15 (18 anos)
«Paulo o Quente»

RIVOLI
21.15 (13 anos)
«Corrida de Malucos»

COLISEU
21.15 (6 anos)
«Circo»

ESTÚDIO
21.15 (13 anos)
«A Honra do Regimento»

ESTÚDIO FOCO
21.15 (13 anos)
«A História de Fernão Capelo Gaivota»

ESTÚDIO 400
21.15 (18 anos)
«Matarei Um por Um»

VALE FORMOSO
21.15 (13 anos)
«As Férias Grandes»

PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«Por Quem vamos Morrer»

cinemas

ALVALADE

T. 897490 14.00, 16.30, 19 e 21.15

Os prados floridos, as montanhas, os vastos horizontes, são o pequeno mundo de

6.ª Semana

HEIDI

um filme de Werner Jacob

Para todos

APOLO 70

Tel. 76331914.00, 16.30, 19.00, 21.15

A fascinação irresistirei do mundo do CIRCO

«PARADE»

um filme de Jacques Tati

Para todos

Hoje às 24 horas

EWES SPOW

AVIS

T.47163 15.30, 18.30, 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

Com Les Charlots

OS MALUCOS EM HONG-KONG

BERNA

Tel. 776098 14.00, 16.30, 19.00, 21.15

Falado em português

O grande espectáculo do Natal!

GENTE COMO EU E VOCÊ

2.ª Semana

Um filme de James Uys

CALEIDOSCÓPIO

T.795093 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

O espectáculo de Natal por excelência

BRANCA DE NEVE E OS SETE ANÕES

Um filme de Walt Disney

3.ª Semana

Falado em Português

PARA TODOS

CASINO ESTORIL

T.264996 26499(17.15 e 21.15

Não acons. a men. de 18 anos

AMORES SEM FREIO

CASTIL

Tel. 630194 15.00, 17.00, 19.00, 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

Les Charlots

OS MALUCOS EM HONG-KONG

Em 2.ª Semana

O «record» do riso para o NATAL e ANO NOVO! Color-Scope

CONDES

T.322523 14.00, 16.30, 18.45, 21.15

Para todos

A grande semana da temporada

OS 12 TRABALHOS DE ASTÉRIX

EDEN

Tel. 32076814.00, 16.30, 19.00, 21.15

Alain Delon em

ZORRO

2.ª Semana

Um filme de Duccio Tessari

Não acons. a menores de 13 ano

ESTÚDIO

Tel. 555134 15, 17, 19 e 21.15

Vittorio de Sica
UM MUNDO NOVO
com Christine Delaroche e Nino Castelnuovo
Não acons. m/ 13 anos

ESTÚDIO 444

Tel. 779095 14.30, 16.45, 19.21.15

(Interdito a men. de 18 anos

FESTA PRIVADA
c/ Isle Damsgard
5.ª Semana

IMPÉRIO

Tel. 55134/5 15.15, 18.30 e 21.15

O DUELO DAS ÁGUIAS

(Aces High)

Real. de Jack Gold

Não acons. a menores de 18 anos

LOURES

Tel. 801313 14,16.30,19 e 21.30

Não acons. a men. de 13 anos

OH! MEUS AMIGOS

Um filme de Pillogrin e Giancarlo Prete

MONDIAL

Tel. 538743 15.15, 18.30 e 21.15

Para todos

ONDE ESTÁ O ÓSCAR?

Com Louis de Funés

D. JOÃO V

Tel. 971794 Às 21.15 h.

Não acons. men. 18 anos

BORBOLETA DE SANGUE

NIMAS

Tel. 574313/574313

14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

Não acons. men. 18 anos

CHOVE EM SANTIAGO

Meio ano de lotações esgotadas

O Chile de Allende e Pinochet

ODEON

Tel. 326283 15.15, 18.15 e 21.15

Int. a men. de 18 anos

Clorido

ESQUADRÃO DO DRAGÃO

Com os grandes idolos das artes marciais

PATHÉ

Tel. 821933 14.15, 16.30, 18.45, 21.15

Para todos

OS 12 TRABALHOS D'ASTÉRIX

A grande sensação das festas!

ASTERIX, OBELIX C.ª

POLITEAMA

Tel. 323805 14.15, 16.30, 19.00 21.15

Para todos

O SOLDADO AVENTUREIRO

RESTELO

T.610375 21.15 h

Não acons. a men. de 13 anos

O COMBOIO DO INFERNO

ROMA

Tel. 727778 14.30, 16.45, 19.00 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

OS MALUCOS EM HONG-KONG

Em 2.ª Semana

ROXY

Tel. 48560 14.00, 16.30, 18.45, 21.15

O grande espectáculo de Natal!

GENTE COMO EU E VOCÊ

Falo em português

um filme de James Uys

2.ª Semana

Para todos

S. JORGE

Tel. 554153 15.15, 18.15, 21.15

VOANDO SOBRE UM NINHO DE CUCOS

5 «Oscares»! Melhor Filme do Ano!

TIVOLI

Tel. 570595 15.15, 18.30 e 21.15

O espectáculo de Natal por excelência!

BRANCA DE NEVE E OS SETE ANÕES

um filme de Walt Disney

Falado em Português

3.ª Semana

UNIVERSAL

Tel. 774402

As 15, 19 e 21 h.
O INIMIGO PRINCIPAL
um filme de Jorge Sanjinés
(Não acons. m. 13 anos)
As 17 h.
SANGUE DE CONDOR
um filme de Jorge Sanjinés
(Não acons. m. 18 anos)
As 23 h.
CORAGEM DO POVO
um filme de Jorge Sanjinés
(Não acons. m. 13 anos)

Cinema de Animação
UM PAR DE CIGANOS
15.00, 18.00, 21.00
Esc 5$00
Para maiores de 6 anos
Iniciativa da Direcção-Geral da Acção Cultural

rádio

1.º PROGRAMA

16.00: Noticiário — Música variada. **17.00**: Música popular. **17.30**: Orquestras. **18.00**: Música portuguesa. **19.00**: «Falar de História». **19.20**: Música variada. **20.00**: «Jornal da Noite». **20.30**: Instrumentistas. **21.00**: Trailler do folhetim «As Minas de S. Francisco», de Fernando Namora, numa adaptação de Jorge Ferreira da Silva. **21.14**: «Contraponto». **00.00**: «Último Jornal». **00.15**: «Jazz». **00.30**: Canções da Europa. **01.00**: Música na Noite.

2.º PROGRAMA

16.00: Intercâmbio Musical — 12.ª Tribuna Jugoslava em Opatija, 1976 — gravações cedidas pela Radiodifusão Jugoslava — Obras de: Pavel Sivic — Samo Vremsak e Uros Frek. **16.28** — Sonata em si menor, de Franz Liszt. **17.00**: — A Canção da Terra, de Gustav Mahler. **18.05**: Música de Câmara: Obras de Beethoven — Duo em mi bemol maior — n.º 32 da classificação das obras sem opus — Septeto em mi bemol maior, OP. 20. **19.05**: Música de Vanguarda — «Ambiance» n.º 1, de Michel Philippot. — Variações III — obra para órgão, percussão e sopro, composta em 1963, de John Cage. **19.27**: 25 variações e fuga sobre um tema de Handel, de Johannes Brahms. **20.00**: Orquestra de Câmara — dois dos concertos de «As quatro estações», de Antonio Vivaldi — Concerto p/cordas, de Robert Still. **20.45**: Solos de harpa por Nicanor Zabaleta. **21.00**: «O Canto e os seus intérpretes», por Maria Helena de Freitas. **22.00**: Obras de Igor Stravinsky — Duo Concertante — Bailado «Pulcinella». **23.00**: Intercâmbio musical — Festival de Salzburgo de 1976 — gravações cedidas pela Radiodifusão Austríaca. — Obras de Mozart — Wimberger — Debussy e Ravel. **00.30**: Canções n.os 8 a 16 do ciclo «A Viagem de Inverno», de Schubert. **01.00**: Fecho.

3.º PROGRAMA Nacional e Regional (290 m)

16.00: «Variante» (continuação). **16.10**: Casos ao acaso. **16.40**: Mulher, agora e aqui, pela Comissão da Condição Feminina. **17.10**: Prevenção e saúde. **18.00**: «Contacto» — antologia: contacto Jazz: Actualidade: Pesquisa: Contacto rua e Fórmula 1; **21.00**: Música, só música; **21.30**: «Quando o telefone Toca»; **23.03**: «Nocturno»; **23.06**: «Hora Luterana»; **24.00**: «Nocturno» (Continuação); **00.30**: «Imprevisto»;

4.º Programa — Emissão Total em Estereofonia

19.00: «Em Órbita»; **20.00**: Programa da Noite; **22.00**: «Auditório»; **24.00**: «Prisma»; **02.00**: Fecho.

BILLY SMART CIRCUS

No coração de Lisboa ao cimo do Parque Eduardo VII, frente à Penitenciária, esquina com a Rua Castilho. Diariamente matinées às 16 h. e soirées às 21,30 h. Domingos e feriados 2 matinées: às 14 e 45 e às 17 e 30 h. Espectáculo para todos
PARQUE GRÁTIS PARA 2000 CARROS

DL

RENASCENÇA GRÁFICA, S A R L
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TECNICOS E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END TEL DIBOA TELEX 12363
LISBOA PORTUGAL

Remodelação ministerial: desmentido táctico?

A despeito do desmentido de Mário Soares, proferido na passada quinta-feira, continua a especular-se quanto à possibilidade de uma próxima remodelação do actual Governo P.S. A notícia sobre próxima alteração governamental (aventou-se Janeiro) foi tornada pública nos últimos dias da semana passada por dois semanários lisboetas.

Em círculos próximos do Governo e do Partido Socialista a questão da remodelação ministerial é apresentada como uma necessidade, quer face à inoperância que vem caracterizando a actuação de alguns Ministérios quer, sobretudo, quanto à urgência em enfrentar a situação económica, que continua a agravar-se e atendendo ainda à política de «integração europeia» preconizada por Mário Soares. As diferentes «sensibilidades» (utilizando uma expressão de Mário Soares) existentes no interior do Partido não são indiferentes à situação, mas nelas, tanto quanto se consegue saber, residem igualmente as maiores dificuldades de concretização: falta de unanimidade quer no que se refere à necessidade da remodelação, quer quanto à forma como se processará.

As especulações que continuam a avolumar-se em torno do assunto, apontam no sentido do desmentido de Soares ter sido meramente «táctico» aguardando o primeiro-ministro e secretário-geral do P.S. a continuação do Congresso do seu Partido nos primeiros dias de Janeiro, no Porto, para concretizar qualquer acção.

Para além das «manobras» internas que este protelamento permite, ele estaria também ligado ao facto da remodelação «mexer» com figuras do Partido com grande aceitação entre as bases socialistas do Porto e de ser nesta cidade que os trabalhos do congresso encerrarão.

Entre os «pivots» deste processo, adiantam-se os nomes de Salgado Zenha, Manuel Alegre e Jorge Campinos. Para o primeiro, apontam-se funções governativas de grande responsabilidade (vice-primeiro-ministro?), mas com forte contestação interna; para Manuel Alegre, mais elevadas funções partidárias e novo papel no âmbito da ligação Governo-Partido; para o último, abandono das lides governativas.

Para além destes nomes, Marcelo Curto poderia deixar a pasta do Trabalho, para se dedicar a um sector onde cresce a debilidade do P. S.: o sindical (substituto Maldonado Gonelha?); Vítor Constâncio, Jacinto Nunes e Silva Lopes dividiriam as pastas do sector da Economia e das Finanças; outras alterações envolveriam Rui Vilar, Walter Rosa e Trigo de Morais.

Recorde-se que a questão da remodelação ministerial, embora desmentida agora por Mário Soares, foi por ele próprio tida como uma possibilidade por altura da formação do actual Governo, nomeadamente ao aludir à necessidade de o ir adaptando às exigências da prática governativa.

Plenário nas Minas da Panasqueira

Para discutir a forma de regresso dos trabalhadores caboverdeanos afastados das Minas da Panasqueira na sequência dos conflitos aí registados, será levado a efeito um plenário, em data a marcar pelo ministro do Trabalho.

Marcelo Curto, ou um seu representante, participarão na reunião.

Massacre nos arredores da Cidade do Cabo: 90 mortos

CIDADE DO CABO, 27 (R) — Perderam a vida 90 pessoas e mais 97 ficaram feridas durante recontros violentos entre negros nas localidades africanas de Nyanga e Guguletu, perto da Cidade do Cabo, durante o fim de semana do Natal informou hoje a Polícia.

Segundo números fornecidos pelos bombeiros foram incendiadas, eplo menos, dez casas nessas localidades e 80 outras danificadas.

RESTAURANTE
GALERIA-REAL
SINTRA (S. PEDRO) — Telef. 2931661
«REVEILLON»
Mantendo a tradição, a Noite de S. Silvestre, terá o ambiente de distinção e alegria habitual. (Disponíveis algumas mesas)
DIA DE ANO NOVO
ALMOÇOS E JANTARES ESPECIAIS

M.E.I.C. regulamenta Comissões Interministeriais

O MEIC acaba de regulamentar por despacho o funcionamento das Comissões Científicas Nacionais Interministeriais, criadas pelo Decreto-Lei n.º 769-B/76 e que tanta controvérsia têm gerado no meio estudantil.

Assim, estabelece o regulamento — publicado no «Diário da República» de hoje, — «a primeira reunião das comissões cujo funcionamento é objecto do presente regulamento terá impreterivelmente, lugar nos oito dias imediatamente subsequentes à comunicação do despacho que as tiver constituído». As reuniões serão, em princípio, semanais, sendo os pareceres finais emitidos por cada comissão, «obrigatoriamente únicos, no âmbito do processo a que respeitem, sem prejuízo de, quando votados por simples maioria, se reconhecer aos vencidos a faculdade de deixarem expressos os fundamentos da sua posiçao».

Finalmente, determina o despacho, «compete à Direcção-Geral do Ensino Superior tomar as providências necessárias de molde a que as comissões possam beneficiar do apoio administrativo indispensável ao efectivo cumprimento do duploiobjectivo para que foram criadas».

CONSELHO CIENTÍFICO

Três outros despachos emanados do M.E.I.C. explicitam alguns dos artigos e determinações constantes do Decreto-Lei n.º 781-A/76 (decreto-lei sobre a gestão do Ensino Superior).

Assim, no despacho n.º 375/76, são definidas as regras de convocação do Conselho Científico. É responsável pela primeira convocação «o professor mais antigo da categoria mais elevada». O referido docente, «no prazo máximo de 15 dias a partir deste despacho, deverá promover o envio à Direcção-Geral do Ensino Superior da acta respeitante à reunião na qual deverá constar o nome do professor eleito como presidente do Conselho Científico».

O despacho n.º 376/76 determina que «os membros dos órgãos internos das escolas de Ensino Superior, com excepção da Assembleia Geral de Escola e do Conselho Científico, entrem em funções até 15 de Fevereiro do próximo ano».

O despacho n.º 377/76 estabelece que «as reuniões dos Conselhos Directivo, Pedagógico, Científico e Disciplinar, assim como as da Assembleia de Representantes, não são públicas, podendo apenas nelas participar os respectivos membros».

No entanto, «por deliberação dos vários órgãos, poderão ser convocadas, atenta a natrureza dos assuntos a discutir na respectiva reunião, para participar, sem direito a voto, as pessoas ou entidades cuja presença seja julgada necessária para mais correcta apreciação dos pontos constantes da ordem de trabalhos».

Espanha

Continuação da pág. 1

vidosa importância para a causa da democracia. Porque faz isto a oposição? Quiçá, a resposta esteja na própria comissão negociadora, cuja representatividade é discutida por amplos sectores da mesma oposição.

Em primeiro lugar, a comissão é composta por nove membros maioritariamente representativos das correntes chamadas «moderadas» (liberais, social-democratas e democristãos) que nunca tinham feito parte dos organismos unitários da oposição. Várias correntes da oposição «intransigente» foram excluídas e, em especial, a representação das nacionalidades é extremamente reduzida: a importante «Taula» valenciana está ausente e os delegados de Euzkadi, Catalunha e Galiza só representam um sector da oposição destas nacionalidades.

NEGOCIAR O DEFINIDO COMO INEGOCIÁVEL

Em segundo lugar, a comissão foi formada na base de sete pontos que o conjunto da oposição democrática tinha estabelecido como condições mínimas para aceitar a «legitimidade democrática» das eleições; porém, os negociadores transformaram estas condições em temas de negociação com o Governo («A plataforma mínima não pode ser os sete pontos: pode ser seis ou pode ser cindo e meio» declarou o secretário-geral do Partido Socialista Operário Espanhol — PSOE — Felipe Gonzalez), pelo que não se comprometem a defender o carácter inegociável destas condições mínimas.

Por último, a comissão funcionará desvinculada dos organismos unitários da oposição (cujo órgão máximo é a plataforma dos organismos democráticos, POD) a cuja aprovação não deverá submeter a sua gestão nem os compromissos que chegue a contrair com o Governo. Tem, pois, as mãos livres para assinar o que desejar sem estar obrigada a dar conta dos seus actos ante o conjunto das forças democráticas que a formaram.

Deste modo, toda a política unitária, que as principais forças da oposição democrática tinham vindo a construir nos últimos meses, para dotar a tese da «ruptura democrática» de uma sólida base programática e de uma estrutura orgânica adequada à sua complexidade aparece, quase bruscamente, posta em questão em nome do «realismo político» e de um realismo «possibilista» e conciliador.

Com efeito, a «moderação» que predomina no seio desta comissão negociadora — que aspira, de facto, a suplantar o organismo unitário «coordenação democrática, incluindo a POD — parece traduzir exactamente, aquilo que poderia classificar-se como o claudicar de um importante sector da oposição ante a bem sucedida ofensiva governamental de momento. O constante agravamento da situação económica, denunciada cada vez com mais força pelos sectores interessados, permitirá que a actual correlação de forças se mantenha, assim, durante os próximos meses?

TIRAGEM MÉDIA DIÁRIA NO MÊS ANTERIOR: 45 382

M.U.P. rejeitou admissão do P.C.P. (R)

A despeito da «campanha de promoção» que vinha sendo conduzida pelo U.D.P., o P.C.P. (R.) não foi admitido no seio do M.U.P. (Movimento de Unidade Popular, ex-G.D.U.P.).

A rejeição da admissão do P.C.P. (R) foi decidida ontem, em Lisboa, no decurso de uma reunião da Comissão Nacional de Unidade Popular que se caracterizou por viva discussão em torno do tema.

Os dados exactos da votação não foram tornados públicos, mas é de supor face a posições anteriormente assumidas pelas diversas formações políticas que formam o M.U.P. que a mesma tenha incidido na conjugação de voto dos independentes, Base-F. U. T. e M. E. S. contra os representantes da U.D.P.

Depois da reunião de ontem foi decidido que o M.U.P. continue a sua actividade, englobando os independentes (cujo recente encontro de Coimbra é severamente criticado no último número do órgão oficial da U.D.P. «Voz do Povo»), a Base-F.U.T. e o M.E.S.

Destaque-se ainda que uma conferência de Imprensa que havia sido convocada para esta manhã pela U.D.P. foi desconvocada à última hora no próprio local onde se deveria realizar. Acácio Barreiros, da U.D.P., único elemento que compareceu (embora com grande atraso sobre a hora inicialmente marcada) não forneceu quaisquer explicações aos jornalistas que aguardavam o início da conferência, limitando-se a anunciar que a mesma «se não podia realizar».

Manobras da C.A.P. não resultaram nos "Pioneiros"

A direcção da Cooperativa «Os Pioneiros», de Cortiços (Macedo de Cavaleiros) promove esta tarde, pelas 15 horas, na dese do M.A.R.N. no Porto, uma conferência de Imprensa que tem por fim informar sobre a situação ultimamente vivida naquela cooperativa

Depois do golpe eleitoral na Cooperativa de Macedo de Cavaleiros onde a C. A. P. colocou, na direcção, indivíduos da sua confiança, esta organização abriu uma sede em Mirandela. Em seguida iniciou uma onda de boatos que visavam lançar a população dos Cortiços contra os camponeses da Cooperativa Os Pioneiros.

A C. A. P., utilizando os meios de Informação que lhe são afectos, fez convergir as atenções para Os Pioneiros com a realização de um plenário em Macedo de Cavaleiros no passado dia 19. Durante essa reunião, que teve a participação de cerca de 400 pessoas, a Cooperativa Os Pioneiros foi alvo das mais diversas calúnias. Na sequência do plenário os grandes proprietários da região organizaram uma concentração na aldeia dos Cortiços. Para ali se deslocaram em bons automóveis conhecidos fascistas da região, intermediários e uma comissão de Rio Maior. No entanto apesar da mobilização feita para os Cortiços algumas pessoas que lá apareceram junto do pessoal da cooperativa que andava calmamente na apanha da azeitona acabaram por desistir da provocação em que se deixaram envolver. Eram pedreiros, electricistas e de outras profissões que não tem nada a ver com a terra. Estes trabalhadores ouviram as razões dos camponeses de «Os Pioneiros» e compreenderam de que lado estava a verdade. Entretanto os «leaders» ficaram isolados...

nota bene

O MISTÉRIO

A propósito da morte do sr. Duarte Nuno, que por alguns monárquicos portugueses era considerado «pretendente ao trono», escreveram-se algumas expressões lamentavelmente ridículas. Um diário da manhã afirma em título garrafal, na primeira página: «Faleceu em Lisboa o Duque de Bragança, herdeiro dos Reis de Portugal.

O corpo será autopsiado para que a Medicina descubra a misteriosa doença que o vitimou».

O PODER PARALELO

No texto da referida notícia pode ler-se: «O título de herdeiro do trono, porém, transmitira-o já há anos a seu filho primogénito, D. Duarte Pio, após este atingir a maioridade, abdicando assim dos seus direitos a favor de quem, neste momento, passa legitimamente, a usufruir da dignidade de rei».

O poder paralelo... em família.

COMUNA
TEATRO DE PESQUISA
Diariamente às 21.30 h.
O Muro
Inspirado em
«AS AVENTURAS DE JOÃO SEM MEDO»
de José Gomes Ferreira
Domingo só «matinée» às 18 h.
2.as Feiras — Descanso da Companhia
PREÇO ÚNICO - 40$00
Condições especiais
PRAÇA DE ESPANHA
METRO: PALHAVÃ
Telefone 76 26 24